

TECENDO TEIAS E REDES DE SABERES

Construindo caminhos para a extensão no
IFRJ - campus Nilópolis

Giselle Carino Lage
organizadora



Tecendo teias e redes de saberes: construindo caminhos para a extensão no IFRJ – campus Nilópolis.

Giselle Carino Lage
Organizadora



2021

Comissão Científica e Editorial desta Edição

Dra. Giselle Carino Lage (IFRJ) - *Presidente*

Dr. Julio Page de Castro (IFRJ)

Ma. Ludmila Nogueira da Silva (IFRJ)

Esp. Michelle de Oliveira Abraão (IFRJ)

Dra. Patrícia Maneschy Duarte da Costa (IFRJ)

Giselle Carino Lage
organizadora

**Tecendo teias e redes de saberes:
construindo caminhos para a extensão no IFRJ –
campus Nilópolis.**

Affonso Celso Thomaz Pereira
Albertina Maria Batista de Sousa da Silva
Alexandre de Oliveira Pimentel
Anderson Albérico Ferreira
Carmelita Gomes da Silva
Cássia Rosania Nogueira dos Santos
Cintia Luciano de Paiva
Dudu de Morro Agudo
Fernanda Delvalhas Piccolo
Giselle Carino Lage
Heloisa Souto de Lima
João Luiz Guerreiro Mendes
Josiane Borges Pacheco
Karen de Abreu Souza
Marcelo Silva Bastos
Maria da Glória Santos da Silva
Nívea Maria da Silva Andrade
Priscilla Henriques Groetaers de Souza
Rafael de Moraes Merola
Sandra Regina Fabiano do Rosário Vieira
Sidnei Eduardo Pena Gama
Viviane de Jesus Leite

Meus Ritmos Editora
2021

Copyright ©2021 by Organizadora:
Giselle Carino Lage
editorameusritmos@gmail.com

Todos os direitos reservados.

Proibida a reprodução desta obra, em seu todo ou em parte, por qualquer meio, sem a prévia autorização dos autores.

Projeto editorial / Diagramação – Meus Ritmos Editora
Capa – Anderson Albérico Ferreira

Ficha catalográfica:
Catalogação na fonte (CIP) Brasil

L174t Lage, Giselle Carino.

Tecendo teias e redes de saberes: construindo caminhos
para a extensão no IFRJ Campus Nilópolis./ Organizadora:
Giselle Carino Lage – Divinópolis, MG : Meus Ritmos Editora, 2021.
157 p.; 21 cm.

ISBN: 978-65-00-20086-7

1. Extensão Universitária 2. Educação 3. Ensino 4. Pesquisa 5. IFRJ
- I. Lage, Giselle Carino.

CDD 378. 103

Meus Ritmos Editora & Produções Artísticas MEI.
Rua Cabo Maurício Dos Santos, 42 – Anchieta
Divinópolis – MG – CEP 35502-825

Contato:
editorameusritmos@gmail.com
www.facebook.com/editorameusritmos
Instagram: @MeusRitmosEditora
(21) 9 8441-1642

Sumário

8 | Introdução

Giselle Carino Lage

14 | A formação inicial do docente de Matemática numa prática extensionista do Núcleo de Práticas de Educação Matemática Cidadã – NUPEMCI do IFRJ.

Marcelo Silva Bastos, Albertina Maria Batista de Sousa da Silva, Rafael de Moraes Merola e Viviane de Jesus Leite

30 | Deixa a periferia falar: rede de conversas e de autorrepresentação junto à jovens do coletivo Enraizados (Morro Agudo/ Nova Iguaçu/RJ).

João Guerreiro, Nivea Maria da Silva Andrade e Flávio Eduardo da Silva Assis (Dudu de Morro Agudo)

46 | Ciclo de Formação em História, Memória e Cultura Indígena.

Affonso Celso Thomaz Pereira e Alexandre de Oliveira Pimentel

66 | Relatos culturais do projeto Brisa Literária: a prática da biblioteca multinível Prof. Carlos Alberto Barbosa – campus Nilópolis do IFRJ.

Josiane Borges Pacheco, Cintia Luciano de Paiva, Heloisa Souto de Lima e Cássia Rosania Nogueira dos Santos

87 | Entre na roda: circularidade de saberes e fazeres afro-brasileiros e indígenas.

Fernanda Delvalhas Piccolo, Maria da Glória Santos da Silva, Sandra Regina Fabiano Rosário Vieira e Sidnei Eduardo Pena Gama

112 | Dez anos da graduação em Química no IFRJ – campus Nilópolis.

Carmelita Gomes da Silva e Priscilla Henriques Groetaers de Souza Novelli

129 | Entre os desafios e as possibilidades do “fazer extensionista”. Uma análise dos projetos de extensão do IFRJ – campus Nilópolis.

Giselle Carino Lage, Anderson Albérico Ferreira e Karen de Abreu Souza

152 | Sobre os autores

“O diálogo e a problematização não adormecem a ninguém. Conscientizam. Na dialogicidade, na problematização, educador-educando e educando-educador vão ambos desenvolvendo uma postura crítica da qual resulta a percepção de que este conjunto de saber se encontra em interação. Saber que reflete o mundo e [a humanidade], no mundo e com ela, explicando o mundo, mas, sobretudo, tendo de justificar-se na sua transformação.”

(FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação?)

Introdução

A organização deste livro demonstra a tentativa de se apresentar os caminhos construídos por extensionistas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) - campus Nilópolis em direção à constituição de teias e redes de saberes em uma perspectiva de democratização das relações, compartilhamento de conhecimentos e troca de experiências. Neste sentido, consideramos a extensão enquanto processo educativo, cultural e científico, que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável, e possibilita a interação dialógica entre os membros das comunidades interna e externa ao campus. Na tentativa de olhar para nós mesmos e para nossas práticas, de forma crítica e reflexiva, pretendemos com esta publicação refletir sobre o caráter transformador, complexo e multifacetado da extensão.

Assim, esta obra visa contribuir para a difusão do conhecimento e da troca de saberes a respeito das experiências extensionistas compartilhadas no IFRJ - campus Nilópolis, considerando que este campo do saber, apesar de fazer parte do tripé institucional ensino, pesquisa e extensão, ainda vivencia um processo de fortalecimento e consolidação, como podemos observar nos debates travados na literatura em geral e nas publicações da Rede Nacional de Extensão (RENEX).

A ideia de organizar esta obra partiu da autorreflexão sobre minha experiência como extensionista e coordenadora de extensão do IFRJ – campus Nilópolis, no período de 2017 a 2019, ao observar a importância de se pensar sobre a construção de nossas trajetórias, memórias e saberes. Além disso, é válido ressaltar a relevância política da extensão enquanto processo vivo e dinâmico, com potencial de transformação social, em uma sociedade marcada por desigualdades de diversas ordens e que enfrenta o desafio de

difusão de uma educação inclusiva, democrática e socialmente justa.

A interação dialógica e a possibilidade de tecer teias de saberes multiculturais contribuem para a legitimação da extensão enquanto processo de formação crítica e cidadã em diferentes áreas de conhecimento, num movimento de mão dupla entre a instituição e a sociedade. Como fruto deste processo, esperamos a produção de múltiplas formas de conhecimentos engajados às necessidades humanas e sociais.

Neste caminho, a extensão nos permite ir além das fronteiras dos muros escolares e enxergar a diversidade das experiências vivenciadas pelas outras pessoas, reconhecendo, assim, espaços de alteridade, empatia e interlocução. Estes encontros promovidos por meio de ações extensionistas podem promover, de fato, construções e reconstruções, idas e vindas, trocas de saberes acadêmicos e populares, buscas coletivas por soluções de problemas sociais advindos da própria comunidade.

Estas reflexões se tornaram possíveis a partir das leituras e discussões promovidas pelo grupo de pesquisa do projeto "Ações e representações extensionistas no IFRJ: desafios e possibilidades", que foi aprovado no Edital Interno nº 12/2019 – Bolsa de Auxílio à Pesquisa do IFRJ – campus Nilópolis, de modo que aproveitamos a presente oportunidade para agradecer à Coordenação de Pesquisa e Inovação e à Direção Geral do IFRJ - campus Nilópolis pelo apoio institucional.

Agradecemos também à Pró-reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação do IFRJ pelo apoio oferecido por meio da aprovação no Edital integrado de Ensino, de Pesquisa, de Inovação e de Extensão nº 02/2020, com o projeto de pesquisa, em andamento, intitulado: "A extensão em ação. Um estudo de caso do IFRJ".

Para a composição dos capítulos desta obra, convidamos extensionistas que tiveram suas propostas submetidas e aprovadas nos editais internos de fomento a Projetos de Extensão do IFRJ - campus Nilópolis (03/2014, 02 e 03/2016, 03/2018) para participarem com um capítulo original por meio da "Chamada para submissão de manuscritos 2.2020", da Meus Ritmos Editora.

Os capítulos apresentam relatos de experiências redigidos por professores, técnicos administrativos e educacionais, estudantes e membros da comunidade externa ao campus, todas e todos extensionistas, onde se destacam reflexões e memórias acerca das atividades de extensão desenvolvidas, as parcerias e as redes estabelecidas com pessoas e instituições, além da preocupação em se tratar da intersecção entre extensão, ensino e pesquisa na prática. O último capítulo desta obra, apesar de redigido por extensionistas, não abarca um relato de experiências, mas sim apresenta

reflexões e problematizações a partir de uma pesquisa realizada a respeito dos projetos de extensão desenvolvidos no IFRJ – campus Nilópolis, conforme descrevemos a seguir.

O primeiro capítulo “A formação inicial do docente de Matemática numa prática extensionista do Núcleo de Práticas de Educação Matemática Cidadã – NUPEMCI do IFRJ”, de Marcelo Silva Bastos, Albertina Maria Batista de Sousa da Silva, Rafael de Moraes Merola e Viviane de Jesus Leite, apresenta um relato de experiências dos licenciandos em Matemática e de docentes das áreas de Matemática e de Gestão do IFRJ – *campus* Nilópolis, a partir do projeto de extensão Núcleo de Práticas de Educação Matemática Cidadã (NUPEMCI), desenvolvido no período de agosto de 2018 a junho de 2019. O projeto surgiu a partir de uma demanda de estudantes do curso de Manutenção e Suporte em Informática na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), que buscavam reforçar o conhecimento em matemática a fim de participarem do Exame Nacional do Ensino Médio e alcançarem pontuação para o ingresso em universidades públicas, além de compreender e mobilizar os conteúdos matemáticos em situações que fizessem parte de sua vivência no curso.

A construção e o desenrolar das ações extensionistas, que ocorreram para além dos muros do IFRJ, acolhendo estudantes do entorno, permitiram pensar nos desafios de formação e nas práticas pedagógicas contextualizadas, que valorizassem o contexto dos sujeitos da EJA bem como o enfrentamento dos desafios cotidianos. Os licenciandos extensionistas buscaram oferecer ambientes de aprendizagem com diferentes metodologias e práticas educativas que dessem significado à matemática escolar e, ao mesmo tempo, ressignificaram a sua própria formação.

O segundo capítulo “Deixa a periferia falar: rede de conversas e de autorrepresentação junto à jovens do coletivo Enraizados (Morro Agudo/ Nova Iguaçu/RJ)”, de João Guerreiro, Nívea Maria da Silva Andrade e Flávio Eduardo da Silva Assis – Dudu de Morro Agudo, tece reflexões acerca da interação entre o chamado saber acadêmico e o saber produzido no território pelos jovens agentes culturais de uma comunidade periférica, a partir dos encontros realizados ao longo dos anos de 2018 e 2019.

A equipe do projeto “Deixa a Periferia falar...”, formado por integrantes do IFRJ, da Universidade Federal Fluminense (UFF) e de Morro Agudo, enfrentou o desafio proposto pelo cotidiano da Baixada Fluminense e buscou complexificar as significações e os usos destas expressões a partir das narrativas (verbais e/ou imagéticas) produzidas pelos jovens moradores desse território, tão marcado pelas narrativas da violência e carência, na pretensão de compreender as práticas políticas cotidianas em seus movimentos. Desta forma, os integrantes

do projeto de extensão buscaram compreender como os jovens da Baixada Fluminense encontraram significações e usos diferenciados para a ideia de democracia, violência, liberdade, poder, entre outras, em suas práticas cotidianas a partir das experiências vividas nos convívios das ações culturais de cunho de resistência.

O terceiro capítulo "Ciclo de Formação em História, Memória e Cultura Indígena", de Affonso Celso Thomaz Pereira e Alexandre de Oliveira Pimentel, trata da criação e do desenvolvimento do projeto de extensão Ciclo de Formação em História, Memória e Cultura Indígena, concebido em uma série de oito encontros com representantes e lideranças indígenas, acadêmicos especialistas na área, indígenas ou não, realizado no IFRJ - campus Nilópolis, entre agosto de 2018 e julho de 2019. Este projeto foi concebido com alguns propósitos específicos e complementares, entre eles, dar visibilidade às temáticas indígenas dentro do espaço acadêmico; inserir no âmbito do IFRJ um espaço de discussão política, cultural e pedagógica sobre o tema; promover uma interseção entre a academia, a comunidade externa e as realidades dos povos indígenas no presente, por meio da presença intensiva de seus representantes no campus; e, por fim, embora não tenha sido voltado especificamente para professores do ensino médio e fundamental, contribuir para a qualificação desses profissionais, responsáveis pelo cumprimento da Lei 11.645, de 2008, que incluiu no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

Por meio da interação dialógica, os autores do terceiro capítulo demonstraram a importância de realizar-se um movimento de "inclinação", de aproximação para se chegar até o outro, e acreditaram que o público participante pôde inclinar-se e ter contato diretamente com os saberes desenvolvidos sem a necessidade de transcrição ou mediação, incorporando as experiências de distintas formas em sua prática profissional, acadêmica, política ou cultural.

No quarto capítulo "Relatos culturais do projeto Brisa Literária: a prática da biblioteca multinível Prof. Carlos Alberto Barbosa – campus Nilópolis do IFRJ", Josiane Borges dos Santos, Cintia Luciano de Paiva, Heloisa Souto de Lima e Cássia Rosania Nogueira dos Santos apresentam um relato sobre como o projeto de extensão Brisa Literária se desenvolveu no IFRJ – campus Nilópolis. As autoras descrevem como o projeto, no período entre os anos letivos de 2015 a 2018, contribuiu para a integração dos estudantes, servidores e a comunidade externa por meio de um intercâmbio menos formal de linguagens e ideias sobre o universo dos livros, já que, segundo elas, os estudantes somente procuravam a biblioteca para atender às suas necessidades acadêmicas. A realização

deste projeto de extensão dinamizou o uso do acervo, bem como promoveu uma aproximação dos usuários e a conquista de novos leitores através de atividades culturais, como encontros e eventos, que tornaram os espaços da biblioteca mais acolhedores e de visibilidade para toda a comunidade acadêmica.

No quinto capítulo "Entre na roda: circularidade de saberes e fazeres afro-brasileiros e indígenas", Fernanda Delvalhas Piccolo, Maria da Glória Santos da Silva, Sandra Regina Fabiano Rosário Vieira e Sidnei Eduardo Pena Gama, apresentam um relato de experiências sobre o desenvolvimento do projeto no âmbito do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) do campus Nilópolis do IFRJ, do qual a equipe do projeto fazia parte, entre outubro de 2014 e novembro de 2015, com o intuito tanto de fortalecimento do núcleo quanto de inserção das discussões das relações etnicorraciais e das temáticas afro-brasileiras e indígenas no cotidiano do campus e em seu entorno.

As autoras e o autor do quinto capítulo destacam como foi possível trocar experiências e construir conhecimentos coletivamente em torno das temáticas etnicorraciais abordadas nas ações diversas realizadas, dentro e fora do espaço do campus Nilópolis. A execução do projeto possibilitou que diferentes olhares fossem lançados e que novas formas de recontar nossa história pelo olhar da população não branca fossem apresentados. Fomentou, ainda, reflexões sobre responsabilidade social, implementação das políticas públicas de combate ao racismo, construção de possibilidades metodológicas para qualificar suas práticas pedagógicas e/ou profissionais.

No sexto capítulo "Dez anos da graduação em Química no IFRJ – campus Nilópolis", Carmelita Gomes da Silva e Priscilla Henriques Groetaers de Souza Novelli apresentam um relato de experiências a respeito do processo de elaboração e desenvolvimento do evento de Comemoração dos 10 anos de graduação em Química do campus Nilópolis, celebrado em 2014, e de outras ações de extensão correlatas, como a realização da I Jornada de Química (JQUIM), a elaboração do portfólio "Do Tecnólogo ao Bacharelado em Química – IFRJ campus Nilópolis. 10 Anos de História" e a oferta do curso de extensão sobre Cosméticos Faciais. As ações descritas, de caráter memorial, pretendem contribuir para a reafirmação do êxito passado, presente e futuro dos cursos de nível superior em Química.

Por fim, o último capítulo "Entre os desafios e as possibilidades do 'fazer extensionista'. Uma análise dos projetos de extensão do IFRJ – campus Nilópolis", de Giselle Carino Lage, Anderson Albérico Ferreira e Karen de Abreu Souza, tem por objetivo refletir sobre os desafios e as possibilidades do "fazer

extensionista" a partir da análise dos projetos de extensão apoiados pela Coordenação de Extensão (CoEx) e pela Direção Geral do IFRJ - campus Nilópolis no período de 2014 a 2019.

Partindo de uma concepção de extensão, enquanto processo educativo, cultural e científico que busca articular o ensino e a pesquisa de forma indissociável, viabilizando a relação integradora e transformadora entre o IFRJ e a sociedade; os autores do último capítulo problematizam as representações sociais presentes nos projetos de extensão bem como traçam perfis dos projetos analisados. Os autores acreditam que esta proposta pode contribuir para uma reflexão ampliada junto à comunidade acadêmica a respeito das concepções de extensão bem como pode impactar na formulação de políticas públicas direcionadas à formação e à capacitação de docentes, técnicos administrativos e educacionais, discentes e comunidade externa no âmbito da extensão.

Para terminar, aproveitamos para agradecer a colaboração dos membros convidados para compor a Comissão Científica, formada por Julio Page de Castro (DIPROEXT), Ludmila Nogueira da Silva (CoEx/IFRJ – campus Mesquita), Michelle de Oliveira Abraão (CoEx/ IFRJ – campus Niterói), Patrícia Maneschy Duarte da Costa (IFRJ – campus Nilópolis), além da própria organizadora da obra, pela leitura crítica, comprometida e cuidadosa e pelos comentários enriquecedores, que contribuíram para a composição da versão final dos manuscritos.

Agradecemos também aos produtores editoriais e artísticos da Meus Ritmos Editora pela parceria firmada e por todo o suporte oferecido durante o processo de elaboração e editoração desta edição.

Por fim, agradecemos a todas e todos que prontamente aceitaram o desafio de refletir e compartilhar conosco suas próprias experiências extensionistas em pleno período de pandemia de COVID-19, no qual tivemos que nos articular à distância. Sendo assim, desejamos que a leitura destes capítulos possa trazer uma brisa de esperança para aqueles que acreditam e apostam na extensão como caminho para a interação dialógica entre os saberes acadêmicos e populares e para a transformação do cotidiano de nossas práticas e vivências educacionais.

Rio de Janeiro, 03 de março de 2021.

Giselle Carino Lage

A formação inicial do docente de Matemática numa prática extensionista do Núcleo de Práticas de Educação Matemática Cidadã – NUPEMCI do IFRJ

Marcelo Silva Bastos
Albertina Maria Batista de Sousa da Silva
Rafael de Moraes Merola
Viviane de Jesus Leite

Introdução

Este artigo apresenta o relato de experiências dos licenciandos em Matemática do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) – *campus* Nilópolis, a partir do projeto de extensão Núcleo de Práticas de Educação Matemática Cidadã (NUPEMCI).

O projeto foi desenvolvido no período de agosto de 2018 a junho de 2019 com apoio da Coordenação de Extensão, tendo sido aprovado no edital interno nº 03/2018 de fomento a projetos de extensão, contou com a participação de licenciandos em Matemática e docentes das áreas de Matemática e de Gestão.

A motivação para elaboração do projeto surgiu a partir de uma demanda do grupo de estudantes do sexto período do Curso de Manutenção e Suporte em Informática na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), que buscavam reforçar o conhecimento em Matemática a fim de participarem do Exame Nacional do Ensino Médio e alcançarem pontuação para o ingresso em universidades públicas, além de compreender e mobilizar os conteúdos matemáticos em situações que fizessem parte de sua vivência no curso.

Pensar em uma prática que dê conta do desenvolvimento de saberes para o entendimento da Matemática e de outros campos do conhecimento corrobora o que é proposto por Fonseca (2005, p. 37):

[...] se não forem pensadas medidas de adequação e de ação pedagógica: o ensino da matemática poderá contribuir para um novo episódio de evasão da escola, na medida em que não consegue oferecer aos alunos e às alunas da EJA, razões ou motivação para nela permanecer e reproduzir fórmulas de discriminação étnica, cultural ou social para justificar insucessos dos processos de ensino aprendizagem.

No contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA) trabalhadores devemos considerar as experiências de vida e do mundo do trabalho que esses sujeitos trazem para o contexto da sala de aula, pois são indivíduos que “[...] carregam trajetórias perversas de exclusão social, vivenciam trajetórias de negação dos direitos mais básicos à vida, ao afeto, à alimentação, à moradia, ao trabalho e à sobrevivência.” (ARROYO, 2005, p. 14).

Portanto, pensar na Matemática como aliada para atender a formação desses indivíduos é algo desafiador, mas, ao mesmo tempo, força a repensar as práticas pedagógicas por meio de metodologias que possibilitem a construção de saberes cuja origem seja o contexto social dos sujeitos da EJA e que promovam outros saberes capazes de contribuir para o enfrentamento dos desafios que se impõem cotidianamente.

Ao relacionar o senso comum e o saber científico, o docente deve se valer de práticas que considerem o aspecto técnico adicionado ao contexto, às práticas sociais, aos instrumentos que potencializem o aprendizado e a comunicação. Assim, Brun (1996, p. 38) afirma que:

O trabalho intelectual do estudante deve ser, por momentos, comparável a esta atividade científica. Saber matemática não é apenas aprender definições e teoremas, a fim de reconhecer as ocasiões em que eles podem ser utilizados e aplicados; sabemos perfeitamente que fazer matemática implica resolver problemas. Não se faz matemática simplesmente resolvendo problemas, mas por vezes esquece-se que resolver problemas é apenas uma parte do trabalho; encontrar boas questões é tão importante como encontrar soluções para ela.

Nesse sentido, Brun (1996) adianta uma reflexão sobre como atuar de forma didática com os estudantes e que serve como um elemento para a formação do futuro professor ao rever as suas práticas sociais, tornando-as ativas.

Durante a formação inicial e continuada do professor de Matemática, a experiência com diferentes metodologias no ensino de Matemática torna-se ferramenta incremental para levar o estudante a compreender o mundo e a enfrentar os desafios da sociedade atual. A respeito disso, Nóvoa (1992, p. 25) pontua que “[...] a formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou de técnicas), mas a partir de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re)construção permanente de uma identidade pessoal.”

Acerca da formação do educador para EJA, Ventura (2012) aponta a necessidade de os cursos de formação inicial de professores trazerem para o debate questões relativas ao trabalho docente na EJA, quem são esses sujeitos e os aspectos envolvidos no processo de ensino e de aprendizagem, de modo a não deixar de lado as especificidades dessa modalidade de ensino.

Sendo assim, envolver licenciandos em projetos de extensão contribui para a formação de um professor reflexivo à medida que os aproxima da realidade na qual vão atuar e os leva a pensar sobre outras possibilidades de construção de conhecimento no espaço escolar, em uma perspectiva de promoção da igualdade de direitos na sociedade brasileira.

Além de atender aos estudantes da EJA, o projeto em questão ultrapassou os muros do IFRJ e acolheu estudantes da rede pública do entorno. Dessa forma, o projeto buscou oferecer ambientes de aprendizagem com diferentes metodologias e práticas educativas que dessem significado à Matemática escolar.

Para atuar em espaços, níveis de escolaridade e anseios distintos, os objetivos do projeto foram elaborados com um desenho que pudesse

contemplar esses aspectos. Assim, o objetivo geral do projeto foi oferecer oportunidades para nova metodologia de ensino- aprendizagem no contexto da formação inicial em Matemática, com práticas educativas que relacionassem a Matemática escolar com a Matemática do cotidiano. Já os objetivos específicos foram: (1) despertar, no licenciando em Matemática, o interesse por projetos sociais; (2) reunir grupos de interessados em estudar Matemática; (3) reforçar a tríade ensino, pesquisa e extensão do IFRJ; (4) estimular os estudantes a pensarem a Matemática a partir das realidades/ cotidiano; (5) oferecer aos alunos das escolas públicas do entorno um ambiente em que se despertasse o prazer de descobrir e aprofundar conhecimentos que lhes possibilite avançar em estudos posteriores.

Aliado ao que é proposto nos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998), na Base Nacional Curricular Comum (BRASIL, 2017), nos Parâmetros Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos (BRASIL, 2002) e nos resultados de pesquisas na área de Educação Matemática, foi possível pensar as ações propostas de modo a atender às expectativas dos estudantes.

O projeto foi desenvolvido por meio de encontros presenciais com os grupos de estudantes da EJA do IFRJ e dos alunos do nono ano do ensino fundamental de um colégio estadual localizado em um município da Baixada Fluminense. Cada grupo foi atendido em seu respectivo espaço escolar a partir do segundo semestre de 2018.

A estrutura do artigo foi organizada de modo a iniciar com uma breve apresentação da construção do projeto, o relato de experiência nos dois espaços, os desdobramentos das ações executadas e as considerações dos bolsistas acerca das atividades propostas.

A construção do projeto

O projeto foi realizado no *campus* Nilópolis do IFRJ no período de agosto a novembro de 2018, contando com a participação de docentes das áreas de Matemática e de Gestão, além de dois licenciandos bolsistas em Matemática do instituto. A Coordenação de Extensão prestou todo o apoio para a realização divulgando as ações, que ocorreram por meio das visitas realizadas pelos bolsistas às salas das turmas de EJA e às unidades escolares do entorno.

Os licenciandos foram selecionados a partir da convocação para entrevista, com oferta de duas vagas de monitores do projeto. Como requisitos, deveriam possuir matrícula ativa, ter finalizado o quinto período e querer atuar junto aos estudantes da EJA. Após a seleção, realizamos um acolhimento com os bolsistas, explicando as práticas planejadas para a realização do projeto.

Os licenciandos bolsistas visitaram as turmas da EJA e apresentaram o projeto, solicitando que os procurassem para preenchimento de um cadastro a fim de organizarem os recursos físicos e materiais para a realização do projeto (sala de aula, material impresso e tecnológico).

Os estudantes do curso de Manutenção e Suporte em Informática preencheram o cadastro com dados pessoais, apontando interesse pelo projeto e suas expectativas, o que resultou na elaboração do material e na decisão a respeito dos procedimentos, refletindo sobre a concepção e a abordagem das práticas pedagógicas. As turmas da escola estadual foram selecionadas de acordo com a disponibilidade de horário dos estudantes e do professor regente da turma.

As atividades propostas aos dois grupos participantes partiram da premissa de que "[...] ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção." (FREIRE, 2003, p. 47). Desse modo, buscamos adotar estratégias de ensino que suprissem as necessidades dos participantes e que auxiliassem no entendimento dos conceitos propostos.

Os encontros com os estudantes da EJA foram realizados no *campus* Nilópolis do IFRJ, ocorrendo aos sábados no período da manhã, com duração de quatro horas e intervalo de 20 minutos. Já os encontros com as turmas de fora do IFRJ aconteceram às terças-feiras nos períodos da manhã e da tarde, com uma carga horária de duas horas em cada turno.

Sendo assim, o relato foi construído de modo a apresentar como ocorreram os encontros com os estudantes da EJA e das escolas do entorno.

Um encontro com a EJA: possibilidades e aprendizagem

Os estudantes da EJA são os protagonistas desse projeto, pois, ao nos provocar e impulsionar para criar algo que, supostamente, atendesse a suas expectativas quanto ao ensino e à aprendizagem de Matemática, o projeto foi iniciado. Fomos para a linha de frente a fim de compreender quem são esses sujeitos e como poderíamos atender às demandas direcionadas para o nosso grupo.

As conversas ocorridas durante o intervalo nos possibilitou conhecer mais de perto as realidades dos estudantes. Descobrimos muitos aspectos, dentre eles, o fato de que a hora do café (lanche em conjunto) é o momento mais real para eles, pois se sentem pertencentes ao grupo. Portanto, aproveitá-lo como estratégia de aproximação propiciou ao projeto reflexões a respeito de práticas docentes e pedagógicas que possibilitasse interagir mais com os

estudantes, em especial, os da EJA. Além disso, esse momento revelou muitas crenças, experiências e saberes, um dos quais relatamos a seguir.

Diálogo: estratégia de aproximação

Nos encontros iniciais, explicamos aos estudantes o propósito do projeto e reforçamos a possibilidade de auxiliar nas metas acadêmicas. Ouvimos os relatos de como eles gostariam que abordássemos os assuntos, bem como o que poderiam nos dizer a respeito de suas relações com a Matemática. Alguns relatos possibilitaram pensar em temas indutores para a construção das metodologias e materiais.

Apresentamos um conjunto de questões referentes a conceitos dos anos finais do ensino fundamental e observamos que isso nos ajudaria a escolher a metodologia adequada para responder às expectativas e a seleção de material e linguagem Matemática apropriada conforme o conhecimento do grupo, seja o do senso comum, seja o científico.

O diálogo ajudou a pensar propostas de metodologias e práticas que resultassem na aprendizagem dos estudantes de modo que, ampliando a escuta, possibilitasse percorrer práticas pedagógicas que envolvessem a interação e a construção de confiança.

Ao entregar as atividades, percebemos a dificuldade em compreender os conteúdos matemáticos por parte de alguns dos estudantes da EJA. Os demais estudantes, por sua vez, reagiram com atitudes mais proativas, com interesse pelos conteúdos e sem demonstração de resistência.

Começa, assim, a nossa jornada como futuros professores em entender de onde falam os nossos estudantes. Compreender o que sabem e como sabem nos moveu a criar materiais e práticas que contribuíssem para o desempenho e o alcance de novos saberes, pois esse contato denota, para o professor, um olhar para as especificidades da EJA e, com isso, buscar estratégias que incluam todos (as) no processo de aprendizagem.

As respostas aos materiais produzidos permitiram observar os reais conhecimentos e como operam esses saberes no cotidiano, tendo em vista que, durante a atividade de reconhecimento de saberes, percebemos dois grupos: um que consegue mobilizar os saberes com mais facilidade e outro que apresentava muita dificuldade. Apontamos que os alunos do ensino regular demonstravam dificuldades, porém não foram identificadas resistências ao processo e ao conteúdo.

As questões que resultavam em maior dificuldade relacionavam-se à interpretação de situações-problema que envolviam conceitos matemáticos

tais como: proporcionalidade, grandezas e medidas, além dos problemas abrangendo ilustrações como gráficos e tabelas. Essa realidade nos levou a alguns questionamentos, a saber: Qual é a dificuldade? Qual é a parte que apresenta menor compreensão? O enunciado estava confuso? A linguagem (palavras desconhecidas) não se aproximava da realidade deles (as)?

A partir da percepção dessa realidade, organizamos os encontros de modo que os estudantes recebessem um material impresso contendo algumas questões de edições anteriores do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), mas que estivessem relacionadas a cada um dos temas definidos para os encontros conforme pode ser observado no Quadro 1. Os jogos fizeram parte do conjunto de atividades propostas e os temas remetem ao que está proposto na Base Nacional Curricular Comum (BRASIL, 2017).

Quadro 1 – Conteúdos trabalhados nos encontros do NUPMCI

Módulo 1: Recordando conjuntos numéricos e operações
Módulo 2: Tratamento da Informação e Noções de Estatística
Módulo 3: Proporcionalidade
Módulo 4: Raciocínio Combinatório e Probabilidade
Módulo 5: Grandezas e medidas
Módulo 6: Cálculo Algébrico

Fonte: Elaboração própria (2018).

Destacou-se a necessidade de retomada de conceitos que fundamentam a construção do conhecimento, o que resultou no uso de estratégias diversificadas, fazendo com que, a cada encontro, os estudantes se sentissem mais seguros para falar sobre suas experiências com a Matemática escolar. Esse aspecto providenciou a organização de subsídios para o desenvolvimento de habilidades em Matemática, a fim de capacitar os alunos a enfrentarem os desafios que o cotidiano impõe, bem como a terem elevação na escolaridade e a ocupar espaços não imaginados por esses alunos.

Ao longo dos encontros, foi possível perceber que a organização dos temas a serem trabalhados demandava o uso de estratégias que não seguissem a abordagem tradicional de conceitos. Desse modo, serão apresentadas algumas das atividades desenvolvidas com os participantes do projeto.

A Matemática no cotidiano: estratégias para resolver e interpretar problemas

Resolver problemas faz parte do nosso cotidiano. Em algumas ocasiões, encontramos problemas que demandam conceitos e aplicações

que envolvem a Matemática. Sendo assim, nosso interesse reside em como associar problemas do cotidiano com o que é esperado para o aprendizado dos estudantes, pois "[...] conhecimento matemático ganha significado quando os alunos têm situações desafiadoras para resolver e trabalham para desenvolver estratégias de resolução." (BRASIL, 1998, p. 39).

Ao trazer questões que implicam resolução de problemas, os estudantes, em grande parte, se sentiram confusos em relação ao enunciado, revelando dificuldade em trabalhar com esse tipo de atividade, principalmente, pelo medo de errar, não conseguir responder à expectativa do grupo e, em especial, do docente.

Diante disso, percebemos que esse obstáculo não tinha relação direta com o tema que estávamos abordando e, sim, com a dificuldade de ler e interpretar os problemas matemáticos. Relatos como "São muitas informações" (estudante 1), "Não consigo entender ao certo o que eu preciso fazer" (estudante 2) e "Não sei por onde começar" (estudante 3) nos motivaram a desenvolver uma atividade que explorasse a resolução e a interpretação de problemas.

As etapas de resolução de problemas propostas por Polya (1978), que consistem em compreender o problema, estabelecer um plano, executar o plano e examinar a solução obtida, foram aplicadas tanto nas abordagens que traziam as experiências do cotidiano quanto nas que envolviam conceitos matemáticos.

Apresentamos problemas sobre assuntos comuns aos estudantes, nos quais eles conseguissem encontrar soluções ligadas às práticas pessoais. Observando as estratégias tomadas pelos próprios alunos e as suas respostas, destacamos as etapas que eles utilizaram intuitivamente, relacionando-as com os passos necessários para resolver um problema da Matemática.

Com relação aos problemas que envolviam assuntos da Matemática, os estudantes os encararam com objetivo e segurança, focando nas etapas necessárias e sem perder as informações descritas nos enunciados. Baseados em uma estratégia bem definida, eles conseguiram mobilizar os saberes para resolver os problemas propostos. Contudo, notamos algumas dificuldades, pois muitos tinham medo de errar e ficavam quietos, mesmo sabendo a resposta, por vergonha. Assim, a todo o momento, buscamos o diálogo, mostrando que o erro faz parte do processo de aprendizagem.

Desse modo, essa atividade destacou a relação direta, identificando dificuldades e traçando um plano de ação para superar as adversidades. Ao lidar com a nova experiência de lecionar, foi possível perceber que, durante a vivência em sala de aula, situações inesperadas ocorrerão e, com isso, o

professor precisará estar atento às especificidades de cada estudante.

Ao observar o projeto dentro da perspectiva da Educação Matemática, percebe-se que a abordagem de conhecimentos teóricos aliados ao contexto social do estudante é uma prática que pode facilitar na compreensão da Matemática enquanto disciplina. Logo, entendemos que, para a EJA, é preciso que a Matemática seja concebida “[...] em uma perspectiva dinâmica dialogal entre os saberes de todos os atores envolvidos no processo.” (DE VARGAS; FANTINATO, 2011, p. 925). Nesse sentido, os conhecimentos inerentes a esses estudantes, construídos no espaço exterior à escola, também são importantes e podem ajudá-los na compreensão de novos conhecimentos em sala de aula.

Inserimos os conceitos respeitando os alunos e suas trajetórias, compreendendo a necessidade de ajustar a abordagem para melhor assisti-los, de modo que tivessem uma participação ativa no processo. Essa estratégia mostrou o quanto a percepção da realidade escolar por parte do professor favorece o desenvolvimento de saberes experienciais e de saberes da formação profissional, conforme proposto por Tardif (2002).

Supostamente, o contato com o cotidiano escolar possibilita um melhor entendimento a respeito dos conhecimentos necessários ao professor, que devem ser mobilizados em sua prática docente. A partir dessa constatação, observou-se que “[...] a vivência em sala de aula e a interação com os estudantes revelaram que o plano de aula a ser definido não poderia ser imutável e que se faz necessário pensar na realidade de cada estudante que se propôs a participar do projeto.” (licenciando 1).

O grupo de estudantes da EJA que participou do projeto, na sua maioria composto inicialmente por 10 mulheres na faixa etária de 43 a 65 anos e 7 homens com idade entre 23 e 71 anos.

No que se refere à frequência dos participantes, houve alterações, já que tivemos um quantitativo mensal que variou ao longo dos meses, sendo de 17 alunos em agosto, 18 em setembro, 9 em outubro e 5 em novembro. Acreditamos que essa oscilação no quantitativo de participantes deve-se ao fato de que o final do ano se aproximava, e possivelmente, alguns estudantes precisavam evadir devido às oportunidades de trabalho temporário que surgem nessa época.

A realidade apresentada foi objeto de reflexão de um dos licenciandos ao dizer que “[...] essas saídas me fizeram perceber as necessidades e os contextos que um adulto passa, gerando em mim o entendimento acerca da importância das ações desenvolvidas no projeto para essas pessoas.” (licenciando 1).

Como resultado do projeto, duas estudantes da EJA foram aprovadas em cursos de graduação, uma na licenciatura em Matemática e outra no curso de Gestão da Produção Industrial, ambas do IFRJ. Além disso, um dos alunos que solicitaram ajuda para ingressar no ensino médio do Instituto Federal foi aprovado no processo seletivo, o que levou a direção da escola estadual onde esse estudante estava matriculado, localizada em Nilópolis, a nos convidar para a realização do projeto com um grupo de estudantes do nono ano do ensino fundamental.

Encontro com o nono ano de uma escola estadual: experiência com jogos

Ao chegar à escola, encontramos os grupos organizados pela direção, com a autorização prévia dos responsáveis, para participação no projeto, que aconteceria às terças-feiras no contraturno. Havia dois grupos, sendo o grupo A (turno da manhã) composto por, aproximadamente, 11 estudantes na faixa etária de 14 a 15 anos, e o grupo B (turno da tarde) composto por uma média de 11 estudantes com idade de 16 a 17 anos.

A partir do perfil dos grupos, escolhemos a metodologia de jogos para desenvolver os assuntos matemáticos. Os jogos se caracterizam como um recurso que pode auxiliar na aprendizagem da Matemática porque, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998, p. 46), “[...] favorecem a criatividade na elaboração de estratégias de resolução e busca de soluções”, além de “[...] possibilitar a construção de uma atitude positiva perante os erros.” Sendo assim, acreditamos que a escolha dessa metodologia contribuiu para uma representação positiva da Matemática, visto que alguns dos estudantes demonstravam dificuldades ao longo das atividades.

A seguir, apresentamos uma das atividades trabalhadas com os estudantes do nono ano, a probabilidade.

Jogando com a probabilidade

Um dos assuntos que desenvolvemos foi a unidade temática de probabilidade, pois tínhamos como objetivo atender a uma das habilidades propostas pela Base Nacional Comum Curricular, que era reconhecer, em experimentos aleatórios, eventos independentes e dependentes e calcular a probabilidade de sua ocorrência nos dois casos. Para isso, escolhemos um jogo de tabuleiro como apoio para abordar o assunto.

Por meio do jogo, o estudante poderia compreender alguns conceitos de probabilidade que é um tópico dentro da Matemática.

O desenvolvimento do jogo e suas regras

O jogo era constituído de um tabuleiro em que havia figuras de botões em dupla, de diversas cores, e uma caixa com perguntas. O estudante deveria jogar um dado de seis lados e, de acordo com o valor da face que caísse, andaria com o pino pela mesma quantidade de casas do tabuleiro. No tabuleiro, havia casas normais e especiais. Nas casas normais, havia apenas o número daquela casa, e uma vez que o pino do aluno caísse nela, nada aconteceria; ele esperaria a sua vez e jogaria novamente quando fosse o momento. Nas casas especiais, poderia haver casas charadas, casas do azar ou casas da sorte.

Na casa charada, havia um ponto de interrogação. Se o pino caísse nessa casa, o aluno era convidado a tirar uma carta da caixa de pergunta; se respondesse errado, receberia a penalidade de ficar uma rodada sem jogar; se respondesse certo, seguiria naturalmente o jogo, esperando sua vez de jogar. Na casa do azar, deveria andar para trás pela quantidade de casas descritas nesta casa (por exemplo, poderia aparecer a descrição "volte 2 casas"). Já na casa da sorte, avançaria a quantidade de casas que estivesse descrita (por exemplo, "avance uma casa"), como ilustrado na Figura 1.

Figura 1 – Jogo usado como apoio para desenvolver a atividade de probabilidade



Fonte: Elaboração própria (2019).

As cartas da caixa de pergunta eram embaralhadas e continham perguntas que envolviam conceitos de probabilidade. Algumas das perguntas abrangiam todas as casas que possuíam botões, ou seja, todo o espaço amostral ali presente. Outras perguntas envolviam apenas algumas das casas

como espaço amostral, isto é, esse espaço era reduzido. Dessa forma, os alunos trabalhavam a probabilidade simples e a probabilidade condicional, observando a aplicação de diferentes conceitos de probabilidades e o impacto que diversos tipos de probabilidades têm sobre um mesmo conjunto de dados. Para que os alunos não ficassem receosos em responder as perguntas, o líder tinha a liberdade de consultar seu grupo para que, juntos, encontrassem a resposta correta.

Figura 2 – Modelo das cartas do jogo de probabilidade



Fonte: Elaboração própria (2019).

Ao longo do jogo, chamou-nos a atenção o modo como os alunos perceberam o tema, pois probabilidade é uma unidade temática da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que costuma ser recebido com dificuldade quando apresentada na Educação Básica, o que, certamente, ocorre devido ao tipo de abordagem que costuma ser utilizado para apresentar esse conceito, que tem se restringido à aplicação de uma fórmula na resolução de exercícios padrão, sem que o aluno tenha o entendimento da importância da probabilidade na resolução de problemas de diferentes áreas do conhecimento.

O jogo trouxe significado aos conceitos que os estudantes julgavam ser complexos, pois, no que diz respeito ao estudo de probabilidade na educação básica, os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998) indicam que "[...] as noções de acaso e incerteza, que se manifestam intuitivamente, podem ser exploradas na escola, em situações nas quais o aluno realiza experimentos e observa eventos." (BRASIL, 1998, p. 56).

Assim como o estudo de introdução à probabilidade, durante os encontros, abordamos outros assuntos da Matemática, como equação do 1º grau e medidas, por meio do uso de jogos, trabalhando os conceitos de forma lúdica e colaborativa, o que possibilitou aos licenciandos terem contato com a realidade da sala de aula e, dessa forma, irem construindo suas identidades enquanto futuros professores. A figura 3 ilustra um momento da aplicação de jogos durante a aprendizagem do conceito de probabilidade.

Figura 3 – Aprendendo Matemática através de jogos



Fonte: Elaboração própria (2019).

No nosso último dia de encontro, organizamos um café da manhã para confraternizar e nos despedir. Os alunos se mostraram bem tristes com o final das aulas, e um deles afirmou que “[...] aquela aula era diferente, pois era legal e ele conseguia entender.” (estudante 4), um segundo destacou que “[...] não parecíamos professores de Matemática, pois explicávamos tudo de forma tão simples.” (estudante 5), e ainda, outros dois relataram: “As aulas foram bem produtivas e nos ajudaram a trabalhar em equipe com nossos colegas. Os jogos foram divertidos e nos ajudaram a aprender com métodos divertidos.” (estudante 1);

Eu aprendi muito aqui. Aqui eu consegui entender a matéria que na sala eu estudo com bastante dificuldade. Os professores são bem legais e ensinam muito bem. As aulas foram bem divertidas e dinâmicas e eu vou sentir bastante falta das aulas e principalmente da professora (falou o nome da licencianda bolsista). Espero vê-la novamente para poder tirar minhas dúvidas de matemática. (estudante 2).

Observando o relato dos estudantes, percebemos que o uso do jogo auxiliou na forma como eles se relacionavam com a Matemática na medida em que tinham um papel ativo nas atividades.

Compartilhando experiências

O projeto de extensão NUPEMCI, além das atividades realizadas no espaço escolar, também se pronunciou em espaços acadêmicos com produções de artigos, resumos e comunicações orais em congressos, seminários, encontros e anais. Ao compartilhar nossas narrativas a respeito da relação de um projeto de extensão com a formação docente, submetemos trabalhos para serem apresentados em eventos que se ocupam do desenvolvimento e

do planejamento de práticas pedagógicas para a EJA e para a educação básica no que se refere ao ensino de Matemática.

No ano de 2019, apresentamos os trabalhos “Núcleo de Práticas de Educação Matemática Cidadã – NUPEMCI” e “O encontro da EJA com a licenciatura em Matemática – uma experiência exitosa” no 3º Seminário do Laboratório de Investigação, Ensino e Extensão em Educação de Jovens e Adultos na Faculdade de Educação da UFRJ, que ocorreu no período de 23 a 25 de maio. No mesmo ano, conforme a figura 4, apresentamos o trabalho “Formação docente: uma experiência a partir de um projeto de extensão na Baixada Fluminense – RJ” no XIII Encontro Nacional de Educação Matemática (ENEM), realizado de 14 a 17 de julho, na Arena Pantanal- Cuiabá no estado de Mato Grosso. A figura 4 retrata um momento da participação dos licenciandos, no XIII ENEM, em que apresentaram as atividades realizadas durante o projeto.

Figura 4 – Participação dos licenciandos no XIII ENEM



Fonte: Elaboração própria (2019).

Ao reforçar o caráter extensionista, o projeto de extensão propiciou o aprendizado de docentes em formação inicial e continuada. Além de repensar as práticas pedagógicas, as estratégias de ensino foram, conjuntamente, elaboradas e implementadas, com destaque para a atuação protagonizada pelos licenciandos, que demonstraram atitudes positivas ao se defrontarem com perfis distintos de estudantes, assim como com as limitações e possibilidades de recursos, o que, certamente, enfrentarão em suas futuras trajetórias.

Considerações finais

Durante a realização do projeto, comprometemo-nos em responder aos objetivos propostos. Nesse sentido, consideramos que todos foram realizados de forma exitosa. Os futuros professores e professoras de

Matemática, na sua formação inicial, projetaram um real interesse por projetos sociais. Inclusive, um dos bolsistas, retornou ao projeto, como egresso e voluntário, após sua formação.

Quanto à reunião de grupos de interessados em estudar Matemática, ampliamos a discussão com novos projetos e obtivemos a inclusão de professores de outros *campi* e de estudantes de áreas distintas de formação e nível de ensino. Como resultado dos encontros, oficinas e grupos de estudo, alguns trabalhos, como artigos, resumos, comunicações orais, foram aprovados em eventos científicos, o que contribuiu para difusão e compartilhamento de experiências e saberes. A partir de um projeto de extensão, fomos convidados a participar de um grupo de pesquisa.

As demonstrações de conquista, por meio do rompimento da crença de que a Matemática não é para todo mundo, fortalecem a iniciativa de elevar os projetos de extensão, que envolvem, cada vez mais, a comunidade do entorno do IFRJ. Foi possível perceber que uma prática de ensino que dialogue com a realidade dos estudantes incentiva a construção de saberes que contribuirão para uma formação cidadã, crítica e com elevação da escolaridade. Para os licenciandos, lidar com esses estudantes e com suas realidades é uma atividade que gera aprendizados.

Por meio de edital interno, do *campus* Nilópolis, foi proposta uma nova edição referente ao período 2019-2020 denominada Núcleo de Práticas em Educação Matemática Cidadã: construindo saberes na Educação de Jovens e Adultos, a qual teve por objetivo contribuir para o letramento matemático dos estudantes da EJA do curso de Manutenção e Suporte em Informática do IFRJ – *campus* Nilópolis e dos alunos oriundos de escolas públicas do entorno do *campus*, de modo que os estudantes vivenciassem a Matemática de forma significativa, por meio de metodologias que estimulassem sua participação ativa. Entretanto, devido à pandemia de covid-19, o projeto citado passou por reformulações e ocorre de forma virtual, com oficinas, participação em grupos de estudos e eventos.

Sendo assim, acreditamos que a vivência no projeto de extensão possibilitou aos futuros docentes de Matemática refletir sobre sua prática numa perspectiva voltada para um ensino que ofereça aprendizagem democrática para todos os estudantes.

Referências

ARROYO, M. G. Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, L.; GIOVANETTI, M. A. G. C; GOMES, N. L. (org.). **Diálogos na educação de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC/SEF, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 09 dez. 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Proposta Curricular para a Educação de Jovens e Adultos**: segundo segmento do ensino fundamental: quinta a oitava série: introdução. Brasília, DF: MEC, 2002. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/propostacurricular/segundosegmento/vol3_matematica.pdf. Acesso em: 09 dez. 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Matemática. Brasília, DF: MEC, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/matematica.pdf>. Acesso em: 09 dez. 2020.
- BRUN, J. **Didática das matemáticas**. Lisboa: Horizontes pedagógicos, 1996.
- DE VARGAS, S. M.; FANTINATO, M. C. C. B. Formação de professores da educação de jovens e adultos: diversidade, diálogo, autonomia. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 11, n. 34, p. 915-931, 2011.
- FONSECA, M. da C. F. R. **Educação matemática de jovens e adultos**: especificidades, desafios e contribuições. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- NÓVOA, A. (org). **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.
- POLYA, G. **A arte de resolver problemas**. Rio de Janeiro: Interciência. 1978.
- TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
- VENTURA, J. A EJA e os desafios da formação docente nas licenciaturas. **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, v. 21, n. 37, 2012.

Deixa a periferia falar:

rede de conversas e de
autorrepresentação junto à
jovens do Coletivo Enraizados
(Morro Agudo/Nova Iguaçu-RJ)

João Guerreiro
Nivea Andrade
Dudu de Morro Agudo

Introdução

Qualquer oportunidade a gente agarra com garra,
simplicidade não é marra, outra não existirá
É chocolate e caneta, finaliza com gol de letra
Essa é a diferença entre os daqui e os de lá.
aqui o certo é o certo e sempre foi dessa forma
tem gente que não conforma que esse é o nosso ambiente
o bonde que burla o sistema nunca segue a norma
a juventude da favela é a sobrevivente
[Cotidiano violento, veneno 100%]
[Baixada Fluminense]
[Cotidiano violento, veneno 100%]
[Tenho certeza já ouviu falar sobre a Baixada]
(DUDU DE MORRO AGUDO, 2018)

Deixa a Periferia Falar: a frase introdutória que nomeou este projeto de extensão, este imperativo que brinca com o nome daquela que foi considerada a primeira agremiação brasileira de samba¹, teve a pretensão de nos provocar um questionamento sobre o quanto já foi dito em nome das 'periferias brasileiras', o quanto já foi pensado sobre estas periferias e o quanto ainda precisamos ouvir sobre as/os que jovens moradoras(es) desses territórios têm a dizer sobre os seus locais de moradia e as culturas produzidas nesses espaços. Neste sentido, este projeto de extensão utilizou como metodologia a conversa e a narrativa (verbal ou imagética) que possibilitaram as jovens e os jovens apresentarem as suas significações e os seus conhecimentos sobre as produções culturais locais, as relações de poder entre jovens e os poderes disciplinares constituídos, especialmente no que diz respeito a temas como democracia, liberdade e cotidiano.

Vinculado ao grupo de pesquisa "Observatório Indisciplinar de Fazeres Culturais e Letramentos – OiCult", sediado no Instituto Federal do Rio de Janeiro/ campus Nilópolis e ao grupo de ensino e pesquisa sobre "Juventudes, Infâncias e Cotidianos" (JICs), da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF), este projeto buscou, portanto, analisar as significações de poder para jovens que produzem cultura, arte e resistência em Morro Agudo (Nova Iguaçu) – uma das localidades da Baixada Fluminense considerada por muitos da mídia corporativa como áreas apenas de carência e produção de violência. A partir de algumas análises do resultado do projeto, este capítulo

¹ Deixa Falar é considerada por muitos estudiosos da história do samba como a primeira Escola de Samba, localizada no bairro do Estácio, no Rio de Janeiro. Para ver sobre o tema ver Soihet (1998), entre outras.

tem o objetivo de apontar em outra direção, ou seja, para as potências produzidas nesse território.

A equipe do projeto foi composta pelas três autoras(es) deste capítulo e por outros membros que fizeram parte do desenvolvimento de todas as ações. As bolsistas de extensão selecionadas em edital interno nº 03/2018 organizado pela Coordenação de Extensão (CoEx) do IFRJ/campus Nilópolis, Jade Bastos e Larissa Costas, ambas graduandas em Produção Cultural (IFRJ) e as pesquisadoras voluntárias, Beatriz Souza (JICs/UFF), Jéssica Helen (UFF), Julia Gurgel (JICs/UFF) e Thalyne Soares (IFRJ).

Cabe ressaltar, também, como o projeto de extensão foi pensado até chegarmos em Morro Agudo.

Entre 2007 e 2013, um dos autores deste artigo e uma autora, implementaram um sarau de poesia e letramento não formal com crianças do Morro da Providência/RJ, chamando o projeto de Sarau Providencial, e um cineclube no mesmo local (Cineclube Morro da Favela). As atividades ocorriam no Centro Cultural Casa Amarela, na parte alta do Morro da Providência, no qual foi implementada uma Sala de Leitura e um espaço para exposição fotográfica.

Na época, em uma roda de conversa com três jovens participantes desses projetos, surgiram diferentes narrativas que evidenciavam o complexo cotidiano desta comunidade que ia desde participações na Festa Literária Internacional de Periferias (FLUP) de 2013 falando poesias até participação em produções audiovisuais no próprio morro. Rico em tensões e em processos criativos, o cotidiano das juventudes dessa comunidade desafiava as teorizações que buscam simplificar as práticas cotidianas da periferia em um modelo engessado que articula significados únicos para expressões como território, violência, democracia, poder, entre outras. Essa percepção nos aproximou à crítica feita por Michel de Certeau (2012) na qual põe do avesso o olhar acadêmico sobre as práticas cotidianas. O autor buscava pensar as táticas, as maneiras de uso que não se subordinam a modelos sintéticos que categorizam, rotulam, essencializam e engessam as maneiras de estar no mundo.

Foi possível observar, na Casa Amarela, que ao lado do estigma da violência e dos silenciamentos aos quais os moradores das periferias estão submetidos surgiam diversas expressões culturais no território que são, em sua maioria, invisibilizadas.

Neste sentido, o projeto “Deixa a periferia falar: rede de conversas e de autorrepresentação junto à jovens do coletivo Enraizados (Nova Iguaçu)” aceitou o desafio proposto pelo dia a dia da Baixada Fluminense e buscou

complexificar as significações e os usos destas expressões a partir das narrativas (verbais e/ou imagéticas) produzidas pelos jovens moradores desse território tão marcado pelas narrativas da violência e carência, na pretensão de compreender as práticas políticas cotidianas em seus movimentos. Em outras palavras, nos propusemos a buscar compreender como os jovens da Baixada Fluminense encontram significações e usos diferenciados para a ideia de democracia, violência, liberdade, poder, entre outras, em suas práticas cotidianas a partir das experiências vividas nos convívios das ações culturais de cunho de resistência. Estas significações são questões que precisam ser discutidas nestes processos, uma vez que se articulam e se modificam ao longo dos projetos políticos e por meio de diferentes relações.

No processo de extensão universitária, o projeto “Deixa a Periferia falar...” permite a interação entre o chamado saber acadêmico e o saber produzido no território pelos jovens agentes culturais populares de uma comunidade periférica. Compreendemos estes agentes culturais como praticantes de cultura a partir da proposta de Michel de Certeau que defende uma ciência social capaz de

rastrear as modalidades específicas de práticas ‘enunciativas’, manipulações de espaços impostos, táticas relativas a situações particulares abrindo espaço para a possibilidade de analisar o imenso campo de uma ‘arte de fazer’ diferente dos modelos que reinam (em princípio) de cima para baixo da cultura habilitada pelo ensino (do superior ao primário) e que postulam, todas elas, a constituição de um lugar próprio (um espaço científico ou uma página branca para escrever) (CERTEAU, 1994, p. 86).

Ao produzirmos narrativas a partir do projeto de extensão, produzimos conhecimentos que poderão ser levados para a sala de aula em disciplinas como “Atividades Culturais” ou “Políticas Culturais” do curso de bacharelado em Produção Cultural (IFRJ) ou mesmo na disciplina “Pesquisa e Prática Educativa” no curso de licenciatura em História (UFF). A produção imagética desta ação extensionista poderá, também, ser objeto de análise pelos discentes dessas disciplinas, assim como a análise do discurso decorrente das rodas de conversas. A integração da tríade (Ensino – Pesquisa – Extensão) com os saberes cotidianos faz com que o IFRJ e a UFF consigam transpor “os muros da escola” e, na interação, produzir outros saberes. Ainda como produto do projeto, foi organizado uma exposição das fotografias selecionadas e legendadas pelos próprios jovens que fazem parte do Instituto Enraizados durante a XXIII Semana da Tecnologia do IFRJ/campus Nilópolis (SEMATEC), em 2019, buscando garantir uma via de mão dupla entre o instituto e a comunidade.

É relevante informar, também, que este projeto representou uma continuação do projeto de extensão, também contemplado em edital interno

da CoEx/campus Nilópolis do IFRJ, “Deixa a escola falar- rede de conversas e de autorrepresentação sobre democracia, liberdade e espaços coletivos” realizado, em 2017, no Ciep 172 – Nelson Rodrigues – em Nova Iguaçu, Baixada Fluminense e que teve seu processo analisado em Andrade e Guerreiro (2018). Uma das percepções da equipe de extensionistas foi que, ao ser realizado nas dependências do referido Ciep, permitiu uma abertura para a produção de outros conhecimentos além dos curriculares, mas também, demonstrou que alguns discentes ficaram reticentes ou mesmo receosa(o)s em expressarem suas opiniões e debater abertamente alguns temas por estarem no espaço escolar. Assim, replicar as rodas de conversas e imagens junto a um coletivo cultural no mesmo bairro do Ciep – no caso no Instituto Enraizados - visou ampliar o espaço de produção das imagens para além do muro da escola e, ao mesmo tempo, buscar minimizar as interferências institucionais, mesmo que subjetivas que julgamos poder ter ocorrido no interior da escola².

Contextualizando o “Enraizados”

O Instituto Enraizados foi inventado em 1999, em Morro Agudo, bairro da cidade de Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro, como uma possibilidade de conectar jovens praticantes dos quatro elementos da cultura hip hop (rap, DJ, break e graffiti) das periferias de todo o Brasil. Hoje é considerado um dos principais movimentos do hip hop do Rio de Janeiro e por que não dizer, do país.

Surge como um movimento informal, com a participação exclusivamente de jovens artistas e agitadores culturais que pretendiam, através de suas ações, chamar a atenção da população de uma forma geral para as mazelas produzidas pela desigualdade social e pelo descaso do poder público com os bairros de periferia.

Após 20 anos, o movimento se institucionalizou e milhares de pessoas atravessaram sua história, forjando a forma como o Enraizados atua e é reconhecido pela sociedade.

Atualmente, com sua sede localizada no centro do bairro Morro Agudo, o Enraizados funciona como um catalisador de ideias e ações das diversas juventudes que se aquilombam no local, por isso conhecido como Quilombo Enraizados, onde experimentam, aprendem, ensinam e colocam em prática suas ideias.

² O projeto inicial das rodas de conversas e imagens é de Nivea Andrade e se iniciou ainda em 2016 em uma escola municipal da zona norte do Rio de Janeiro. Lá também foi experimentada pela autora a percepção de possíveis amarras “invisíveis” do poder instituído em constante embate com as produções de subjetividades dos discentes de escola pública que buscam fugir dos prognósticos hegemônicos sobre os seus futuros.

Os jovens que chegam no Enraizados, seja para práticas culturais, para participar de oficinas ou como público dos eventos, aos poucos vão sendo acolhidos por outros jovens e se descobrindo dentro das várias possibilidades que são postas. Inicialmente colaboram em ações da instituição, seja na manutenção do espaço ou na produção dos eventos, participam dos encontros e formações disponibilizadas pela instituição e por parceiros, interagem na produção de atividades de outros jovens até que começam a liderar seus próprios projetos, e assim reiniciam o ciclo, acolhendo os novos jovens que chegam.

É comum a realização de parcerias institucionais com a participação dos jovens que orbitam o Quilombo Enraizados, como foi o caso deste projeto de extensão proposto em parceria com o IFRJ e a UFF, onde um grupo de jovens do Instituto Enraizados participou de atividades de rodas de conversa a partir de fotografias que faziam no próprio bairro.

Por que “Deixa falar”?

Conforme já foi citado anteriormente, chegamos ao Enraizados a partir de um percurso que começou em uma escola pública na zona norte da cidade do Rio de Janeiro, caminhou até uma escola pública no bairro de Morro Agudo e, por fim, chegamos ao Instituto Enraizados.

E no caminho percorrido até Morro Agudo, a imagem e a conversa foram usadas como metodologia que nos permite um processo de produção de conhecimento em rede e que ajuda a evitar o que Inês Oliveira (2007) chamou de “cegueira epistemológica”. Partindo de questões levantadas por Boaventura de Souza Santos (2003) sobre as dificuldades que temos em conseguir compreender a diversidade cultural, Oliveira nos diz que a nossa visão sobre o outro muitas vezes é parcial. E assim também em relação ao que nos é estranho. Segundo a autora,

Não detemos, portanto, os meios para compreender e poder, a partir daí, crer e ver/ler/ouvir determinadas classificações, determinadas formas de compreender o mundo, determinadas formas de organização social, determinados valores morais, entre tantas outras coisas que nos causam espanto e nos imobilizam a capacidade de raciocinar “friamente”. (OLIVEIRA, 2007, p. 54).

Pensamos que, assim, nós, pesquisadoras e pesquisadores podemos ao menos minimizar a incapacidade de, mesmo utilizando todos os nossos sentidos, apreendermos tudo o que acontece no processo de produção de conhecimento.

Como a nossa pesquisa se insere na perspectiva dos Estudos com os Cotidianos (ALVES, 2008), percebemos nos tecendo conhecimentos através das conversas e nos sentimos desafiados pelas falas dos nossos interlocutores. Precisávamos, portanto, reafirmar a potencialidade das nossas conversas em suas dimensões política criadora, em sua poética política. (ANDRADE e GUERREIRO, 2018, p. 89)

A opção por promover, neste projeto de extensão, o debate a partir da produção de imagens parte do princípio de que as imagens pelas quais estamos cercados permanentemente na sociedade contemporânea permitem processos de aprendizagem/ensino. Como afirmamos em outro momento (ANDRADE e GUERREIRO, 2019, p. 79) trata-se de “algumas rodas de imagens e outras de conversas”.

Comungamos com Manguel nos lembra que:

quando lemos imagens - de qualquer tipo, sejam pintadas, esculpidas, fotografadas, edificadas ou encenadas-, atribuímos a elas o caráter temporal da narrativa. Ampliamos o que é limitado por uma moldura para um antes e um depois e, por meio da arte de narrar histórias (sejam de amor ou de ódio), conferimos à imagem imutável uma vida infinita e inesgotável (2008, p.27).

Através das narrativas dos jovens agentes culturais populares, ao explicarem as imagens produzidas sobre as relações de poder, buscamos compreender o que transborda das imagens e dialoga com os temas propostos. Importa lembrar, neste sentido, o alerta de Manguel ao afirmar que “nenhuma narrativa suscitada por uma imagem é definitiva ou exclusiva” (2008, p.28). Buscaremos, portanto, encontrar nas imagens, os desvios, as linhas de fuga (DELEUZE e GUATTARI, 1997), as possibilidades de subversão dos clichês que possam ser produzidos a partir de temas tão usuais como paz, liberdade, democracia, espaços coletivos e outros que possam estar perpassados pelas relações de poder na comunidade.

A opção por iniciar os debates a partir das produções imagéticas também passou pelo reconhecimento de que a produção das imagens de autorrepresentação se configura em uma prática cotidiana em sociedades contemporâneas, comprovada pela quantidade excessiva de fotografias denominadas *selfies* publicadas nas redes sociais.

Na construção da autoimagem, Gonçalves e Head (2009) anunciam o devir imagético, um movimento no qual a imagem etnográfica passa a ser entendida a partir da possibilidade que cada um tem na criação de suas próprias significações, sem ser reconhecido meramente pela submissão direta em relação às forças sociais.

O devir-imagético dá conta desta autonomia do indivíduo e sua possibilidade de autorrepresentação criativa que não coincide com a ideia clássica de ‘representação coletiva’. A individuação criativa

dos personagens-pessoas desenvolve uma autonomia de significados que não está submetida diretamente à força imanente da sociedade. Pelo contrário, o improvisado, a fala, a narração, não exercem o papel de uma discursividade neutra, são puras agências no sentido de que criam e agregam novos significados ao mundo e às coisas ao mesmo tempo em que transformam aqueles que constroem a narrativa etnográfica, seja o antropólogo, seja seu personagem etnográfico. Seguindo esta premissa, a realidade sociocultural não é apreendida a partir de uma concepção de representação, mas de experimentação do mundo. (GONÇALVES e HEAD, 2009, p.26)

Não buscamos, portanto, captar neste projeto, meramente um significado e uma única representação de espaços coletivo, de liberdade, de democracia nas imagens produzidas por jovens agentes culturais populares do Movimento Enraizados. Buscamos, na verdade, compreender as suas formas de experimentação do mundo, os seus desvios, as suas burlas, os seus clichês e as suas contradições na produção das imagens. Neste sentido,

um aspecto intrigante da autorrepresentação consiste, quase por definição, na ausência de uma divisão 'clara e distinta' entre a própria representação e o que ela representa, estabelecendo, assim, uma confusão de horizontes que se manifesta tanto mais fortemente nos casos em que imagens – fotográficas, fílmicas, pintadas, desenhadas, ou até 'vestidas' – passam a ser matérias centrais destas autorrepresentações (GONÇALVES e HEAD, 2009, p. 21).

Promover a imagem de autorrepresentação em um projeto de extensão permite também um tensionamento das relações entre o extensionista e o público beneficiário, subvertendo a ideia de que o primeiro produz conhecimento a partir da prática do outro. A imagem denuncia a sua própria condição de produto da relação de quem produz, de quem é retratado e de quem observa a imagem.

As representações são produzidas através de um 'jogo de espelhos' em que as 'imagens sobre si' se produzem através dos outros em um processo, eminentemente, relacional, fazendo com que as imagens de si afetem e sejam afetadas pelas imagens dos outros sobre si. Assim, auto-imagem [sic] é por definição uma imagem em transformação, o que acentua o seu 'devir-imagético' (GONÇALVES e HEAD, 2009, p20).

Este projeto não teve como objetivo fazer uma história dos conceitos de poder, porém buscamos compreender os processos de significação e os usos destes conceitos nas práticas cotidianas desses jovens.

Neste sentido, partindo da definição geral de Boaventura Santos (2007) que compreende, em princípio, o poder como "qualquer relação social regulada por uma troca desigual" (SANTOS, 2007, p. 266), problematizamos os diferentes processos de significação do poder através dos seus desdobramentos nas significações da liberdade, democracia e espaço coletivo para os jovens agentes culturais populares do Enraizados.

O primeiro encontro aconteceu na sede do Enraizados ou, como eles mesmos denominam, Quilombo Enraizado, logo após o início de vigência do projeto, ainda em julho de 2018. Era um encontro de apresentação do projeto. Nos apresentamos também como pesquisadores de duas instituições de ensino superior sediadas na Baixada Fluminense e em Niterói/RJ - respectivamente IFRJ e UFF. Dois de nós somos professora(e)s e o outro de nós, além de doutorando na Faculdade de Educação da UFF é o idealizador e coordenador do Instituto Enraizados. O nosso encontro se deu em um projeto de pesquisa³ que vem sendo realizado desde 2014 e no qual o coordenador do Enraizados foi um dos participantes.

Neste primeiro encontro tivemos a participação de quinze jovens entre 18 e 25 anos. Participantes ativos do Enraizados e/ou praticantes culturais da região que ouviram falar da proposta inicial do projeto de extensão, estavam ansiosos por encontrar com o "pessoal da Universidade".

Após a rodada de apresentação de cada um, apresentamos a proposta do projeto cujas atividades seriam iniciadas um mês e meio após esse encontro. Iniciamos dizendo que o dispositivo disparador das nossas conversas a partir das imagens produzidas pelas(os) agentes culturais, girava em torno de um tema muito utilizado na mídia, academia e movimentos socioculturais, porém que merecia uma (re)qualificação a partir do olhar do jovem morador de periferia: Direitos Humanos. E que gostaríamos de iniciar com o dispositivo-tema "democracia". Concordamos com Andrade (2019) sobre a pluralidade de concepções sobre o que é Direitos Humanos já que são

acúmulos históricos, resultantes de intensas lutas de pessoas que nos deixaram como legado direitos civis, políticos e sociais, que vão muito além da legislação e jurisprudência. Trata-se de percepções sociais da vida humana, seu direito de existência e reprodução. Neste sentido, dizem respeito à produção da sobrevivência em suas dimensões políticas, econômicas e culturais. Tema complexo que se constitui no embate entre aqueles que defendem direitos individuais, relacionados a conquistas das revoluções burguesas e aqueles que defendem os direitos humanos como direitos que se constituem na coletividade, nas interações entre grupos sociais, só existindo como tal (ANDRADE, 2019 apud PASSOS, P; MULICO, L., 2019, p. 6).

Como informamos desde o início aos jovens agentes culturais, o projeto foi pensado para ser realizado com eles e não sobre eles. Assim, após amplo debate sobre Direitos Humanos e democracia, decidiram que o tema que mais os instigavam a debater seria "Território e Sociedade".

3 Projeto de pesquisa "Ações culturais na Baixada Fluminense: diálogos e autorrepresentações" financiado pela Faperj (Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro), PROPP/IFRJ (Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação do IFRJ) e Copi/IFRJ/Nilópolis (Coordenação de Pesquisa do campus Nilópolis do IFRJ) em diferentes fases.

Como o que nos motivava era a interlocução sobre o conteúdo de algumas palavras associadas à Direitos Humanos, acordamos de imediato.

Na semana do segundo encontro e o primeiro das rodas de imagens e conversas, o coordenador do Enraizado nos solicita que este ocorra no "Buteco da Juliana". Quando o Enraizados ainda não havia obtido a cessão de posse da prefeitura de Nova Iguaçu da sua atual sede, o Sarau Poetas Compulsivos, que é organizado e produzido pelos membros do Enraizados, acontecia no "Buteco da Juliana". O espaço era disponibilizado para o sarau gratuitamente ficando a comercialização de petiscos e bebidas para o espaço. O sarau acontecia, até o início da pandemia de Covid-19 (março de 2020), no primeiro sábado de cada mês. O nosso encontro aconteceria em 01/09/2018, quando haveria uma edição do Sarau. Como diversos praticantes que participariam da roda também estavam produzindo o Sarau "Poetas Compulsivos", nos reunimos no "Buteco da Juliana" onde, ao chegarmos, toda a estrutura para o sarau já estava montada o que facilitou a nossa ação.

Iniciamos a conversa retomando a proposta da discussão sobre territórios, decidida no último encontro, a partir das imagens produzidas pelos grupos. Como havia novos participantes, uma das pesquisadoras recuperou rapidamente o que foi discutido no primeiro encontro e falou um pouco da metodologia que seria utilizada:

A nossa metodologia é bem simples, ok? Nós temos algumas máquinas fotográficas que estão aqui, com as meninas [estudantes do IFRJ e da UFF]. A gente vai se dividir em grupos. Não são as meninas que vão tirar fotos, não. Elas só estão responsáveis pelo grupo um pouco para contar para a gente depois, compartilhar o que foi feito pelo grupo, fazer tipo uma ata para a gente. Mas a ideia é que cada grupo tenha vinte minutos para fazer fotografias com o tema "território". Como é que cada um vai fazer, que tipo de abordagem, veremos depois... Enfim, a ideia é essa. A gente volta depois desses vinte minutos, a gente projeta essas imagens, e essas imagens, elas vão virar o motivo para a nossa roda de conversa. A gente vai conversar sobre as imagens projetadas, tá? Então a ideia é um pouco essa. Teremos várias rodas de imagem e conversas até 2019. Terminado o projeto a gente vai escrever sobre esse processo. Obviamente escrevendo com todo respeito às pessoas que vão estar apresentando ou falando, enfim, vocês vão avaliar o nosso trabalho. Vamos fazer uma exposição com essas fotografias, obviamente com a autorização de quem tirou a fotografia e do próprio grupo. Uma exposição na Universidade Federal Fluminense, no Instituto Federal do Rio de Janeiro de Nilópolis, no Enraizados e em outros lugares também (Pesquisadora Nivea Andrade. Diário de campo do projeto. Nilópolis: IFRJ, 01 set. 2018).

Após essa fala os participantes se dividiram em grupo de 4 (quatro), cada um com uma máquina fotográfica. Eles saíram pelas ruas de Morro Agudo e fizeram imagens do que seria "território e sociedade" para eles, conforme tínhamos apresentado no primeiro encontro.

Entretanto, nesse intervalo de 20 minutos chegaram mais jovens. Apesar de não terem tirados fotos ou participado de qualquer grupo, participaram das discussões sobre o que as imagens suscitavam para ela(e)s.

Figura 1– Quilombo Enraizados



Fonte: acervo do projeto

Ao retornarem, a equipe de pesquisadoras recolheu todos os cartões de memórias dos grupos e iniciou a projeção das imagens em um telão.

A primeira foto apresentada (Figura 1) foi a do portão de entrada do Quilombo Enraizados. Nessa ocasião, o Quilombo Enraizados ainda estava realizando a readequação do espaço físico da sua sede e, como já salientado, essa roda de conversa aconteceu no “Buteco da Juliana”. O jovem fotógrafo ao conversar sobre a foto disse que “quando a gente pensa em território pensa também muito em lugar de lazer, em como você se sente bem. A sua casa é um território e dentro do seu próprio território tem outro, pode ser no seu quarto, que você se sente à vontade”. Para ele, o Enraizado é um território, é um local onde se identifica, onde a maioria dos participantes da roda já foi e tem uma sensação de pertencimento. Dentre as diversas concepções de território (geográfica, política, econômica, entre outras), o jovem fotógrafo sublinhou o que para ele mais o afeta: a dimensão simbólica e mais subjetiva. Para ele e outros que debateram a fotografia, o Quilombo Enraizados é território como produto da apropriação e valorização simbólica que os frequentadores fazem do espaço vivido.

Figura 2 – Praça da Igreja



Fonte: acervo do projeto

Em outra fotografia projetada no telão, aparece a Figura 2. Foto que provoca bastante debate entre a(o)s jovens, pois marca uma pequena praça triangular que contém três bancos em cada lado e que tem ao fundo uma igreja católica. Para um dos jovens trata-se da “praça da igreja”. Para outro é uma marcação no território: “você mora do lado de Morro Agudo ou do lado da igreja”. Deleuze e Gatarri (1997) propõem que, muito além de produzir territórios, nós desterritorializamos, deslocando significações.

Quando pensamos na igreja não como uma constituição religiosa, mas como uma marcação, como um ponto de encontro, estamos desterritorializando. Assim como foi apresentado na discussão sobre o Quilombo Enraizado na Figura 1. Porém, enquanto a sede do Enraizados é percebida como um território onde os jovens se sentem bem, a igreja “descolada” da praça é um território de relação de poder religioso. Poderíamos, então, conforme Hasbaert (2009) apresenta, olhar o território igreja em uma concepção de relação de poder político-religioso, um espaço controlado e delimitado onde se exerce um poder que em outras épocas da história brasileira, muito se identificou com o poder político estatal. Pois, a igreja é, também, um local onde um grupo de pessoas se reúne por um motivo comum, ou seja, é um território dentro do território.

Na roda de conversa, contudo, a maioria dos jovens fotógrafos não reconhece a igreja como um território de Morro Agudo. Já a pequena praça, sim. “Já teve festa de aniversário ali na praça. Então é praça!”, diz um dos jovens. Retornamos ao debate sob o viés do aspecto simbólico e cultural que está associado ao conceito de território, pois discutir território é perceber as diversas concepções que podemos acionar para olhar para ele. Outra jovem pede a palavra para falar sobre a fotografia: “acho que (representa território) não pela igreja em si, mas pela construção dentro de Morro Agudo”. Seguimos adiante.

Figura 3 – Praça de Morreba



Fonte: acervo do projeto

O segundo dispositivo inicial para discussão foi o tema “sociedade”. A fotografia que mais foi identificada pelos praticantes culturais com o tema foi a da praça de Morro Agudo, cujo nome oficial é Praça João Antonio Pires. Apelidada por uma parte dos moradores de Morro Agudo e pelos praticantes culturais do Enraizados de “Praça de Morreba”, esse é o principal espaço público onde ocorrem atividades culturais e de lazer do bairro. Um dos cursos ofertados pelo Enraizados – curso de produção cultural – tem como culminância a produção do Festival Caleidoscópio que ocorre nessa praça. Neste evento são realizados shows de rap, sarau de poesias, workshop de produção musical, painel de graffiti, entre outras atividades, todas produzidas pelos alunos do curso. Só essa contextualização possibilita-nos perceber a importância dada a esse espaço público para a(o)s jovens praticantes culturais que integram o Enraizados.

Na conversa sobre a foto foi lembrado, ainda, que aconteciam outras atividades culturais na praça, existiam quiosques de venda de produtos de artesanato e mesas de cimento fixas, onde jovens e adultos ficavam conversando ou jogando cartas. A autora da foto lembrou que quando criança saía de sua localidade pedalando durante 20 minutos para chegar à praça de Morro Agudo, pois ali era o lugar de "curtição, de lazer". Ainda segundo ela, a praça "é um lugar importante para os moradores de Morro Agudo e quem trabalha com cultura sabe disso". Se as narrativas são sobre a praça como um lugar de socialização para a população local, vimos, na roda de conversa, a insatisfação dos participantes com o descaso do poder público municipal com o espaço. Mas, principalmente, a praça aparece como um local onde as contradições e relação de poder se expressam. Um dos jovens informou que construções irregulares que ocupavam a praça tiveram medidas de repressão diferentes de acordo com o poder econômico de quem cometeu a irregularidade. Enquanto alguns tiveram que retirar ou destruir alguma construção ilegal, outro(s) não foram incomodados pelo poder de fiscalização da prefeitura.

Uma coisa, porém, pudemos observar aflorar do debate sobre a fotografia da praça: a preocupação dos agentes culturais em preservar e melhorar o espaço público para além das realizações de atividades culturais. Em uma das falas, uma das participantes falou que antes mesmo da realização do projeto, os membros do Enraizados se reuniram para discutir sobre como poderiam denunciar as irregularidades de ocupação física da praça, mas que ficaram desanimados frente ao poder econômico de quem ocupava o espaço. Porém, após as discussões sobre a fotografia se sentia com mais confiança em organizar outras ações.

Após a primeira roda de imagens e conversas tendo como tema "território", vários participantes do Enraizados se organizaram e produziram autonomamente o projeto "Meu bairro, meu ambiente" onde a produção de imagens sobre Morro Agudo atingiu outros moradores para além do movimento Enraizados. Mesmo não sendo um "produto" direto do presente projeto, acreditamos que as rodas de conversas acabaram influenciando a construção da proposta e tema do projeto do Enraizados.

As rodas de imagens e conversas acabam provocando um debate crítico sobre os temas abordados. Seja com as/os jovens das duas escolas públicas onde ocorreram versões desse projeto de extensão, seja no Enraizados. E esse é um dos objetivos do projeto: ajudar a ampliar a consciência crítica dos participantes a partir das trocas de experiências e saberes tendo os temas a serem fotografados como disparadores das conversas.

Considerações finais

De acordo com as narrativas, refletir sobre a própria vida, ou sobre o território em que vivem, a partir de fotografias, foi algo que impactou significativamente os participantes, principalmente pelos gatilhos⁴ que as fotografias conseguiram disparar.

Talvez tenha sido uma surpresa para a maioria, pois alguns acreditavam que não haveria tanta coisa para conversar, entretanto, as rodas de conversas se estendiam por horas, uma conversa se emendava em outra e disparava mais uma série de novas lembranças e reflexões, que traziam à tona conflitos e então mais conversas.

Após essas atividades que aconteciam normalmente aos fins de semana, os jovens participantes passavam a semana inteira comentando sobre os temas que eram discutidos, buscando acessar os textos que eram propostos durante as rodas de conversa. Após o término desses encontros, talvez pelo sentimento de falta deles, alguns integrantes do Enraizados se uniram e decidiram formar um coletivo preto chamado Ralsis, onde um grupo de pessoas trocam artigos acadêmicos, livros e filmes com a temática negra, e se reúnem para discutir a respeito de temas específicos. E, conforme a roda pensada na metodologia da pesquisa, volta a si mesma para se subverter.

Referências

- ANDRADE, Nivea. Prefácio. In: PASSOS, P; MULICO, L. (orgs) **Educação e Direitos Humanos na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. v. 6 – João Pessoa, PB: IFPB, 2019.
- _____; GUERREIRO, João. Pensando a democracia com jovens da Baixada Fluminense: algumas rodas de imagens e outras rodas de conversa. **Políticas Culturais em revista**, Salvador, v. 11, n. 2, p. 79-100, jul./dez. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/pcr.v11i2.28706>. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/28706>. Acesso em: 30 set. 2020.
- ANDRADE, Nivea; GUERREIRO, João. Táticas das juventudes. **PERIFERIA**, Duque de Caxias, v. 11, n. 4, p. 134-154, set./dez. 2019. DOI: 10.12957/periferia.2019.43064. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/periferia/article/view/43064>. Acesso em: 30 set. 2020.
- CERTEAU, Michael de. **A invenção do cotidiano 1: Artes de fazer**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- _____. **A cultura no plural**. 7. ed. Campinas: Papirus, 2012.

4 Utilizamos o conceito de gatilho emprestado da psicologia entendendo-o no contexto desta pesquisa como uma série de estímulos emocionais produzidos por imagens, neste caso, fotografias, que desencadeiam novos comportamentos ou sentimentos. Para um maior aprofundamento do tema ver MORAN, E. (1980), EKMAN, P (2011) entre outros.

- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia (Volume 4), Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.
- DUDU de Morro Agudo. **Juventude BXD**. Nova Iguaçu: Hulle Brasil, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cBgSv9iVbAw>. Acesso em: 10 dez. 2020.
- GONÇALVES, Marco Antonio; HEAD, Scott. Confabulações de alteridade: imagens dos outros (e) de si mesmos. In: GONÇALVES, Marco Antonio e HEAD, Scott. *Devires Imagéticos* – a etnografia, o outro e suas imagens. Rio de Janeiro, Ed. 7 letras, 2009.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- MANGUEL, Alberto. **A cidade das palavras**: as histórias que contamos para saber quem somos. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- OICULT; JICS. Diários de campo do projeto de extensão “Deixa a periferia falar: rede de conversas e autorrepresentação junto à jovens do coletivo Enraizados (Morro Agudo/Nova Iguaçu)”. Nilópolis: IFRJ, 2018
- OLIVEIRA, Inês. Aprendendo nos/dos/com os cotidianos a ver/ler/ouvir/sentir o mundo. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 98, p. 47-72, jan./abr. 2007.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. In: _____. (Org.). **Reconhecer para libertar**: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 427-462.
- _____. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. 6ª edição. São Paulo: Cortez, 2007.
- SOIHET, Raquel. **A subversão pelo riso**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

Ciclo de Formação em História, Memória e Cultura Indígena

Affonso Celso Thomaz Pereira
Alexandre Oliveira Pimentel

Introdução

No presente artigo trataremos do projeto de extensão Ciclo de Formação em História, Memória e Cultura Indígena, realizado no IFRJ - campus Nilópolis entre agosto de 2018 e julho de 2019. Este projeto foi concebido com alguns propósitos específicos e complementares, entre eles, dar visibilidade às temáticas indígenas dentro do espaço acadêmico; inserir no âmbito de uma instituição marcadamente de tradição das ciências exatas (o IFRJ, antiga Escola Técnica Federal de Química), um espaço de discussão política, cultural e pedagógica sobre o tema; promover uma interseção entre a academia, a comunidade externa e as realidades dos povos indígenas no presente, por meio da presença intensiva de seus representantes no campus; e, por fim, embora não tenha sido voltado especificamente para professores do ensino médio e fundamental, contribuir para a qualificação desses profissionais, responsáveis pelo cumprimento da Lei 11.645, de 2008, que incluiu no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

O ciclo foi contemplado no edital interno nº 03/2018, de fomento a Projetos de Extensão, sob o acompanhamento da Coordenação de Extensão do IFRJ - campus Nilópolis. Os recursos tornaram possível viabilizar a presença de convidados e estruturar, de forma adequada, a logística de recepção e locomoção. Também através do apoio e dos recursos destinados à extensão, foi possível promover a seleção de dois bolsistas de graduação, que contribuíram decisivamente para o bom funcionamento do projeto. Deste modo, o projeto possibilitou aos bolsistas a vivência de experiências na organização do ciclo e a imersão neste ambiente específico do debate acadêmico, cultural e político - a temática indígena -, com os devidos cuidados e preocupações de ordem ética (como o respeito à diferença, a escuta atenta, a proeminência da fala).

Ao longo deste artigo faremos uma apresentação do projeto, seguiremos com uma descrição do desenvolvimento da ação e da abordagem dos aspectos teóricos e metodológicos que nortearam o ciclo e, na sequência, faremos uma breve descrição dos seus oito encontros. Ao final, teceremos nossas considerações finais sobre a experiência e o processo de execução do ciclo.

Apresentação do projeto

O Ciclo de Formação em História, Memória e Cultura Indígena (que em 2021 terá sua segunda edição) foi um projeto de extensão construído no formato de uma série de oito encontros presenciais, entre agosto de 2018 e julho de 2019, no auditório do campus Nilópolis do IFRJ. O Ciclo contou, em

cada um dos seus encontros, com palestras de representantes e lideranças indígenas, e acadêmicos especialistas na área, indígenas ou não. Após as palestras seguia-se sempre um espaço de debate com o público. Em média, o tempo total de cada encontro foi de quatro horas. Estavam previstas duas visitas de campo a aldeias do Rio de Janeiro, no entanto, apenas uma foi realizada devido ao corte de recursos financeiros no Instituto.

Todas as atividades foram pensadas previamente para serem registradas em fotografias e em vídeo. Para isso, fizemos uma parceria com o Núcleo de Criação Audiovisual (NUCA), laboratório do bacharelado em Produção Cultural do IFRJ - campus Nilópolis, que filmou todos os encontros. Os registros fotográficos foram realizados pela própria equipe do projeto e, eventualmente, pela assessoria de comunicação do campus. Os registros em vídeo foram de extrema importância, posto que nossa proposta previa a divulgação deste material em uma página na internet, tanto para público interno como externo, como produto do projeto servindo de material didático ou fonte de pesquisa.

Chamamos de Ciclo de Formação porque tínhamos – e mantemos – a pretensão de tornar este projeto em uma ação permanente em nosso Instituto, considerando a formação, nossa e dos extensionistas, abrindo um espaço para estudantes, pesquisadores e professores participarem como parceiros; um trabalho continuado ao qual voltamos permanentemente para atualização, crítica e para a conformação de espaços de afirmação política, institucional, em diferentes níveis, em relação a comunidades e povos indígenas no Brasil. Do mesmo modo, como projeto de extensão, ele se desdobra em pesquisa e ensino, na medida em que as palestras e debates serão disponibilizados para consulta, como material didático e como fonte de pesquisa, estendendo sua ação no tempo e para além do espaço do IFRJ.

Diante da insuficiência de formação pedagógica, política e cultural de estudantes, docentes, e da sociedade em geral, sobre a temática indígena¹, o curso teve como proposta contribuir para o maior reconhecimento e visibilidade dos povos indígenas no presente por meio do diálogo e da reciprocidade política, cultural e pedagógica que parte da esfera acadêmica e pretendeu se desdobrar no público participante e nas ações de divulgação.

1 Além da legislação que determina o ensino de história e cultura indígena ser bastante recente (2008), os centros de formação acadêmica incorporaram muito tardiamente disciplinas voltadas para este tema em diálogo com o ensino médio - a antropologia não estabeleceu pontes visíveis para a produção de material didático e para a inserção nos programas de ensino médio. Os livros didáticos confirmam esse déficit no tratamento. Contribui decisivamente a pouca penetração de temas, questões e debates dos movimentos sociais e representações indígenas na imprensa e na opinião pública. (LAMAS, F. G.; VICENTE, G. B.; MAYRINK, N. 2016)

Desenvolvimento da ação

Iniciamos a proposta do ciclo com uma série de reuniões internas, com a equipe de coordenação e os bolsistas. Nesses encontros foram propostas algumas leituras de textos acadêmicos, assim como um trabalho de estruturação das aulas. Após o desenho final da programação do ciclo, foram feitas as costuras necessárias com as lideranças indígenas e com professores e grupos de pesquisas parceiros em outras instituições acadêmicas para viabilizar a presença dos convidados e a adequação de cada um nas temáticas propostas.

Com essa etapa superada, partimos para a divulgação do ciclo, visando atingir um público bastante amplo, que tivesse interesse em debater a temática indígena. Havia, certamente, um público potencial mais próximo, formado tanto por alunos, quanto por professores e mesmo servidores técnico-administrativos do nosso próprio campus. Entretanto, como uma ação de extensão, tínhamos o claro objetivo de atingir outros públicos, como professores, estudantes e mesmo um público geral, desde que interessado nessas temáticas. Fizemos então um mapeamento de páginas, grupos e redes na internet e selecionamos uma série de locais estratégicos para a colocação de pequenos cartazes de divulgação do ciclo. Dada a ampla rede de divulgação já estabelecida pela Coordenação de Extensão do campus Nilópolis nas redes estadual e municipal de ensino, bem como em instituições de ensino superior da Baixada Fluminense, conseguimos ampla divulgação oficial do curso. As inscrições foram realizadas tanto pela internet quanto presencialmente, na coordenação de extensão do campus. Os resultados se mostraram extremamente positivos, confirmando o interesse e a carência de formação nessa temática. Obtivemos um total de 126 inscrições, além dos que se inscreveram no primeiro dia de atividades do curso, totalizando no primeiro encontro 138 inscrições.

Os encontros foram realizados presencialmente, no auditório do IFRJ Nilópolis, único espaço que poderia comportar uma ação deste porte. Tanto pelo número de lugares disponíveis (192), quanto pelo conforto e disponibilidade de equipamentos, como projetores, telões e microfones. Para cada um dos encontros, tanto no caso das palestras quanto na saída de campo, foram chamados convidados externos. Com cada convidado foi feita uma aproximação prévia para apresentação do projeto, tanto para colher sugestões em relação à sua participação específica, quanto em relação ao projeto como um todo. Deste modo, o envolvimento dos convidados foi além de uma presença externa e pontual no evento, mas contribuiu para a formação

de parcerias intelectuais, acadêmicas e políticas para nosso curso e para o Instituto. Nessa aproximação, os convidados indicavam materiais (textos, livros, vídeos, etc.), que eram disponibilizados previamente aos inscritos para que pudessem se preparar e se aproximar dos temas propostos de cada encontro. Em cada uma das palestras, foi reservado um momento para debates e para a realização de perguntas por parte dos inscritos, assim foi possível estabelecer um ambiente ideal de troca de informações e de aprendizado.

Como forma de integração dos alunos inscritos foi criado um grupo fechado no Facebook, que serviu de canal para a circulação de informações e como forma de compartilhamento de materiais complementares. Antes de cada encontro, sempre postávamos vídeos, textos, reportagens, entre outros materiais, como forma de introduzir a temática a ser debatida, e qualificar os debates.

Importante destacar também que, durante todo o período de realização do ciclo, fizemos reuniões semanais entre os dois coordenadores e os dois monitores bolsistas, como forma de preparar a todos para os encontros, seja do ponto de vista conceitual – discussão de textos – ou mais operacional, de forma a organizar a pré-produção de cada um dos encontros. Essas reuniões mostraram-se de fundamental importância, uma vez que os temas a serem discutidos eram, em sua maior parte, estranhos aos bolsistas. Com o tempo, percebeu-se uma ampliação do envolvimento em termos conceituais e metodológicos na abordagem de diferentes aspectos referentes às temáticas indígenas; além, por suposto, de contribuir em sua formação na atuação como extensionista/pesquisador na realização de eventos acadêmicos.

Ao final do quarto 4º encontro, realizamos uma pesquisa qualitativa e quantitativa, como estratégia de leitura da percepção dos alunos sobre a organização do curso e sobre sua própria participação. Isso nos possibilitou fazer um balanço dos pontos positivos e fragilidades na elaboração, na realização e na comunicação com os extensionistas. Ao mesmo tempo, nos permitiu mapear, com maior precisão, o público participante, e obtermos a dimensão de quantos eram estudantes de ensino-médio, de graduação ou de pós-graduação, professores, de qual nível e rede, ou pesquisadores; além da distribuição espacial entre os municípios do entorno do campus Nilópolis (localizado na Baixada Fluminense) e bairros da capital Rio de Janeiro. Com isso, pudemos perceber o alcance do propósito do curso de extensão, no sentido tanto da incorporação da comunidade externa local e a satisfação de demandas sociais por parte da academia; como a construção de uma ponte com os povos tradicionais, neste caso, com as histórias, as memórias e as culturas indígenas dentro do espaço do Instituto Federal. Isso pôde ser verificado pela quantidade de professores e estudantes que nos informaram

terem incorporado temáticas trabalhadas nas palestras em suas pesquisas e aulas. Esse levantamento também serviu para pensarmos e aprimorarmos os eventos seguintes² e para ampliarmos nossas redes de circulação e de trocas de informação.

Aspectos teóricos e metodológicos norteadores

A concepção e o desenvolvimento do projeto partiram de alguns posicionamentos teóricos e metodológicos que nos serviram de fio condutor. Trabalhávamos, ao mesmo tempo, em um processo de construção e de desconstrução, ao selecionar os temas, os convidados e propor uma determinada linha - sem com isso impor aos convidados limites ou acordos prévios em relação às suas vozes.

Desconstrução de uma muito bem sedimentada tradição de narrativas e símbolos que, ao longo de nossa história – desde a colonização até os dias atuais – localiza os indivíduos e povos indígenas em posições subalternas, levando à desumanização de suas figuras, como na recente declaração do presidente da república de que “os índios estão se tornando seres humanos”³. Construção de uma sensibilidade e de uma abertura epistemológica para a compreensão e incorporação de princípios, visões de mundo, ontologias e temporalidades que fugiam às conformações ocidentais, capitalistas, cartesianas que regem a produção do conhecimento na academia.

Ainda que não seja o objetivo aqui fazer uma história da relação dos povos indígenas no Brasil, é importante ter claro esse recorte temporal, no sentido de compreender, ainda que sucintamente, os elementos que foram produzindo essa subjugação na narrativa e o apagamento de suas memórias. Seja pela análise da literatura, dos atos estatais e das ações organizadas pelas elites locais, o Brasil colonial presenciou uma vasta gama de formas de extermínio físico e cultural dos povos indígenas. A ação dos Bandeirantes na expulsão e tomada de terras indígenas pelo interior do país, desde São Paulo ao norte e nordeste; a decretação de guerra justa, pela qual o Império Português estimulava os proprietários de terra a escravizar aldeamentos indígenas ou a dizimá-los; e a condenação simbólica, através da literatura, em que os hábitos, costumes, religião indígenas eram considerados símbolos profanos, heréticos

2 O que se verifica com a realização do Ciclo Territórios e Culturas e o Seminário Questões Indígenas na Baixada Fluminense, ambos no ano de 2020.

3 Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/24/cada-vez-mais-o-indio-e-um-ser-humano-igual-a-nos-diz-bolsonaro-em-transmissao-nas-redes-sociais.ghtml>. Acesso em: 10/11/2020.

e, portanto, deveriam ser justamente condenados e apagados seus registros para o estabelecimento de uma sociedade cristã (BARRETO, 2016).

Durante a Monarquia procedeu-se a um vasto processo de incorporação cultural, na medida em que foi proibida a chamada Língua Geral e obrigado o uso do português como único idioma oficial, sobretudo pela burocracia estatal. Assim, uma vasta população de mestiços e indígenas foi forçada a introduzir-se à língua latina para ter acesso ao mundo oficial. A literatura com o movimento romântico de 1870, ao construir um projeto de nação, produziu uma idealização do elemento indígena que o colocava precisamente fora da história. O indígena era associado à natureza, já não era mais o elemento profano nem alvo da guerra justa – desde que se mantivesse como a idealização do bom selvagem, na floresta e fora da cidade, fora da história (ALMEIDA, 2010).

A lógica de perseguição e extermínio, durante a monarquia e a república, não diminuiu em relação ao período colonial, como podemos observar nas palavras de Paulo de Frontin em 1922, nas comemorações do Quarto Centenário do Descobrimento. O político carioca, duas vezes senador e patrono da Engenharia Brasileira, foi autor das seguintes linhas:

O Brasil não é o índio; este, onde a civilização ainda não se estendeu, perdura com os seus costumes primitivos, sem adiantamento nem progresso (...). Os selvícolas, esparsos, ainda abundam nas nossas majestosas florestas e em nada diferem dos seus ascendentes de 400 anos atrás; não são nem podem ser considerados parte integrante da nossa nacionalidade; a esta cabe assimilá-los e, não o conseguindo, eliminá-los. (Apud BESSA FREIRE, 2000, p. 21)

Como se vê, comparando as referências com cem anos de distância, a concepção mantém-se praticamente inalterada a ponto de um presidente da república e um político renomado fazerem declarações oficiais equivalentes sobre o lugar do indígena na sociedade.

Durante o século XX alguns avanços em relação à legislação foram verificados, por exemplo, a criação em 1910 do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais – que em 1918 seria transformado no SPI, separando a Localização de Trabalhadores Nacionais (Decreto-Lei nº. 3.454, de 6 de janeiro de 1918) – que passou a garantir a demarcação de terras e direitos, porém, submetidos aos interesses do desenvolvimento da expansão agrária. Pela primeira vez o Estado assumia uma política universal em relação aos indígenas, considerando-os indivíduos civilmente incapazes, submetendo-os à sua tutela.

A criação da FUNAI, em 1967, durante a ditadura civil-militar, reformulou o SPI adequando a novas necessidades o controle sobre as populações e

terras indígenas, em função da expansão agrária-mineradora nas décadas de 1960 e 70. Essa legislação mantinha a tutela sobre os indígenas, restringindo sua circulação fora dos aldeamentos, e ampliando as formas de repressão às manifestações de resistências dos povos contra a expulsão de terras, consequência da incorporação capitalista de terras indígenas. Predominava, então, a ideia de que os indivíduos indígenas deveriam ser incorporados à cidadania brasileira (isto é, abrir mão da identidade nativa), cumprindo aquela promessa de Frontin.

Somente com a Constituição de 1988 passamos a verificar uma nova relação entre o Estado e os povos indígenas, quando a sociedade civil passou a incorporá-los como artífices do texto constitucional, mantendo sua identidade nativa e se espelhando em legislações internacionais sobre povos tradicionais. A constituição garantia a proteção territorial, ainda que de forma problemática, pois, estabelecia um recorte cronológico arbitrário para delimitar as terras protegidas, aquelas que estivessem ocupadas naquele momento (1988) por determinada etnia, nação ou povo indígena. Com isso, eliminava-se todo o processo intenso de expulsão, grilagem e diáspora dos povos indígenas das décadas anteriores.

Nesse novo contexto, a FUNAI passa a adotar os princípios da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (de 27 de junho de 1989), estabelecendo novas concepções identitárias dando mais autonomia aos sujeitos indígenas. Nas palavras proferidas pelos membros da própria Fundação, identidade, reconhecimento e pertencimento “não são conceitos estáticos, mas processos dinâmicos de construção individual e social. Dessa forma, não cabe ao Estado reconhecer quem é ou não indígena, mas garantir que sejam respeitados os processos individuais e sociais de construção e formação de identidades étnicas” (FUNAI⁴). É através da autodeclaração e do reconhecimento dessa identidade pelo grupo de origem, que os indivíduos indígenas passam a ser reconhecidos oficialmente pelo Estado. No senso comum, no entanto, permanece quase inalterada a ideia de que o indígena é um ser fora da sociedade e ligado à natureza; de que sua incorporação ao modo de vida ocidental, em meio urbano, por exemplo, implica necessariamente a perda de sua identidade nativa (SILVEIRA, 2016).

O movimento político que levou à democratização do país e culminou com a constituição de 1988, abriu caminho para a organização política formal

4 Informação disponível na página da FUNAI. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/todos-ouvidoria/23-perguntas-frequentes/97-pergunta-3#:~:text=Identidade%20e%20pertencimento%20%C3%A9tnico%20n%C3%A3o,e%20forma%C3%A7%C3%A3o%20de%20identidades%20%C3%A9tnicas>. Acesso em: 07/02/2021.

dos povos indígenas, com a presença de lideranças indígenas na assembleia nacional constituinte e, também, em âmbito estadual. Esse movimento culmina em 2005 com a criação da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), que reúne representações de todos os estados brasileiros e congrega articulações e organizações que surgiram naquele contexto dos anos 1980. Com isso queremos apontar que a luta dos povos indígenas não surgiu em 1988, mas, remonta à própria história da colonização brasileira.

O que, sim, chama a atenção é o surgimento, nas últimas três décadas, de um contexto ambíguo, ao mesmo tempo favorável à ampliação das conquistas de direitos e ao reconhecimento social dos povos indígenas, com a manutenção das identidades nativas, ao passo que a reação a essa expansão – embora insuficiente – de direitos estimula uma reação de setores conservadores da sociedade e de ataques materiais contra terras e populações indígenas (sustentados, por exemplo, na própria figura do presidente da república atual).

Essa percepção sobre a identidade e o reconhecimento indígena e está ancorada em uma narrativa que se desenvolveu durante o século XIX, de forma mais ampla, em termos de filosofia da história ocidental, na qual o Brasil entraria, como colônia de Portugal, e cumpriria seu destino de unir-se à civilização (ocidental, cristã, racional-científica). O ingresso no concerto das nações se daria submetendo, territórios e populações, a uma lógica de homogeneização dos valores, das ideias, das instituições sintetizadas no ideal de progresso e civilização, representados pelas sociedades da Europa Ocidental como modelo, em função do qual as demais sociedades deveriam elevar-se e alcançá-las.

O processo civilizatório (ELIAS, 1993) se daria por uma evolução das sociedades através do maior controle do espírito sobre o corpo, do homem sobre a natureza e do capital sobre o trabalho, dentro dos parâmetros do cristianismo, do cartesianismo e do capitalismo. Nessa narrativa, aqueles povos e culturas que não estivessem adequados ao padrão europeu eram considerados povos fora da história, não-civilizados, portanto, atrasados, inferiores e, no limite, desumanos (selvagens, animais). Esta nova visão de tempo histórico localizava o homem europeu contemporâneo em um patamar de superioridade cronológico e geográfico em relação a outras culturas, às quais consideravam primitivas e selvagens. Assim, os povos contemporâneos coexistiriam em um regime anacrônico de tempo, à margem da história e espacialmente marginalizados e periféricos. Estes espaços e sociedades selvagens deveriam se europeizar, de modo a ficarem à altura do presente e da civilização.

Vejamos uma breve reflexão, apoiados no antropólogo Pierre Clastres (1979), em seu clássico estudo "A sociedade contra o Estado", no qual analisa a linguagem que os colonizadores europeus tratavam as sociedades indígenas nas Américas, e como as ciências sociais contemporâneas também sofrem alguns embaraços ao lidar com essa temática.

Clastres verificava que nos escritos e correspondências dos colonizadores, as sociedades locais eram chamadas de primitivas e consideradas sociedades sem Estado. Para o autor, a sentença continha um juízo de valor marcado por uma teleologia: as sociedades *deveriam* ter Estado. Sua ausência denotaria uma série de carências, precariedades materiais e culturais, como ausência de escrita, ausência de comércio, ausência de propriedade. Para além da época da colonização, o autor observa a incidência de um etnocentrismo analítico quando historiadores, economistas, antropólogos insistem em expressões como "sociedades da subsistência", pois, aí, emergiria o critério da falta, da precariedade, de uma existência inferior, diante de uma existência plena do modelo do mercado capitalista, que pressupõe necessariamente a produção de excedente, a apropriação do tempo de trabalho e da mais-valia. Marcadamente, no senso comum, o indígena é um preguiçoso, vagabundo. Nota-se, no estudo de Clastres, que a ociosidade dos Tupi-Guarani irritava os colonos portugueses e franceses, que contadas todas as atividades dos Yanomami, mal passavam três horas diárias, e que os Guayaki dedicavam-se à coleta, caça e pesca somente entre 6h e 11h da manhã. "Os índios, efetivamente, só dedicam pouco tempo àquilo a que damos o nome de trabalho. E apesar disso não morriam de fome" (CLASTRES, 2003, p. 211). É essa outra forma de lidar com a coletividade, com o trabalho, com os bens, o consumo e o território, que efetivamente deve ser encarada com seriedade pela sociedade ocidental, de modo a superar criticamente camadas de contradições criadas pelo desenvolvimento de um capitalismo exploratório que nos expõe à crises ambientais, alimentares, sanitárias em escala mundial.

Subjaz à permanência do preconceito, uma dificuldade da academia, da ciência branca, ocidental, de capturar e entender o funcionamento da lógica das sociedades indígenas, por exemplo, em relação à questão do compartilhamento dos conhecimentos. Para os povos indígenas, bem como para sociedades antigas, a grega, por exemplo, não se pode separar a religião, da economia e da política: seus símbolos, práticas e rituais estão necessariamente envolvidos com as práticas da vida comunitária e não possuem sentido separadamente. Para a ciência ocidental a segmentação e compartimentação dos saberes, ao contrário, é sinal de evolução do conhecimento em que o olhar desvenda a natureza em seus aspectos cada

vez mais específicos como se não fossem fins em si mesmos – negligenciando, portanto, sua conexão com fenômenos mais complexos, desde a economia, a pedagogia e a medicina.

Com estes desenvolvimentos, que, por suposto, não esgotam as problematizações em torno das diversas camadas de representação indígenas, passamos a expor e a analisar os temas e discussões em cada encontro do Ciclo de Formação. Consideramos importante este breve panorama de modo a apontar ao leitor um conjunto de problemas e desenvolvimentos teóricos e metodológicos no qual esse curso se localiza.

Breve descrição dos encontros

Cada atividade realizada foi composta por um ou mais convidados ligados a um campo específico do conhecimento, ou área de atuação, que contemplasse os propósitos do projeto, e teve a mediação de um dos professores-coordenadores do ciclo. Tínhamos clareza de que a presença física dos sujeitos que eram o tema de nosso curso era fundamental. Tanto do ponto de vista teórico, como político e cultural, queríamos deixar clara a importância de abrir espaços institucionais acadêmicos para serem ocupados pelos próprios sujeitos que apresentariam as temáticas. Assim, fizemos contatos com diversas lideranças e representantes de diferentes povos indígenas, apresentando a proposta e costurando a possibilidade de sua presença em uma mesa do ciclo.

Com isso, acreditamos incentivar a desobjetivação destes povos e indivíduos e o olhar não-exótico por parte do público leigo; abrir espaço de fala possibilita a encarar esses indivíduos como agentes, no presente, sujeitos de suas histórias e de suas lutas, dando uma dimensão de contemporaneidade ao tema; por fim, a experiência do encontro e do debate livre, aberto e direto, favorece à produção do estranhamento e de dúvidas por parte do público que, na maior parte das vezes – e isso ficava claro nos depoimentos, perguntas e no levantamento –, jamais tivera contato com indígenas ou mesmo com temáticas indígenas, senão através da mediação de não-indígenas na academia.

Por uma preocupação ao mesmo tempo política e pedagógica, procuramos evitar a prática do consumo acadêmico (por exemplo, o convite a personalidades de fora do mundo da academia, notadamente de setores das camadas populares, ou ligados à determinada manifestação da cultura popular ou tradicional, para absorver certo conhecimento, servir de objeto de observação e curiosidade ou ainda prestigiar determinado grupo na academia). Daí nossa permanente preocupação em construir o projeto junto

com os convidados e procurar estabelecer parcerias, que se desdobrassem em outros eventos ou vínculos, que fossem expressão do interesse daqueles sujeitos e comunidades.

Apenas em duas mesas não tivemos a participação de representantes indígenas: na mesa de abertura, que tinha como objetivo ser uma introdução ampla aos temas do curso, e um panorama do estado da arte dos estudos, de modo a introduzir os extensionistas na temática; e na última mesa, que envolveu as instituições de pesquisa e pesquisadores que tratam da presença ancestral indígena no Rio de Janeiro.

Segue-se uma apresentação sistemática dos encontros, com as devidas considerações.

Aula 1: “Entendendo os povos indígenas hoje: a questão indígena no Rio de Janeiro”. Palestra de abertura do professor José de Ribamar Bessa Freire (UERJ/UNIRIO). Como aula introdutória, convidamos o professor Bessa, uma das maiores autoridades no tema no Brasil, para apresentar e discutir com o público um pouco da história, da pesquisa e da sua experiência como pesquisador de campo. O primeiro encontro serviu como mediação e equacionamento das assimetrias (esperadas em um curso desta natureza). O professor Bessa pôde apresentar de forma sistemática o que ele chama de “As cinco ideias equivocadas sobre os indígenas” (BESSA FREIRE, 2000), desconstruindo preconceitos há muito sedimentados pelo senso comum, mas também pela pesquisa acadêmica sobre o tema. “É justamente quando os próprios indígenas tomam a palavra e a escrita sobre si e sobre o mundo na sociedade em geral e na academia, que essas noções têm a chance de serem revistas e tais equívocos desconstruídos”, disse o professor.

Ao longo deste primeiro encontro pudemos experimentar, como que um efeito inesperado, um formato específico de comunicação, distinto do estilo professoral comum na academia, sobretudo quando se trata de renomados pesquisadores, no qual o professor Bessa, sem mesmo anunciar, pareceu conduzir sua palestra como uma “contação de histórias”, exatamente como acontece em muitas comunidades indígenas. Ele demonstrava uma série de exemplos do cotidiano escolar indígena e da produção intelectual, literária e (o que nós chamaríamos) científica, a partir de sua experiência como pesquisador e frequentador das aldeias. Essa transmissão pelo exemplo acabou por gerar um espaço afetivo-cognitivo em que o público soube explorar, abordando aspectos da formação do professor Bessa até suas perspectivas sobre os atuais desdobramentos e horizontes da pesquisa sobre as comunidades indígenas contemporâneas.

Os dois encontros seguintes estavam desenhados com a intenção de receber representantes de comunidades indígenas em nosso auditório. Em um primeiro momento, indígenas que vivem em ambiente urbano e, posteriormente, indígenas aldeados. A pluralidade de etnias e de atuação dos convidados criaria um ambiente ideal com acesso a um espectro amplo das vivências, pontos de vista, lutas e crises por que passam as muitas comunidades indígenas hoje em dia.

Aula 2: “O campo da produção cultural indígena: literatura, comunicação e cinema”. Aula com a participação de Alberto Álvares: Cineasta indígena da etnia Guarani Nhandewa, ator, professor e tradutor, nasceu na aldeia Porto Lindo, Mato Grosso do Sul. Graduado em Licenciatura Intercultural para Educadores Indígenas pela UFMG; Aline Rochedo Pachamama: Indígena da etnia Puri, historiadora e escritora. Doutora em História Cultural pela UFRRJ e mestre em História Social pela UFF. Idealizadora da Pachamama Editora, (editora formada por mulheres indígenas). É autora dos livros “Guerreiras”, “Polilingue Taynôh” (infanto-juvenil) e “Pachamama - a poesia é a alma de quem escreve”; e Anápuáka Tupinambá: Tupinambá da Terra Indígena Caramuru Catarina/Paraguassu, Pataxó Hã hã hãe (Aldeia Água Vermelha / Pau Brasil, BA). Idealizador da Rádio Yandê - rádio indígena na internet. É membro fundador do Grupo Raízes Históricas Indígenas e da Rede de Cultura Digital Indígena, na qual atua também como gestor⁵.

A presença de indígenas, editora e escritora de livros, diretor e editor de cinema, produtor e organizador de redes de rádio e comunicação digital, sem dúvida, abriu um horizonte inesperado para o nosso público. Também aí, além do “quê” era dito pelos palestrantes, igualmente a forma da sua narrativa, o ressaltar da importância da palavra original e a insistência na manutenção de uma visão holística da vida e da atuação “profissional”, demonstravam a defasagem em que nos encontramos (considerando a concepção mediana da formação acadêmica e escolar) para lidar com a questão da alteridade, da epistemologia e do reconhecimento político-cultural da existência dos povos indígenas.

Em outro sentido, pudemos entrar em contato com a produção cultural dos próprios indígenas, perceber como a produção e a circulação do conhecimento, informações e da cultura em suas próprias redes, tendem a proteger e a expandir essa produção. Assim, a incorporação de novas

⁵ Optamos pela descrição detalhada dos participantes por entendermos que sua inserção é variada e, em geral, menos conhecida do público. Essa descrição sistematizada dá clareza para a compreensão do lugar, atividade, local, etnia/nação, local a partir do qual esses sujeitos falam, bem como a eventual busca por maiores informações pelos leitores.

tecnologias facilita a autonomia criativa e produtiva por parte dos indígenas e cria um positivo embaraço para os não-indígenas, na medida em que aproxima esse outro, através de um meio comercializável e universal, mas que se recusa a se reduzir a um produto universal – em um contexto ocidental que produz uma homogeneização da cultura a nível mundial.

Aula 3: “Povos Indígenas: Representação Política e Articulação Territorial”. Na terceira aula tivemos como convidados Julio Garcia Karai Xiju - liderança Guarani da Aldeia Sapukai em Angra dos Reis e articulador do Fórum de Comunidades Tradicionais Angra-Paraty-Ubatuba; e Ivanildes Kerexu - liderança da aldeia Yaka Porã, em Ubatuba - SP, educadora e conselheira da saúde indígena dos municípios de Angra dos Reis e Paraty, também integrante e articuladora do Fórum das Comunidades Tradicionais.

As presenças de Julio Garcia e Ivanildes Kerexu trouxeram uma perspectiva ainda inédita para nossa experiência. O fato de serem indígenas aldeados abriu um leque de interações e de questionamentos, que já vinham sendo costurados desde o primeiro encontro. A maneira clara e lúcida com que expunham as questões e a narrativa embrenhada de um ritmo e uma semântica estranha à academia estabeleceram uma comunicação bastante rica com o público que, por sua vez, pôde ter acesso a determinadas nuances do cotidiano aldeado e os impactos que sofrem as comunidades indígenas com as ações e projetos da sociedade capitalista. Ao mesmo tempo, sua presença serviu também como ponte para o trabalho de campo na aldeia Guarani Sapukai, onde Julio reside.

Nesse terceiro encontro pudemos constatar que o trabalho de mediação e de tradução proposto pelo curso parecia funcionar bem, uma vez que a interação e o interesse dos inscritos se mantinham altas e recebíamos o retorno positivo a cada encontro. Como o curso ocorria uma vez por mês, pudemos trabalhar em cada intervalo uma espécie de preparação e acomodação das nossas perspectivas e preconceitos epistemológicos e políticos em relação ao tema. Criávamos, assim, condições que nos distanciavam do olhar do exótico como do ser natural, aspectos que costumamos observar acerca das comunidades indígenas no senso comum, e que servem de base para ações concretas no campo político, ideológico e econômico, que prejudicam a dinâmica de vida tradicional⁶.

⁶ Isto é, como os saberes que circulam na academia acabam por dar suporte, ou manter inquestionado o *status quo* acerca dos preconceitos que povoam o senso comum. Assim, naturalizam as violações de direitos e a desumanização desses povos, como em questões de direito à terra, segurança alimentar, acesso à bens materiais, infraestrutura, recursos médicos e sanitários, por exemplo, além do extermínio físico.

Aula 4: Visita à Aldeia Guarani Sapukai - Bracuí, Angra dos Reis - RJ. Um dos temas que orientaram nossa visita foi a questão do ensino diferenciado e, por isso, tivemos a companhia do professor do Magistério Indígena e, naquele momento, estudante de mestrado no Museu Nacional, Algemiro Silva Karai Mirim, da própria aldeia; e do professor Domingos Nobre, da UFF/Angra dos Reis, do departamento de Educação, que desenvolve projetos junto à aldeia envolvendo o ensino do Guarani e a formação de professores indígenas. Após uma longa conversa no Colégio Indígena Estadual Karai Kuery Renda, os alunos do curso puderam observar as instalações e detalhes das salas de aula, além de conhecer um pouco das dificuldades e desafios enfrentados pelos educadores e alunos, do ponto de vista da infraestrutura, assim como do ponto de vista político-pedagógico na relação com a secretaria de educação. Pudemos também conhecer um pouco da dinâmica da aldeia, sua produção, algumas construções e uma apresentação do coral guarani e das danças do guerreiro e da guerreira, realizada por crianças da aldeia.

Aula 5: “Diálogo de saberes: Povos Indígenas e a articulação com outros espaços de conhecimento”. Contamos com a presença de Sandra Benites, Guarani Nhandewa, pesquisadora da UFMG/FAE e doutoranda no Museu Nacional da UFRJ, em Antropologia Social, e que, em 2017 foi uma das curadoras da exposição “DJA GUATA PORÃ, RIO INDÍGENA”, realizada no Museu de Arte do Rio (MAR); e de Emílio Nolasco, formado em antropologia e psicologia, é professor do departamento de psicologia da UFF, onde coordena o projeto Encontro de Saberes⁷ nesta universidade. Neste momento, tivemos a chance de apresentar a experiência do Encontro de Saberes, uma das mais ricas apostas da academia no sentido de tentar descentralizar-se epistemologicamente e, assim, oferecer aos alunos o contato direto com um dos organizadores e com uma aluna indígena, proporcionando uma visão ampla das potencialidades, dos desafios e dos impactos no mundo acadêmico dessa experiência.

Durante os debates ficaram expostas as dificuldades e desafios que os

7 O Encontro de Saberes é um projeto estruturante do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa (INCTI), idealizado pelo professor e pesquisador José Jorge de Carvalho, que resulta de uma parceria estabelecida junto à Universidade de Brasília (UnB), ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), ao Ministério da Educação (MEC) e ao Ministério da Cultura (MinC). Pode ser entendido como uma proposta concreta de formação intercultural para o ensino formal, capaz de promover uma dupla inclusão: das artes e saberes tradicionais na grade curricular e, simultaneamente, dos mestres e mestras tradicionais na docência. Trata-se de uma intervenção teórico-política de tipo transdisciplinar, que busca descolonizar o modelo de conhecimento ensinado nas universidades (fonte: “Encontro de Saberes: Bases para um Diálogo Interepistêmico” - INCTI / UnB / CNPq).

indígenas atravessam no seu caminho dentro da universidade. Sandra relatou sua trajetória exitosa, desde as dificuldades com a linguagem, com os tempos e demandas universitárias, com a convivência com colegas e professores que evidenciavam o estranhamento causado por sua presença. Ao mesmo tempo em que passava a dominar os códigos do meio acadêmico, buscava também transformá-los no sentido de produzir ali sua visão de mundo e formas não-convencionais de linguagem e saberes de dentro da academia.

Aula 6: “A luta pelos direitos indígenas no Brasil”. Com Jonas Sansão, indígena da etnia Gavião e mestrando em linguística no Museu Nacional/UFRJ, é formado no Magistério Indígena e licenciatura Intercultural de Formação Superior Indígena pela UFG, foi fundador e presidente da Associação das Comunidades Indígenas Gavião do Maranhão; e Emerson Guerra, geógrafo, professor e pesquisador - IM/UFRJ onde atua no Grupo de Pesquisa Geopovos – Geografia e Povos Indígenas, desenvolve trabalhos junto a povos indígenas sobre territorialidade e segurança alimentar. Os convidados, um especialista da academia – com longa vivência em aldeamentos do Maranhão – e uma liderança dos Gavião, apresentaram a variedade de frentes de lutas por direitos por parte dos indígenas, como aspectos legais, históricos, culturais que envolvem a luta pela terra e o conceito de território, bem como a luta por direitos intelectuais, como patentes e propriedade intelectual. Ao mesmo tempo, puderam ser discutidas formas alternativas de se conceber o uso dos recursos naturais, culturais e intelectuais de maneira não predatória, coletiva, com retorno econômico para toda a comunidade.

Com este encontro, uma série de novas perguntas surgiu no debate após as palestras. Os alunos se depararam com questões de manuseio de recursos naturais, mas também sobre a propriedade intelectual, as patentes, e as formas alternativas de se gerir e mesmo de se conceber o que significa o conceito de propriedade, em uma forma não exploratória e com a garantia de manutenção do meio ambiente.

Aula 7: “Memória dos Povos Indígenas: Preservação e (Re)Construção de Narrativas”. Para tratar do tema da memória, fundamental para o ciclo, estiveram presentes duas das mais importantes instituições nacionais: o Museu Nacional e o Museu do Índio, representados respectivamente por Antonio Carlos de Souza Lima (PPGAS/Museu Nacional/UFRJ), Renata Curcio Valente (Museu do Índio/FUNAI), e uma representante indígena, Cristiane Julião Pankararu, mestre e doutoranda pelo PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, também membro da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), representa os povos indígenas no Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI).

Com este encontro, apresentou-se aos alunos uma reflexão sobre o

trabalho de construção e reconstrução da memória e das narrativas em torno das comunidades indígenas, com a presença de uma pesquisadora indígena que investiga exatamente os mecanismos de preservação e de transmissão e transformação da cultura de sua etnia. Nesta mesa, pudemos perceber a atuação histórica de instituições tradicionalmente voltadas para a preservação da memória e da museologia, e as transformações nas concepções que as presidem. Notadamente, foi possível perceber uma disposição mais crítica em relação ao papel do Estado na construção das narrativas de produção de memória. Mais recentemente, verifica-se a intervenção direta dos povos indígenas na curadoria e na produção de narrativas nos museus e centros de memória. Isso ocorre na medida em que os próprios sujeitos indígenas são artífices das pesquisas e das narrativas sobre si, de modo que a produção desse conhecimento se desdobra na divulgação e circulação no ambiente acadêmico, mas também em circuitos culturais (como literatura ou cinema), políticos (como a formação de políticas públicas específicas), educacionais (com a produção de material pedagógico), decorrendo, assim, na reescritura da memória coletiva produzida ao longo dos séculos sobre os povos indígenas.

Aula 8: "Povos Indígenas do Rio de Janeiro: A Presença Ancestral". Em nosso último encontro, contamos com a presença de pesquisadores renomados acerca da presença indígena no Rio de Janeiro, em especial, na região da Baixada Fluminense (onde se localiza o campus). Regina Celestino (Programa de Pós-graduação em História da UFF), Ondemar Dias (Instituto de Arqueologia Brasileira - IAB) e Nielson Bezerra (Museu Vivo do São Bento) encerraram nosso ciclo. Lembramos que havia sido previsto um último encontro de visita de campo, que não pôde ocorrer devido ao inesperado corte de verbas do governo federal.

Os representantes do IAB e do Museu Vivo do São Bento (instituições sediadas nos municípios de Belford Roxo e Duque de Caxias, respectivamente) puderam apresentar os importantes trabalhos de pesquisa arqueológica e histórica acerca dos povos indígenas, especificamente na Baixada Fluminense, em diálogo com a professora Regina Celestino, ao traçar um painel da presença colonial dos indígenas no Rio de Janeiro. Os palestrantes apresentaram uma rica coleção de imagens, mapas e registros sobre as pesquisas que se realizam atualmente sobre a presença ancestral dos povos indígenas.

De certa forma, fechava-se o ciclo justamente com a Baixada Fluminense e com as condições atuais de pesquisa sobre o tema, o que ressaltava a preocupação de diálogo do curso com as condições sociais e com a realidade na qual o Instituto está inserido. Discutiu-se não apenas as condições atuais de pesquisa no Brasil, e o quadro geral da pesquisa sobre

temática indígena, bem como a presença de pesquisas e pesquisadores na e da Baixada Fluminense, o que nos apresentava um quadro promissor de investigações⁸.

Considerações finais

Um dos objetivos desse projeto, como já destacado, foi o de criar um ambiente de discussão, de troca acadêmica, mas também de vivência e experiência política e cultural em relação às temáticas indígenas. Como já esperávamos, identificamos uma forte necessidade de formação, no sentido de professores e estudantes terem acesso à informação qualificada e espaços de discussão sobre o tema, mas também no sentido de se sensibilizar politicamente os participantes, ao promover debates feitos diretamente com diferentes indígenas, de diferentes etnias e sob distintos pontos de vista. Isso pôde ser observado nas conversas pessoais com os alunos, bem como no interesse demonstrado nos momentos de debates das aulas, assim com na grande procura pela aula de campo (que ocorreu em um sábado, com uma duração total de quase 12 horas, desde a saída até o retorno, ou seja, com grande esforço físico e de tempo).

Deve estar claro que um projeto desta natureza, em um contexto – mais amplo ou mais específico – como o que vivemos no Brasil dos últimos três ou quatro anos⁹ é uma afirmação de um lugar político, pedagógico e acadêmico que consideramos necessário ocupar. Encaramos esse projeto como a tentativa de construção de um espaço de debate e de circulação de informações e de experiências que possam ajudar a qualificar o público interessado, bem como a nós mesmos, coordenadores, e que esse tipo de ação de extensão tenha uma reverberação para fora dos muros da academia. Quer dizer, é distinto quando estudantes e professores têm contato com algum aspecto da história, memória ou cultura indígena via os tradicionais meios acadêmicos – isto é, pesquisas de historiadores, antropólogos, críticos literários – e quando têm a chance de ouvir, ver e sentir a fala, a música, a imagem a experiência através das diversas camadas de linguagens, de comunicação

8 Este último encontro, e os debates que se seguiram, foram decisivos para a concepção e construção do Seminário Questão Indígena na Baixada Fluminense, evento de extensão aprovado no edital interno nº 13/2019 do IFRJ - campus Nilópolis, e realizado em outubro de 2020, em parceria com grupos de pesquisa do IM/UFRRJ, campus Nova Iguaçu, e da UERJ, campus Duque de Caxias, além do Museu Vivo de São Bento.

9 O projeto foi realizado entre 2018 e 2019, e segue em seus desdobramentos ainda hoje (dezembro/2020), de modo que o contexto referido se acentuou negativamente desde então em relação ao investimento financeiro na educação e em relação aos direitos civis e direitos das minorias.

que circularam nestes encontros.

Para deixar claro, não quisemos repetir, de maneira escamoteada, o exotismo antes criticado. Ao contrário, quisemos chamar atenção para uma forma de acesso a determinados saberes que não estão necessariamente dados ou claros para acesso pelos caminhos tradicionais da linguagem acadêmica-científica, e que talvez requeiram algo a mais do que uma tradução para se fazer comunicar. Em nosso quinto encontro, com a presença de Sandra Benites Guarani Nhandewa, doutoranda do Museu Nacional, essa questão da tradução, mediação, fronteiras e pontes ficou mais bem desenhada. Valemos-nos de uma imagem criada por Sandra Benites para explicar as dificuldades de sua chegada e de sua presença no ambiente universitário – mais ainda, na pós-graduação do Museu Nacional. Benites dizia que ela havia desenvolvido uma forma de relacionamento com aquele meio, na qual ela buscava contato e integração, mas mantendo seu lugar epistemológico e afetivo. Ela realizava um movimento de “inclinar-se”, podendo assim chegar até o outro, permitindo o acesso do outro, mas sem perder sua referência.

A metáfora parece-nos extremamente fecunda considerando que ela ajuda a resolver um problema grande de lidar com esse tema, desde a perspectiva que apresentamos: como apresentar saberes sem deformá-los pela tradução e homogeneização epistêmica. Claro está que não se trata de verter uma linguagem entre línguas ocidentais de temas ocidentais, a partir de uma construção narrativa e semiótica ocidentais; na verdade, o problema que se coloca é como esses saberes tradicionais chegam e como chegamos a esses saberes por um caminho distinto da pretensão da colonização da linguagem ocidental.

Conforme a metáfora da inclinação: uma forma de aproximação, incorporação, concessão e manutenção dos saberes em relação a um Outro, que não se reduz e não deve ser reduzido a qualquer síntese. Deste modo, acreditamos, também o público pôde inclinar-se e ter contato diretamente com os saberes ali desenvolvidos sem a necessidade de transcrição ou mediação, possibilitando assim a incorporação dessas experiências de distintas formas em sua prática profissional, acadêmica, política ou cultural.

Referências bibliográficas:

- ALMEIDA, Maria Regina C. de. **Os índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- BARRETO, Marcos Rodrigues. Índios de Papel: Construção discursiva colonizadora sobre o indígena no Brasil. **Brasiliana – Journal for Brazilian Studies**. v. 5, n.1, Nov, 2016.
- BESSA FREIRE, José Ribamar. Cinco ideias equivocadas sobre os índios. **Revista do**

Centro de Estudos do Comportamento Humano (CENESCH), Manaus-Amazonas, nº1, p.17-33, setembro de 2000.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspas**. São Paulo: Cosac e Naify, 2009.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 2008.

ELIAS, Norbert. **O Processo civilizador**. v.1. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

LAMAS, Fernando Gaudeto; VICENTE, Gabriel Braga; MAYRINK, Natasha. Os indígenas nos livros didáticos: uma abordagem crítica. **Revista de Cadernos de Estudos e Pesquisa na Educação Básica**. Recife, v. 2, n. 1, 2016. Disponível em: file:///C:/Users/affon/Downloads/14973-37299-1-PB.pdf. Acessado em 26/01/2021.

FUNAI. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br> . Acessado em 07/02/2021.

SILVEIRA, Thais Elisa Silva da. **Identidades (in)visíveis: indígenas em contexto urbano e o ensino de história na região metropolitana do Rio de Janeiro**. Dissertação UERJ/FFP, São Gonçalo, 2016.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia**. Cosac & Naify: São Paulo, 2002.

**Relatos culturais do
projeto Brisa Literária:**
a prática da biblioteca multinível
Prof. Carlos Alberto Barbosa –
campus Nilópolis/IFRJ

Josiane Borges Pacheco
Cássia Rosania Nogueira dos Santos
Cintia Luciano de Paiva
Heloisa Souto de Lima

Introdução

A cultura está presente em todos os lugares, pois permeia as práticas, saberes, valores e normas, que compõem as relações sociais. A cultura tem ainda um sentido pedagógico de contribuir para a evolução dos conhecimentos dos indivíduos. Tem o papel transformador na sociedade, contribuindo para o ensino e a aprendizagem. Neste sentido, é necessário fazer um planejamento minucioso, após uma pesquisa avaliativa acerca das reais necessidades que o público-alvo almeja obter para aprimoramento cultural. Também com esse planejamento será possível dimensionar o quanto deverá ser investido.

Rosa (2009, p. 373) argumenta que "a importância da prática da ação cultural nas unidades de informação, explica-se pela contribuição educativa que a mesma produz e seu caráter transformador na realidade social". Considerando o contexto educacional, portanto, as bibliotecas contribuem em seu papel de unidade de informação, a partir da realização de ações culturais que objetivam incluir novos conhecimentos.

A Biblioteca Prof. Carlos Alberto Barbosa do IFRJ - campus Nilópolis tem como missão dar suporte informacional à realidade dos multiníveis de ensino (médio/técnico, graduação e pós-graduação). Cumpre o seu papel diante das práticas de ensino e se concretiza com a criação do Projeto Brisa Literária. Portanto, é necessária uma nova abordagem de métodos para atender a sua comunidade, a saber:

Após a criação da lei 11.892/2008, essas bibliotecas se tornaram escolares, universitárias e especializadas, pois passou a ter demandas dos níveis: ensino médio, técnico, graduação, pós-graduações tecnológicas, programas como PIBIC, PARFOR, Mulheres Mil, Certific, entre outros. Com essa grande quantidade de cursos e modalidades, surge uma instituição ímpar em nosso país, uma instituição multinível e multimodal, sendo necessária uma classificação para o tipo de biblioteca que essa instituição possui, a que classificaremos como *multiníveis*, pois atende vários níveis de ensino. (MOUTINHO, 2014, p. 14).

Dentro desse contexto, observou-se que a biblioteca almejava a criação de um projeto no qual, os seus usuários não procurassem o acervo somente para leitura técnica, mas sim, uma leitura bem mais descontraída e com a proposta de formação de novos leitores, dinamizando o acervo e tornando a biblioteca um organismo vivo. Com esse intuito, surgiu a proposta do Projeto Brisa Literária.

Sendo assim, cativar os usuários da Biblioteca e utilizar a leitura como método de ensino e aprendizagem torna-se um método eficaz para o seu crescimento intelectual. Segundo Bamberger (1987), o ato de ler é um processo

mental que contribui para o desenvolvimento do intelecto, entendido como uma forma de aprendizagem, além de ser uma atividade prazerosa.

O projeto de extensão Brisa Literária iniciou no ano de 2015, tal qual um projeto de extensão, formado por dois alunos do curso de Bacharelado em Produção Cultural do próprio IFRJ, campus Nilópolis, coordenado por um docente e como campo de atuação a Biblioteca Prof. Carlos Alberto Barbosa.

O objetivo do projeto tinha como meta fomentar o interesse da Comunidade do campus Nilópolis na política cultural desenvolvida por alunos de Produção Cultural e da Biblioteca Prof. Carlos Alberto Barbosa, através de encontros e eventos que debateram em prol da reflexão sobre a leitura, seus lugares de atuação e seus efeitos na vida social, tendo como uma perspectiva de um lugar acolhedor, atuante e de visibilidade para os usuários.

Pretende-se neste capítulo apresentar um relato sobre como o projeto de extensão Brisa Literária se desenvolveu no IFRJ – campus Nilópolis. A existência do projeto se justifica pela necessidade de integração dos alunos, servidores e a comunidade externa num intercâmbio menos formal de linguagens e ideias sobre o universo dos livros, já que os alunos somente procuravam a biblioteca para atender às suas necessidades acadêmicas. Constatou-se que o projeto de extensão dinamizou o uso do acervo, bem como promoveu a melhor utilização do espaço físico da biblioteca, aproximando-a de seus usuários e atraindo novos leitores através de atividades culturais.

Desenvolvimento

Para melhor compreensão, o capítulo “desenvolvimento” organizou-se nas seguintes divisões: Referencial teórico; Metodologia; Histórico; Eventos culturais – Ano 2015; Eventos culturais – Ano 2016; Eventos culturais – Ano 2017 e Eventos culturais – Ano 2018.

Referencial teórico

Quando o assunto é leitura, leitor, literatura e biblioteca existe um leque empolgante, pois as palavras parecem estar entrelaçadas e uma não pode existir sem a outra.

Sob a ótica de Chartier (2009, p. 77) a leitura é sempre apropriação, invenção, produção de significados, de como que o leitor é um caçador que percorre terras alheias e se torna refém do texto. Cabe ao leitor se libertar e transformar esse momento em algo prazeroso, livre das limitações, convenções e hábitos que caracterizam as práticas de leitura.

No que se refere a leitura, é um fenômeno extremamente complexo, que proporciona possibilidades variadas de entendimento da relação sujeito – sociedade, uma vez que exige do indivíduo uma participação efetiva enquanto sujeito ativo do processo, levando-o a construção do conhecimento (SOUZA 1993 *apud* MARTINS, 1982, p. 42).

Sendo assim, a leitura compreende várias fases de desenvolvimento e, acima de tudo, é um processo perceptivo de reconhecimento de símbolos, seguido de transferência para conceitos intelectuais.

Essa tarefa mental se amplia num processo reflexivo à proporção que as ideias se ligam em unidades de pensamento cada vez maiores. O processo mental, no entanto, não consiste apenas nas ideias percebidas, mas também na sua interpretação e avaliação. Para todas as finalidades práticas, tais processos não podem separar-se um do outro; fundem-se no ato da leitura. (PAIVA, 2014 *apud* BAMBERGER, 1988, p. 23).

Em síntese, a leitura é um ato social e historicamente demarcado, sendo as instituições as grandes mediadoras de vínculo entre leitura e sociedade. (SOUZA, 1993 *apud* PERROTTI, 1993, p. 42).

A partir dos discursos apresentados, evidencia que a mediação e o incentivo à leitura são uma vertente importante nos segmentos da biblioteca. Desse modo, Milanesi (1998, p. 100) afirma que se faz necessário que projetos sejam desenvolvidos, visto que a biblioteca é a instituição mais próxima dessa proposta que envolve múltiplos meios, transformando-a efetivamente num centro onde não somente se tem acesso a produção cultural da humanidade, mas também se produz cultura.

Metodologia

Antes da implantação do projeto de extensão Brisa Literária, realizou-se uma pesquisa centrada no estudo de caso da experiência de seus usuários. Deste modo, aplicou-se um questionário, com abordagem qualitativa e quantitativa, com o objetivo de compreender os prazeres, motivações e os hábitos literários dos usuários interessados.

Os questionários foram disponibilizados por meio impresso (na própria biblioteca) e por meio digital (formulário disponibilizado no *blog*, na mídia social e institucional).

Esses questionários coletaram dados baseados nas áreas de interesse da comunidade acadêmica em geral a fim de selecionar temas para as atividades a serem desenvolvidas e os resultados foram apontados para o prazer pela leitura existente nesses usuários.

Além disso, aconteceram reuniões periódicas de planejamento das atividades previstas no projeto, onde foram discutidas estratégias de ação, tarefas como seleção de temas dos eventos, pesquisa sobre o acervo, uso da biblioteca e suas conexões com as atividades de ensino e extensão, possíveis forma de captação de recursos, parcerias, bem como discussão de texto de teoria literária.

Para a concretização das ações, o projeto teve como composição inicial dois (2) estagiários do curso de Bacharelado de Produção Cultural (BPC) e uma (1) docente, com a função de coordenar e orientar o projeto juntamente com os estagiários. Vale mencionar que a partir da segunda edição a docente foi substituída por uma bibliotecária.

O coordenador do projeto Brisa literária destaca-se em orientar e coordenar a realização das atividades culturais e avaliar os estagiários, como também administrar os recursos financeiros destinados à realização do projeto.

Com a composição completa de formação do grupo foram realizadas frequentemente várias reuniões com enfoque de direcionar as propostas e as diretrizes para as realizações dos eventos, priorizando sempre o espaço da biblioteca. As reuniões eram realizadas no recinto da biblioteca num setor específico para o seu funcionamento.

As divulgações da programação dos eventos aconteceram através de cartazes e do meio digital. Os eventos ocorridos foram registrados no *blog*, além de contar com uma página no *Facebook* do projeto e da Instituição em parceria com a Assessoria de Comunicação (AsCom) do IFRJ campus Nilópolis para ampla disseminação do projeto.

Histórico

O nome Projeto Brisa Literária surgiu através de uma fotografia localizada na Biblioteca com os seguintes dizeres “*A Leitura é como uma Brisa suave que nos conduz a novos mundos*” e teve como reflexão a leitura chegar ao indivíduo de maneira natural e prazerosa.

Figura 1 – A inspiração do projeto



Fonte: Biblioteca Prof. Alberto Carlos Barbosa, (2015).

Os eventos vinculados ao projeto Brisa Literária receberam apoio da Direção Geral do campus Nilópolis com a formação de equipe (estagiários e docentes) e com o incentivo a participação em editais de fomento a Projetos de Extensão oferecidos pela própria instituição e acompanhados pela Coordenação de Extensão (CoEx).

A partir deste entendimento, a equipe do projeto Brisa Literária concorreu a editais internos organizados pela CoEX e foi contemplada com os valores de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais) a serem aplicados nos anos letivos de 2015 e R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais) nos anos de 2017 e 2018.

Além dos valores citados a equipe do projeto realizou parcerias com os comerciantes locais para captação de recursos. Com isso, houve uma maior interação com a comunidade que passou a ser amplamente convidada para participar dos eventos realizados.

A seguir foram elencadas as atividades desenvolvidas pelo Projeto Brisa Literária na Biblioteca Prof. Carlos Alberto Barbosa, com início em 25 de março de 2015.

Eventos culturais – Ano 2015

Eventos realizados em 2015.

Chá Literário: O evento, ocorrido no dia 25 de março de 2015 contou com a presença da palestrante Viviane Mury (IFRJ) que apresentou uma narrativa sobre o tema, “Literatura Fantástica”, abordou a fantasia que ganhou espaço ao mundo de livros de autoria de J.K. Rowling, sobre os títulos de “Harry Potter” e o autor George R. R. Martin do “Volume 1 Guerra dos tronos” do livro “Crônicas do gelo e fogo”, o evento sintetizou um universo fantástico com um diálogo de novas leituras acerca do tema, num ambiente descontraído. Em seguida, após a atividade, os participantes se serviram com chás quentes ou gelados, com sachês, na qual tinha trechos dos livros com o tema em questão.

Além dos sorteios de livros e brindes; transcorreu também o lançamento do livro “Experimentos e videoanálise – dinâmica” do Prof. Vitor L. Bastos de Jesus (IFRJ), que finalizou o evento com a realização de coquetel para os presentes.

Ritmo e Letra: O evento, realizado em 16 de julho de 2015, teve como objetivo promover o diálogo entre literatura e a música de forma bem descontraída. O *videokê* teve o seu papel de estimular a interação ao convidar alunos e servidores a cantarem. A proposta do Ritmo e Letra refletiu sobre as relações entre poema e canção. Mediado por um docente, as manifestações literárias regionalistas como o cordel, o bate-papo musicado

dentro da biblioteca, conduzido por professores do campus Nilópolis e músicos da Baixada Fluminense.

Festival Brisa Literária: O 1º Festival do projeto de extensão Brisa Literária aconteceu no dia 29 de outubro de 2015 em comemoração ao Dia Nacional do Livro. O evento homenageou a obra “Macunaíma”, de Mário de Andrade. Ocorreram mesas de debates, saraus, exposições, lançamentos de livros, apresentações musicais de alunos, apresentações de artistas locais e curtas premiadas. O Festival destacou-se com os seguintes eventos: a presença da Biblioteca volante do SESC, O BIBLIOSESC, Batalha de versos, o *Brisokê*, realização da 1ª Feira de troca de livros e o projeto Mais Leitura da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, onde foram vendidos 4569 exemplares a preços populares, de R\$ 2,00 a R\$ 4,00.

Blog Brisa Literária: Para a divulgação do projeto, os estudantes bolsistas envolvidos, desenvolveram um *blog* com o objetivo de alocar todas as informações relativas às ações, servindo como meio de divulgação e comunicação com as pessoas que desejavam participar de qualquer evento. Teve seu destaque com a participação dos “*briseiros*”, colonistas que eram escolhidos pelos livros que liam e pelas resenhas enviadas.

Figura 2 – Eventos realizados em 2015



Fonte: Projeto Brisa Literária, (2015).

Eventos culturais – Ano 2016

Com a realização de cada evento ficou evidente a satisfação dos resultados de todos os envolvidos no projeto. Como efeito, houve uma frequência maior no número de leitores e números de circulação de livros de literatura, ocorrendo maior visibilidade desse acervo. A Biblioteca ficou mais acolhedora e notável. Outro destaque que evidenciou ao projeto foi a criação do Espaço Lazer, com as assinaturas do Jornal O Globo, Folha de São Paulo;

revistas Veja, Exame, Super Interessante e a exposição de livros de literatura que deram notoriedade ao acervo literário.

Em 2016, a equipe da Biblioteca, juntamente com os bolsistas envolvidos no projeto, percebeu a necessidade de realizar visitas guiadas aos novos alunos do campus Nilópolis. A visita teve como objetivo orientar os ingressantes nas regras da biblioteca e apresentar o acesso para as realizações das pesquisas no acervo.

Neste mesmo ano, realizou-se a II Feira da troca de livros e a presença do projeto Mais Leitura da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, contando com a participação da comunidade acadêmica, que se demonstrou curiosa e interessada em trocar seus livros, aproveitando os momentos de descontração para interagir e trocar ideias a respeito de diferentes áreas de conhecimento, como veremos nas imagens a seguir.

Feira de troca: Em março de 2016 ocorreu a II Feira de troca de livros, que teve como enfoque “Traga seus livros e troque por livros que você ainda não leu”.

Figura 3 – Feira de troca



Fonte: Projeto Brisa Literária, (2016).

Projeto Mais Leitura: Os organizadores do projeto Brisa Literária fizeram o convite ao projeto Mais Leitura da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro expondo pela segunda vez a feira de livros no pátio do campus Nilópolis. Todos os livros custavam de R\$ 2,00 a R\$ 4,00. Ao final da exposição, totalizou-se 3.600 livros vendidos aos alunos, servidores e toda comunidade externa do IFRJ.

Figura 4 - Projeto mais leitura



Fonte: Projeto Brisa Literária, (2016).

No dia 18 de abril de 2016 começaram as primeiras visitas guiadas. Os professores eram orientados a agendar a visita com a sua turma por e-mail. Assim, os alunos visitavam a biblioteca e ficavam informados de todos os serviços que a biblioteca tem a oferecer, condições para se associarem e também a distribuição do regulamento da biblioteca.

Figura 5 - Visita guiada



Fonte: Projeto Brisa Literária, (2016).

Tarde literária: Lançamentos, livros e ideias: Foram momentos agradáveis com autores e suas obras e bate papo sobre assuntos ligados ao universo dos livros e da literatura. O dia 27 de abril de 2016 teve a presença dos seguintes convidados: Cícero Leitão com a obra “Híbridos”, Marquinhos Paralamas com sua obra “Vinícius”, professor Alberto Nunes (IFRJ) proferindo sobre direitos autorais, professor e autor Manoel Ricardo de Simões (IFRJ) com a obra “25 e outras estórias” e a autora brasileira e reconhecida internacionalmente Marisa Rezende com a obra “Não feche os olhos”.

Figura 6 – Tarde Literária



Fonte: Projeto Brisa Literária, 2016.

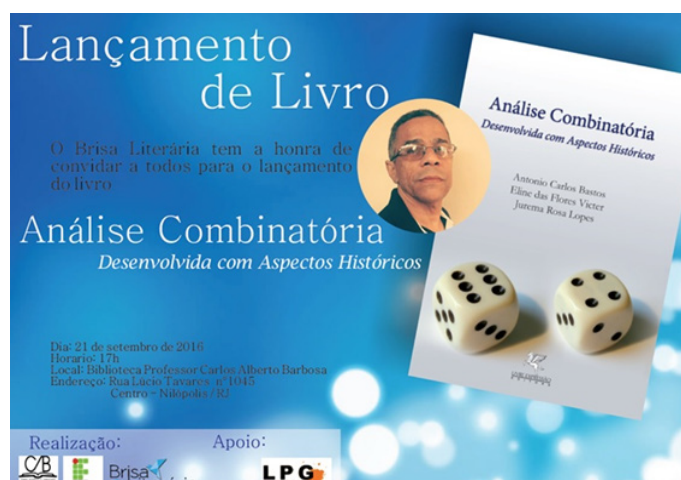
Oficina Brisa Decora: Em comemoração ao Dia do Meio Ambiente e em parceria com a aluna Naiane Pereira da Silva, do curso de Licenciatura em Química, monitora da biblioteca, microempreendedora de artesanato com sua empresa chamada de “Naiane Origamis”, aconteceu a primeira oficina de decoração nos dias 13 e 15 de junho de 2016. Ensinou aos alunos como confeccionar itens de decoração reutilizando jornais e revistas. O evento foi oferecido a toda comunidade interna e externa do IFRJ campus Nilópolis.

Figura 7 – Brisa Decora



Fonte: Projeto Brisa Literária, (2016).

Figura 9 – Lançamento do livro Análise Combinatória



Fonte: Projeto Brisa Literária, (2016).

Eventos culturais – Ano 2017

A equipe participante do projeto em 2017 teve a seguinte composição: 1 (uma) bibliotecária (Coordenadora do projeto), 1 (uma) auxiliar de Biblioteca, 2 (dois) estagiários e 1 monitora do curso de bacharelado em Produção Cultural.

No ano de 2017 foram realizados os seguintes eventos:

Lançamento de livro: Com o objetivo de divulgar a participação dos alunos do curso de Especialização em educação de jovens e adultos ocorreu o lançamento de um livro “Especialização em educação de jovens e adultos do IFRJ - Campus Nilópolis”, organizado pela professora Cláudia de Souza Teixeira (IFRJ), de língua portuguesa, com artigos voltados à área de ensino.

Figura 10 – Lançamento de livro



Fonte: Projeto Brisa Literária, (2017).

II Ritmo e Letra: O tema do evento do II Ritmo e Letra abordou a interseção entre a música e a literatura. Homenageou a força da mulher na música popular brasileira tendo como tema “Divas do Sertanejo”, reunindo poesia e música, com a presença de professoras do campus Nilópolis, que participaram de uma roda de conversa analisando e interpretando letras cantadas pelas mulheres na atualidade, como por exemplo, sucesso das músicas de “Marília Mendonça, Simone e Simaria”, entre outros.

Figura 11 – II Ritmo e letra – Divas do sertanejo



Fonte: Projeto Brisa Literária, (2017).

II Festival Brisa Literária: A segunda edição do Festival Brisa Literária apresentou a proposta de fomento à leitura crítica voltado para o público em geral, como crianças, jovens e adultos da comunidade interna e externa do IFRJ campus Nilópolis, a partir de seus perfis literários e através de atividades culturais que envolvessem direta ou indiretamente a literatura.

O Festival teve a participação de personalidades como: Moisés Guimarães e Marlon Souza, que falaram sobre a representatividade LGBT na literatura.

Houve também, atividade de contação de história da autora Veralinda Menezes sobre a Princesa Violeta, de sua autoria, publicado em 2018, especialmente para estudantes convidados do CIEP 136 Professora Stella de Queiroz Pinheiro.

Tammy Luciano, artista, jornalista e escritora e autora de “Diário de um Amor Desenfreado” e “Amo Tanto, não sei Quanto” discutiu no evento as suas

principais obras. Já a jornalista e escritora Renata Ventura falou também das suas obras “A Arma Escarlata” e “A Comissão Chapeleira”. Teve a participação do professor Ailton Teodoro (IFRJ) que apresentou seu livro “Lindalva, a baratinha” e expôs os seus quadros e a palestra da ex aluna Águida Cristina, de Licenciatura em Matemática, com o tema “Livros paradidáticos e o ensino de matemática”.

Transcorreu ainda a realização da III Feira de Troca de livros, da Exposição com os pequenos empreendedores do próprio campus Nilópolis com artesanatos e gastronomias diversas, da exibição do cinebook com o filme: “O menino no espelho”, uma adaptação do livro homônimo de Fernando Sabino.

Figura 12 – II Festival Brisa Literária





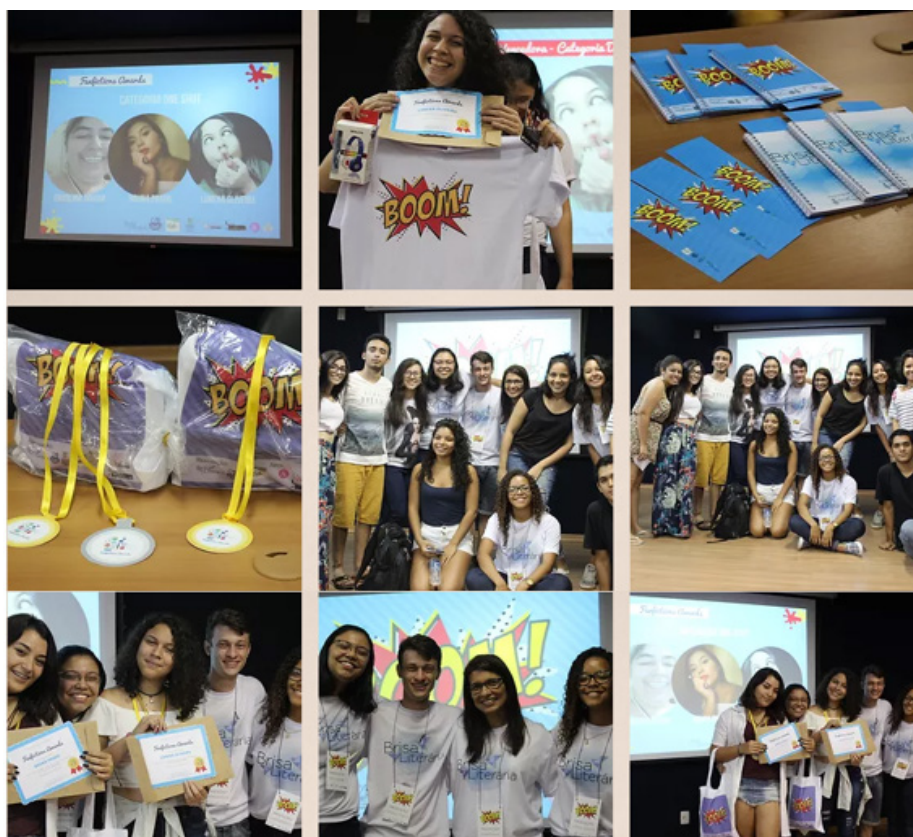
Fonte: Projeto Brisa Literária, (2017).

BOOM!: Trabalhando o tema ficção, esse evento divulgou e incentivou a leitura de livros que deram origem a outros produtos artísticos e de entretenimento, como: filmes, jogos, histórias em quadrinhos (HQs), entre outros.

Neste evento, também aconteceu a IV Feira de Troca de livros, a exibição de filmes e a exposição de HQs, que deixou o público curioso e feliz. Pensando na expressão da felicidade, não podemos deixar de mencionar a Estação de Jogos, uma oportunidade que os participantes tiveram para dançar e brincar, de forma descontraída, animando o evento.

Encerrando este incrível evento, que divertiu e emocionou a todos, tal como pudemos observar pelas reações e comentários do público, ocorreu também a premiação do *Fanfiction Awards*, prêmio organizado para homenagear autores de contos e narrativas ficcionais escritos e divulgados por fãs, que se apropriam de personagens e enredos. As autoras das fabulosas *fanfictions* campeãs foram: primeiro lugar Lorena Oliveira, segundo lugar Bruna Prado e terceiro lugar Carolina Jardim que receberam seus prêmios, registrando esse grande momento com várias fotos, como podemos observar na figura 13.

Figura 13 – BOOM!



Fonte: Projeto Brisa Literária, (2017).

Eventos culturais – Ano 2018

A equipe do Projeto Brisa Literária neste ano teve a seguinte composição: 1 (uma) Coordenadora do projeto e 2 (dois) monitores bolsistas do curso de Bacharelado em Produção Cultural.

Eventos realizados:

Lançamento do anuário referente 2017: O evento de lançamento do Anuário 2017 do projeto de extensão Brisa Literária, contendo a relação de seus eventos, aconteceu no dia 20 de fevereiro de 2018, no recinto da biblioteca, disseminando todas as atividades divulgadas pelo projeto Brisa Literária no ano de 2017.

Figura 14 – Lançamento do Anuário 2017



Fonte: Projeto Brisa Literária, (2018)

Clube Brisa: O Clube Brisa (encontro de leitores para bate-papo sobre leitura de livros em verso e em prosa da literatura brasileira indicado/sorteado do mês) aconteceu numa edição especial do Clube Brisa de Monteiro Lobato, ocorrido no dia 30 de agosto de 2018, com a presença das professoras Andrea Motta, Ângela Coutinho e Viviane Fialho (IFRJ). Realizou-se um encontro descontraído, marcado pelos debates e conversas temáticas referentes às obras de Monteiro Lobato, principalmente acerca do preconceito que é discutido em sua obra.

Figura 15 – Clube Brisa Edição especial Monteiro Lobato



Fonte: Projeto Brisa Literária, (2018).

Lançamento de livro: No dia 5 de agosto de 2018 aconteceu o lançamento da obra intitulada “Reflexo de mim mesma”, de autoria de Nélia Botelho, estudante do curso de bacharelado em Produção Cultural do IFRJ Campus Nilópolis. Eventos como este fomentam o prazer pela escrita e leitura e incentivam toda a comunidade acadêmica a compartilhar o espaço da biblioteca, não apenas como leitores, mas também como possíveis autores

Cabine de fotos e V Feira de troca de livros: Sucederam nos dias 17 e 18 de outubro de 2018, a realização da Cabine de fotos, uma parceria com a empresa Le Cabine, e a V Feira de troca de livros, que possibilitaram a participação de uma cabine de fotos “malucas” e troca de livros durante a XXIII SEMATEC e XXI Encontro Escola-Comunidade, atendendo a um público amplo, já que nestes dias de evento o campus recebeu o público externo, sobretudo, estudantes de escolas públicas do entorno que participaram da visita escolar e demais atividades culturais oferecidas com essas atividades.

Figura 16 – Folder da divulgação dos eventos 2018



Fonte: Projeto Brisa Literária, (2018).

Considerações finais

É importante salientar que apesar de ser uma Biblioteca multinível, o que é considerado um desafio para equipe da biblioteca, o Projeto Brisa Literária alcançou uma expectativa para além do esperado nos anos de

2016 a 2018, já que os eventos promovidos pela equipe foram bem aceitos por toda a comunidade. Sugere-se que para a continuidade do projeto haja a contratação de dois estagiários do curso de bacharelado em Produção Cultural e um monitor da biblioteca para dar prosseguimento ao processo cultural da educação continuada bem como auxiliar na elaboração e execução dos eventos e demais ações vinculadas ao projeto.

O projeto Brisa Literária teve como contribuição acadêmica a publicação do artigo nos anais de Congresso Brasileiro de Biblioteconomia em 2017 e respectivamente publicado na Revista da Federação Brasileira de Biblioteconomia - FEBAB.

Acredita-se que o projeto aliou um despertar de vivência de mundo para oportunidades de leitura e abriu portas do conhecimento aos diversos usuários, ocasionando nova perspectiva de avanço para a biblioteca e conquistou maiores números de usuários.

Aponta-se, que o projeto chegou "para ficar", se tornando uma proposta permanente na Biblioteca Prof. Carlos Alberto Barbosa, que pode ser implementada a qualquer momento, graças ao incentivo à extensão e a participação dos bolsistas de extensão, que com o seu protagonismo, realizaram todas as etapas de produção dos eventos, com a supervisão e a orientação da Coordenação de Biblioteca. O Projeto Brisa Literária tem uma visão de concretização de desafios para a comunidade acadêmica do IFRJ – campus Nilópolis.

Referências

- BAMBERGER, Richard. **Como incentivar o hábito de leitura**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1987.
- BRISA Literária. **Eventos**. Disponível em: <http://blogbrisaliteraria.blogspot.com.br/p/eventos.html>. Acesso em 12 set. 2020.
- CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: UNESP, 2009.
- JESUS, Vitor Luiz de. **Experimentos e Videoanálise – Dinâmica**. [S.l.:s.n], 2015.
- MILANESI, Luís. **O que é biblioteca**. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- MOUTINHO, Sonia. Oliveira Matos. **Práticas de leitura @ na cultura digital de alunos de ensino técnico integrado do IFPI – Campus Teresina do Sul** [em linha]. Dissertação (Mestrado em Educação). São Leopoldo, PI: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2014. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/3075>. Acesso em: 28 set. 2020.
- PAIVA, Cintia Luciano de; SANTOS, Cássia Rosania Nogueira dos; PACHECO, Josiane Borges. O universo da leitura e do leitor e a atuação do bibliotecário do Instituto Federal do Rio de Janeiro - Campus Nilópolis. SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 18., 2014, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2014.

Disponível em: https://www.bu.ufmg.br/snbu2014/trabalhos/index.php/sn_20_bu_14/sn_20_bu_14/paper/view/501. Acesso em: 12 set. 2020.

PROJETO Brisa Literária. Disponível em: <https://brisaliteraria.wixsite.com/brisaliteraria/o-projeto>. Acesso em: 10 out.2020.

ROSA, Anelise Jesus Silva. A prática de ação cultural em bibliotecas. **Revista ACB**, v.14, n. 2, p. 372-381, nov, 2009. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/675>. Acesso em: 28 set. 2020.

SOUZA, Francinete Fernandes de; MARINHO, Romildo Mousinho; ARAUJO, Walkíria Toledo de. Biblioteca, leitura e desenvolvimento: algumas considerações. **Inf.&Soc.**, João Pessoa, PB, v. 3, n. 1, p. 42-46, jan./dez. 1993.

ANEXO A- QUESTIONÁRIO

1. Qual a sua idade? () 13 a 15 () 16 a 20 () 21 a 25 () 26 a 30 () Mais de 30
2. Qual seu vínculo com o IFRJ? () Professor (a). Curso: () Aluno (a) Curso: () Técnico administrativo () não tenho vínculos com o IFRJ
3. Você gosta de ler? () sim () não () às vezes.
4. Você costuma ler? () sim () não () às vezes.
5. Se NÃO, qual(ais) a(s) razão(ões)? () não tenho tempo () não gosto de ler () tenho dificuldade de concentração () outro:
6. Se SIM, o que você lê? () obras literárias () livros técnicos () jornais e revistas () quadrinhos (HQs, mangás, etc.) () blog () outro:
7. Para que você lê? () Para obter conhecimento () sem intenção, hábito () para me distrair distração () para ter prazer.
8. Com que frequência você lê? () diariamente () semanalmente () mensalmente () só quando é obrigatório.
9. Como você escolhe os livros que lê? () dicas de amigos () dicas dos pais, responsáveis ou professores () dicas do(a) bibliotecário(a) () listas do tipo "os 10 melhores" na internet () pelo assunto () pela capa () pelo autor () pela sua adaptação cinematográfica.
10. Quantidade de livros lidos por ano? () de 1 a 3 () de 4 a 8 () de 8 a 15 () mais de 15.
11. Habitualmente você lê escritores de qual nacionalidade? () brasileiros () estrangeiros () variados () não sei / não me importo.
12. Qual suporte você prefere ler? () impresso () digital () Tanto faz.
13. Qual o maior obstáculo do hábito de ler? () tempo () condições financeiras () dificuldade de acesso à biblioteca () lentidão na leitura () outros.
14. Indique um livro de sua preferência.

Entre na roda:

circularidade de saberes e fazeres
afro-brasileiros e indígenas

Fernanda Delvalhas Piccolo
Sandra Regina Fabiano Rosário Vieira
Sidnei Eduardo Pena Gama
Maria da Glória Santos da Silva

O presente artigo se refere a um relato de experiências sobre o desenvolvimento do projeto "Entre na roda: circularidade de saberes e fazeres afro-brasileiros e indígenas"¹, que foi contemplado no edital interno nº 03/2014 de fomento a projetos de extensão do campus Nilópolis (Cnil) do IFRJ.

O projeto foi desenvolvido no âmbito do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) do campus Nilópolis do IFRJ, do qual a equipe do projeto fazia parte naquele momento, com o intuito tanto de fortalecimento do núcleo quanto de inserção das discussões das relações etnicorraciais e das temáticas afro-brasileiras e indígenas no cotidiano do campus e em seu entorno.

Entre outubro de 2014 e novembro de 2015, foram realizadas ações diversas, dentro e fora do espaço do campus Nilópolis, tais como: roda de conversa e capacitação de professores, mesas redondas, seminário, oficinas, performances artísticas, exposições e um curso de extensão, as quais abordaremos adiante. Com estas ações atingimos em torno de 1200 pessoas entre docentes, discentes, técnicos-administrativos e comunidade do entorno do campus.

Nesse artigo, iremos apresentar o histórico de construção e desenvolvimento do projeto e as reflexões envolvidas. Cabe salientar que ações propostas tiveram como princípio orientador a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, buscando uma "formação concebida de forma crítica e plural, não podendo se restringir simplesmente à transmissão de ensinamentos em sala de aula. Onde o indivíduo é entendido como em processo permanente de aprendizado" (FORPROEX, 2006, p. 41). Ainda, a indissociabilidade, como princípio constitucional, está exposto no artigo 207 da Constituição do Brasil (BRASIL, 1988), presente na LDB 9394/96 (BRASIL, 1996), para as instituições de ensino superior, e que foi assumida na Lei de criação dos Institutos Federais (BRASIL, 2008a).

A concepção de extensão adotada na presente proposta é a de processo educativo, cultural e científico, reafirmada pelo Plano Nacional de Extensão de 1999, na qual a extensão viabiliza uma concepção de instituição de ensino superior (IES) cidadã, contribuindo para a solução dos grandes

1 A execução do projeto foi realizada pela equipe composta pelos seguintes docentes, discentes e técnicos-administrativos: Profa. Dra. Fernanda Delvalhas Piccolo (coordenadora do projeto e do NEABI entre 2013 e 2017), Prof. Dr. Tadeu Mourão, Profa. Esp. Andréa da Motta Monteiro, Prof. Ms. Edson Menezes, Pedagoga Ms. Doris Regina Barros da Silva e os discentes do Bacharelado em Produção Cultural Sandra Regina Fabiano do Rosário Vieira, Jonath Boeta Abdalla, Sidnei Eduardo Pena Gama, Cláudia Pinho Anselmo de Lima e Maria da Glória Santos da Silva. Agradecemos imensamente a toda equipe e a todos aqueles que participaram de alguma maneira com o desenvolvimento do projeto de extensão.

problemas sociais de determinada sociedade, por meio da produção do conhecimento (FORPROEX, 2007). O Plano Nacional de Extensão demarcou, igualmente, a extensão como atividade que abre para possibilidade de acordos e ações coletivas entre IES e sociedade e o seu entendimento como parte indispensável do pensar e fazer, isto porque é pela via da extensão que a IES ganha, ainda, a condição de disseminadora da promoção e da garantia dos valores democráticos, de igualdade e de desenvolvimento social.

Nesse sentido, a extensão é definida como

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade. (FORPROEX, 2012, p. 28)

Além disso, é pela via da extensão que a IES ganha pelo partilhar dos conhecimentos produzidos em seu interior com a comunidade abrangente, e na escuta das demandas dessa sociedade, a condição de fomentadora da promoção e da garantia dos valores democráticos, de igualdade e de desenvolvimento social.

Nesse contexto, a presente proposta articula-se com a própria missão institucional do IFRJ, previsto em seu Plano de Integridade como “Promover educação profissional, científica e tecnológica contribuindo para a formação de cidadãos críticos que possam atuar como agentes de transformação e inclusão social.” (IFRJ, 2018a, p. 8).

Transformação das atuais formas de relações raciais, que se dão com base no racismo estrutural de nossa sociedade (ALMEIDA, 2019), que privilegia pessoas brancas e discrimina a população negra, inclusive no âmbito da educação. Transformação necessária e urgente para que de fato possamos viver numa sociedade igualitária em termos de oportunidades, de acessos e de direitos, livre do racismo, do preconceito racial e das desigualdades raciais.²

Histórico de elaboração e desenvolvimento do projeto

A partir de 2003, com a chegada ao poder de um governo mais progressista, uma série de reivindicações dos movimentos negros começam a ser atendidas, entre elas, a criação de um texto legal que desse conta da história do povo negro nos conteúdos escolares.

Dessa forma, em 2003 é promulgada a Lei 10639 (BRASIL, 2003), que

² Cabe salientar, que, no Brasil, racismo é crime, tal como expresso na Lei nº 7.716 (BRASIL, 1989) e reforçado no Estatuto da Igualdade Racial, Lei n. 12.288 (BRASIL, 2010). É crime “inafiançável e imprescritível” (ALMEIDA, 2019, p. 144).

torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, públicas e particulares, e em todas as disciplinas. Cabe ressaltar que esse documento traz orientações pertinentes para a promoção de um ensino que possibilite a garantia da inclusão afirmativa da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, possibilitando mais uma conquista, não só para os assuntos relacionados a esses temas, mas também à cidadania e à democracia no Brasil da maioria da população brasileira, que é negra e cotidianamente ceifada de seus direitos.

Em 2008, esta lei é ampliada pela Lei 11.645 (BRASIL, 2008b). A ampliação é feita para dar conta de toda a diversidade brasileira, neste sentido, a lei passa a incluir a temática indígena. Esse texto legal surge como forma de dar visibilidade a outras narrativas possíveis da história do povo brasileiro, contada não pelo olhar oficial, mas uma história a ser contada pelo prisma do povo negro e/ou indígena, outros dois grupos etnicorraciais que compõem a sociedade brasileira. Que tem uma visão diferente daquela contada oficialmente. A lei traz em seu bojo a possibilidade do povo negro /ou indígena ocupar espaços nunca antes ocupados pelos ancestrais negros e indígenas.

Como forma de implementação das leis 10.639/2003 e 11.645/2008, que são ações afirmativas no campo da educação, começam a surgir dentro das IES os Núcleos de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas (NEABIs)³. Neste contexto, surgem os NEABIs no IFRJ. No campus Nilópolis, em 2013, a direção recebemos uma norma de que deveriam ser criados os NEABIs nos campi do IFRJ⁴. A direção pediu nomes daqueles que gostariam de participar. Alguns nomes foram indicados, por afinidades com a temática, e uma das autoras do artigo, Professora Dra. Fernanda Delvalhas Piccolo, se ofereceu para entrar. Assim, foi emitida, pela reitoria, a Portaria 85, de 08 de julho de 2013, criando de fato o NEABI/CNil, com quatro membros, tendo a profa. Fernanda como vice-coordenadora. Havia apenas uma integrante negra. Esta portaria foi alterada pela Portaria 117, de 23 de setembro de 2013, na qual a professora Fernanda passa a ser coordenadora, e mais duas integrantes negras passam a compor

3 Muito anterior aos NEABIs é o CEAO (Centro de Estudos Afro Orientais), de 1959, na UFBA (TELES, 2004), e os NEAB (Núcleos de Estudos Afro Brasileiros) criados por pesquisadores negros em diferentes Universidades Brasileiras. Desde os anos 2000, os diferentes núcleos estão organizados na Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), que realiza, desde 2000, o COPENE (Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as (<https://www.abpn.org.br>))

4 A construção do regulamento dos NEABI/IFRJ iniciou, em 2014, no âmbito das reuniões da COGED (Coordenação Geral de Diversidades), que reunia os coordenadores dos NEABIs dos campi do IFRJ que o tinham implementado ou estava em implantação. Atualmente, a COGED está submetida à Diretoria de Diversidades e Ações Afirmativas (DiDAA), ainda no âmbito da PROEX/IFRJ. O regulamento final dos NEABI/IFRJ foi aprovado somente em outubro de 2018 (IFRJ, 2018b).

o núcleo, sendo uma delas, a estudante Sandra Regina Fabiano do Rosário Vieira, também autora deste artigo. Os demais integrantes dos núcleos não eram portariados, tais como os demais autores desse artigo. Cabe ressaltar que os autores do artigo já desenvolviam ações a fim de combater o racismo estrutural, institucional e simbólico realizando ações afirmativas, tais como a criação da disciplina "Cultura Afro-brasileira", que passou a ser oferecida, em caráter de optativa, no primeiro semestre de 2011, para o Curso Superior de Tecnologia (CST) em Produção Cultural, e posteriormente, para todos os cursos de graduação do IFRJ. A disciplina foi fruto das reivindicações dos discentes co-autores desse artigo, que solicitaram a criação de uma disciplina que contemplasse a história e a cultura africana e afro-brasileira, isto é, que eles pudessem se ver e ver seus ancestrais e suas raízes no currículo da graduação.

No campus Nilópolis, como em grande parte das instituições de ensino, estudantes negros que não se veem representados nos conteúdos escolares, tanto no ensino médio quanto na graduação, visto que nossa tradição educacional ocidental é eurocêntrica, que nega a historicidade e a agência das populações negras e indígenas (MUNANGA, 2009; ASANTE, 2009). Assim, não houve, até os dias atuais, a efetivação da Lei 10639/2003 no campus, como uma política pedagógica institucional.

O presente projeto, como citado acima, visava a implementação da Lei 10639/2003, visto que, em 2014, ela tinha 11 anos de existência, e, no entanto, por motivos diversos não tínhamos, como não temos ainda, no ensino brasileiro, em seus diversos níveis a sua completa efetivação, há ações isoladas e pontuais. Um dos motivos alegados por docentes para não cumprirem o que está estabelecido nas Leis 10639/2003 e 11645/2008 e no Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Etnorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (BRASIL, 2009) é a falta de qualificação para este ensino, por não terem visto estes conteúdos em sua formação. Desta forma, de modo geral, nas escolas e IES brasileiras, quando ocorrem ações para este ensino, estas acabam sendo fruto da iniciativa isolada de um ou outro docente (OLIVA, 2009; SILVA, 2009).

Além disso, o decreto 7824/2012 (BRASIL, 2012), instituiu a obrigatoriedade de cotas nas universidades e escolas técnicas, caso este que se aplica ao IFRJ, isto é, vagas devem ser reservadas para o ingresso de pessoas negras, indígenas e com deficiência como estudantes. Desta forma, as cotas, isto é, uma ação afirmativa teve início no IFRJ, vinda como pressão externa, pela força da lei. No campus Nilópolis, os debates em torno da adesão ou não ao sistema de reserva de vagas foi objeto de discussão entre docentes, com um

expressivo número sendo contrário à adoção das mesmas pela instituição. Nesse sentido, encontrava-se, e ainda se encontra, certa dificuldade, por parte do corpo gestor, docente e técnico-administrativo, em lidar com essa nova realidade. Isto é expresso, por exemplo, na não disponibilização dos dados dos cotistas para pesquisa, pelo menos até 2017 isso ocorria. A formulação e análise desses dados, ao contrário do que é sugerido nas discussões no campus– de que pode fomentar a discriminação racial –, as pesquisas sobre o alunado cotista elucida sua participação na instituição bem como suscita a discussão clara e aberta sobre as relações etnicorraciais em nossa sociedade, no campus (SANTOS e QUEIROZ, 2005/2006; MAIO e SANTOS, 2005; QUEIROZ e SANTOS, 2006).

Ainda, em busca de institucionalização do NEABI/Cnil, em 2014, a Professora Fernanda cria o grupo de pesquisa NEABI, certificado pelo IFRJ junto ao CNPq. Todos os membros do núcleo na época, passam a fazer parte.

O núcleo, que começou a atuar em 2013, mesmo sem estrutura, mas com a vontade e o desejo de realizar ações concretas, para além da teoria, e que envolvesse a comunidade interna e externa e desse visibilidade ao trabalho que vinha sendo realizado, viu no edital interno nº 03/2014 de fomento às ações de extensão no campus Nilópolis uma oportunidade de concretizar seus planos. Dessa forma, com a aprovação do projeto e o recebimento do recurso financeiro, teve início a estruturação de um NEABI extramuros e o fortalecimento das ações de enfrentamento ao racismo.

Assim, surge o projeto "Entre na roda: circularidade de saberes e fazeres afro-brasileiros e indígenas". O objetivo geral do projeto de extensão foi a implementação das leis 10639/2003 e 11645/2008 e do próprio NEABI no âmbito do campus Nilópolis e seu entorno. Nesse sentido, estabelecemos diferentes objetivos específicos: 1) Sensibilizar a comunidade interna e externa do campus Nilópolis sobre as temáticas afro-brasileiras e indígenas; possibilitar a reflexão e a discussão sobre diferentes aspectos relacionados às temáticas afro-brasileiras e indígenas; 2) Aproximar o público-alvo do pensamento afro-centrado; 3) Inserir as temáticas das culturas e história afro-brasileiras e indígenas nos currículos do ensino médio e de graduação dos cursos do campus Nilópolis do IFRJ; 4) Auxiliar os professores de todas as áreas de conhecimento na implementação das referidas leis; 5) mapear o que é realizado pelos professores de cada área com relação à implementação das leis 10639/2003 e 11645/2008, bem como levantar possíveis ações; 6) Inserir no cotidiano do campus imagens de negros e indígenas, por meio de fotografias, filmes e outras intervenções estéticas; sensibilização da comunidade do campus para a necessidade de reflexão e discussão sobre as temáticas afro-brasileiras e indígenas; 7) Discutir diferentes

dimensões da cultura afro-brasileira e dos povos indígenas; 8) Coletar dados, durante as diferentes ações, referentes aos conhecimentos, práticas e fazeres do público-alvo em relação às temáticas afro-brasileiras e indígenas; 9) Apreender o que a comunidade interna e o entorno do IFRJ - campus Nilópolis compreende como sendo a cultura afro-brasileira.

Para construção do projeto e atender aos objetivos traçados, discussões teóricas foram realizadas. Primeiramente, cabe salientar que o termo raça é polissêmico, e, embora na biologia o conceito de raça entre os seres humanos não se sustenta, ele é utilizado no senso comum para distinguir, e discriminar, as pessoas e pelos movimentos negros é usado enquanto categoria política (SEYFERTH, 1995; MUNANGA, 2005/2006; MONOGREDA, 2017). Destarte, no intuito de entender como, ao longo do tempo, a problematização sobre as relações raciais se ampliaram de forma progressiva na sociedade brasileira. Esta diz respeito tanto às práticas cotidianas dessas relações – os embates e as ações políticas – quanto às construções conceituais a estas relacionadas. Para Lima (2008, p.33-34),

Um desses embates teóricos encontra-se na pertinência de uso do conceito de raça ou etnia entre as diferentes descendências populacionais no país. Superado no campo científico a tese da raça biológica (Guimarães, 1999), o embate se dá entre os adeptos da sua transmutação em raça social (Guimarães, 1999) e os que defendem o uso do conceito etnia, seja esta articulada às correntes culturalistas ou ligada à perspectiva histórico-político-social, fundamentada na ideia de território como elemento agregador de significado político. Este último enfoque encontra-se fundamentado na ideia de afrodescendência como conjunto de referenciais sócio-históricos e culturais, que remetem às matrizes.

Essa discussão é fundamental visto que estamos em uma sociedade construída, em termos de relações raciais e da busca de uma identidade nacional, em cima do “mito da democracia racial”, para o qual o livro “Casa Grande e Senzala” de 1933 de Freyre (1996) contribuiu para sua instauração e diversos autores buscam desconstruí-lo (HASENBALG, 1996; DAMATTA, 1997; IANNI, 2004). Sob esse mito, as relações entre as pessoas desses grupos, bem como as chances de ascensão estariam baseadas no mérito e não em atributos raciais. Isto é, de que, na nossa sociedade, pelas relações de “cordialidade”, de mestiçagem e de não existência do racismo, todas as pessoas teriam as mesmas oportunidades e se não conseguiram chegar ao topo da hierarquia social foi por “não se esforçar”. Essa perspectiva, atuante em nossa sociedade, é extremamente perniciosa, pois nega a violência e a historicidade da escravidão no país, das políticas públicas de educação, de acesso ao trabalho, à terra, à saúde dos diferentes grupos raciais de nossa sociedade – brancos, negros e indígenas. Os primeiros, sempre privilegiados,

como apontam os estudos da branquitude (CARDOSO, 2011; SCHUMAN, 2020; PICCOLO, 2020), foram (e ainda são) considerados o padrão, a “boa medida”, superiores enquanto os negros foram (e ainda são) inferiorizados, rejeitados, excluídos, discriminados, assassinados, e os indígenas foram (e ainda são) dizimados. (HASENBALG, 1996; NASCIMENTO, 2003; NOGUEIRA, 2006; SANSONE, 2007). Nesse sentido, o racismo, em nossa sociedade, é estrutural (ALMEIDA, 2019), pois vem desde a construção do país como nação.

Neste contexto é preciso trazer à tona a discussão sobre racismo institucional – entre outras formas que permeiam a construção e operacionalização do projeto. Essa terminologia é uma construção contemporânea que ajuda a pensar o porquê da miopia nata existente nas instituições – no caso aqui em questão, a do próprio IFRJ/campus Nilópolis, que é para onde aponta a ação de política afirmativa e o porquê de realizá-la. O racismo institucional refere-se:

[...] às operações anônimas de discriminação em organizações, profissões, ou inclusive de sociedades inteiras. Esta expressão é oriunda dos ativistas negros Stockely Carmichael e Charles V. Hamilton, que afirmam que o racismo é onipresente e aberto ou subliminarmente, permeia toda a sociedade. De uma forma sucinta, envolve as seguintes questões: (a) destrói a motivação, fomentando a formação de jovens ocupacionalmente obsoletos, destinados à condição de subclasse; (b) é camuflado, pois suas causas específicas não são detectáveis, porém são visíveis seus efeitos e resultados; (c) a força deste tipo de racismo está em se manter as formas racistas que afeta as instituições por muito tempo após as pessoas racistas desaparecerem; (d) não obstante as críticas conceituais, o racismo institucional põe em relevância o papel das ações afirmativas, como forma de erradicar a discriminação racial; (e) este tipo de racismo é muito usual para a análise de como as instituições trabalham embasadas em fatores racistas, embora não o admitindo e nem mesmo o reconhecendo. (LIMA, 2008, p.34)

Essa expressão do racismo, somada a outras, é uma prática política que resulta em discriminações concretas⁵, mina as expectativas da população negra e aponta qual o seu lugar na sociedade. Desconstruir esse ideal, que opera sutilmente na sociedade, empoderar a população negra pela representatividade e lugar de fala (RIBEIRO, 2017)⁶, assim como recitar

5 Segundo a pesquisa realizada pelo IBGE (2019), na sociedade brasileira as diferenças sociais entre brancos e negros são nítidas no cotidiano. Além do aspecto econômico, no qual pessoas pretas e pardas (a combinação desses grupos forma a classificação negra, segundo o IBGE) são maioria entre as que possuem rendimentos mais baixos, a persistência de situações de maior vulnerabilidade, indicada por evidências nos campos da educação, saúde, moradia, entre outros, mostram evidente desequilíbrio na garantia de direitos em prejuízo para a população negra. É possível também observar a sub-representação entre líderes de equipes nas empresas, juízes e políticos.

6 Importante atentar para a distinção entre representatividade e lugar de fala, apontada por Ribeiro (2017). O primeiro diz respeito a quem pode representar determinado grupo, assim, por

sua ancestralidade, é importante para a construção de uma sociedade democrática, igualitária e de sujeitos donos de seus destinos.

Com o intuito de sensibilizar a comunidade interna, estendida para a comunidade externa, para a efetivação das leis em questão que o projeto teve lugar. Ainda, visando valorizar as diferenças existentes na região da Baixada Fluminense, as manifestações culturais, as memórias e as tradições da cultura afro-brasileira para o enfrentamento do racismo, da discriminação e da desigualdade racial na região. Esta localidade possui uma população de 3,6 milhões de habitantes (SEBRAE, 2016), com grande parcela de indivíduos afro-descendentes, o que faz a realização do projeto premente para a efetivação de uma política institucional e educativa que se pretende minimamente democrática.

A realidade atual de estudos entre negros no Brasil evidencia desigualdades. De acordo com o estudo "Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil", realizado pelo IBGE (2019), a taxa de analfabetismo entre a população negra era de 9,1%, cerca de cinco pontos percentuais superior à da população branca, de 3,9%. Conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), também do IBGE, o percentual de jovens negros fora da escola chega a 19%, enquanto a de jovens brancos é de 12,5%. Ainda, em 2019, 3,6% das pessoas de 15 anos ou mais de cor branca eram analfabetas, percentual que se eleva para 8,9% entre pretos ou pardos (diferença de 5,3 p.p.). No grupo etário de 60 anos ou mais, a taxa de analfabetismo dos brancos alcançou 9,5% e, entre as pessoas pretas ou pardas, chegou a 27,1%. As pesquisas realizadas pelo IBGE demonstram que a universalização do ensino ainda não é uma realidade para todos, em especial, entre os jovens negros da Baixada Fluminense.

Diante desse contexto, desenvolvemos o projeto. A concepção que tínhamos sobre o projeto está em seu título "Entre na roda: circularidade de saberes e fazeres afro-brasileiros e indígenas". Este, primeiramente, foi um chamado à comunidade do campus Nilópolis para que se inserisse na discussão, para que viesse participar das ações e para que os conhecimentos e saberes afro-brasileiros e indígenas circulassem pelo campus e em seu entorno. Além disso, a circularidade é um dos "valores civilizatórios afro-brasileiros", conceito elaborado por TRINDADE (2005). Para esta autora,

exemplo, uma pessoa negra não se sente representada em uma pessoa branca, portanto, a pessoa branca não pode falar por uma pessoa negra. Já o segundo termo, em relação ao racismo, por exemplo, brancos e negros têm lugar de fala na discussão, os primeiros como os que cometem o racismo, como os que são privilegiados com ele e os segundo como os que sofrem o racismo.

a roda tem um significado muito grande, é um valor civilizatório afro-brasileiro, pois aponta para o movimento, a circularidade, a renovação, o processo, a coletividade: roda de samba, de capoeira, as histórias ao redor da fogueira. (TRINDADE, 2005, p. 34)

No projeto coletivo “A Cor da Cultura” (TRINDADE, 2006, p.97-98), a circularidade é destacada

A questão do círculo, da roda, da circularidade tem uma profunda marca nas manifestações culturais afro-brasileiras, como a roda de samba, a roda de capoeira, as legendárias conversas ao redor da fogueira...No candomblé, os iniciados rodam/dançam durante alguns rituais ou festas. Com o círculo, o começo e fim se imbricam, as hierarquias, em algumas dimensões, podem circular ou mudar de lugar, a energia transita num círculo de poder e saber que não se fecha nem se cristaliza, mas gira, circula, transfere-se...

Imbuídas desses valores e do princípio da circularidade que as ações do projeto foram pensadas e desenvolvidas.

As ações desenvolvidas

O suporte teórico-metodológico norteador do projeto de extensão aqui em questão é o das ciências humanas e sociais. Nesse sentido, a metodologia adotada para a realização das atividades foi diversificada e compreende as práticas educativas - envolvendo ensino, pesquisa e extensão - como práticas sociais, nos quais se entrecruzam ações formais e informais (BRANDÃO, 1981; DAYRREL, 1996).

A metodologia abrangeu, entre outros, mesas redondas, intervenções, cursos de curta duração e oficinas. A concepção metodológica é de uma educação permanente, continuada e interdisciplinar. Nesse sentido, a interdisciplinaridade será articuladora do processo de ensino-aprendizagem, também com suas dimensões extensionistas e investigativa, visto que se busca na presente proposta um fazer fundamentado numa visão mais totalizadora e dialógica da realidade, buscando, ainda, superar a fragmentação da ciência e da produção do conhecimento e a hiperespecialização (THIESEN, 2008).

Para o desenvolvimento das ações, a equipe foi formada por docentes, técnico-administrativos e discentes do campus Nilópolis. Esses últimos, participaram ativamente das ações e da construção do projeto, além de darem suporte a todas as atividades do projeto, tal como na organização de listas de presença, distribuição de textos e montagem de equipamentos.

Desenvolvemos, entre outubro 2014 e novembro de 2015, as seguintes ações: conversas com docentes do IFRJ; estabelecemos parceria para um seminário; três performances; três mesas redondas; duas exposições; duas

palestras; uma oficina; um cine; vídeos exibidos no pátio do campus; um curso de extensão. Além disso, nesse período, participamos de reuniões com agentes públicos de Nilópolis. Em todas as ações passamos listas de presença, e por elas que contabilizamos os participantes, em torno de 1200 pessoas. No entanto, nem todas que participaram assinaram a lista, assim como, algumas participaram de mais de uma ação. Ressaltamos que todas as ações foram divulgadas nas redes sociais, por e-mail e por cartazes, com a arte elaborada por participantes do projeto.

A primeira ação desenvolvida, em outubro de 2014, foi uma conversa com os docentes do IFRJ/campus Nilópolis e a implementação das Leis 10639/2003 e 11645/2008. Dividimos os docentes por áreas de conhecimento e os convidamos, por e-mail, para uma conversa a fim de conhecer suas ações e discutir sobre a implementação das referidas leis.

Poucos docentes participaram das reuniões, apenas oito; entre estes, a maioria era de história, filosofia, língua portuguesa, artes e geografia. A maioria afirmou que não tinha ações em relação às leis, por não ter visto isso em sua formação, outros faziam "por si", isto é, sem uma diretriz institucional. Interessante observar que, após essa conversa, muitos passaram a ter maior envolvimento com as temáticas expressas nas leis.

Outra ação desenvolvida foi a série de mesas redondas, oficinas e exposições com debates, com o intuito de sensibilizar a comunidade interna e externa do campus Nilópolis sobre as temáticas afro-brasileiras e indígenas; possibilitar a reflexão e a discussão sobre diferentes aspectos envolvendo as temáticas afro-brasileiras e indígenas. Na mesas redondas e seminários sobre temáticas negras, os protagonistas eram todos negros. Em todas as atividades, distribuimos livros da Coleção Revista de História no Bolso e Revistas História da Biblioteca Nacional, que haviam sido doados pela coordenação de extensão, em 2013, ao NEABI⁷.

7 Segundo a profa. Andrea Motta, quando coordenadora de extensão do Campus na época, e que solicitou o material à Biblioteca Nacional, foram mais de 4000 exemplares recebidos. Nas ações do NEABI, por volta de 2000 exemplares foram distribuídos. A coleção, organizada por Luciano Figueiredo, tem entre os títulos que foram distribuídos: "Raízes Africanas", "A França nos Trópicos", "A era da escravidão", "Imagens de uma nação", "Festa e batuques no Brasil". A coleção é de 2009.

Imagem 1 – Distribuição de livros no momento de assinatura da lista de presença em evento



Fonte: arquivo dos autores.

Em outubro de 2014, também estabelecemos parceria com as organizadoras do “Seminário Mulheres Negras, Arte e Cultura na Baixada Fluminense: Vozes, Olhares e Práticas”, realizado no auditório do campus Nilópolis. O objetivo foi apresentar mulheres negras atuando em diferentes áreas artísticas da Baixada Fluminense e áreas periféricas do Rio de Janeiro. Participaram do evento, como palestrantes, a escritora Dayse Marcelo, a artista plástica Elenira Silva, a coreógrafa Jéssica Castro e a rapper MC Lisa CSF (rapper). Assistiram ao evento 48 pessoas.

Em 24 de novembro, em comemoração e reavivamento da memória do dia 20 de novembro, que é o dia da Consciência Negra, realizamos, no pátio do campus, a performance “Da cor de Azeviche”. Uma performance afro-reflexiva baseada na poesia de Victoria Santa Cruz, “Me gritaron negra!”, e inspirada nas músicas “A carne”, de Seu Jorge, Marcelo Yuca e Ulisses Cappelletti; “Retirantes”, de Dorival Caymmi; “É D’Oxum”, de Gerônimo; “Olhos Coloridos”, de Macau. A construção da performance foi coletiva, durante o mês de novembro.⁸

A performance iniciou com o elenco saindo de uma sala de aula repetindo em voz alta a frase “a carne mais barata do mercado é a carne negra”, chegando ao pátio performaram a poesia de Victoria Santa Cruz e as músicas listadas acima. Ao final, cada pessoa do elenco falava o nome de um dos seguintes ancestrais, seguido da palavra “presente”: Ganga Zumba - Dandara - Abdias Nascimento - Teresa de Benguela - Solano Trindade -

⁸ Teve a direção de Jeffer Paulo, hoje egresso do curso do Bacharelado em Produção Cultural, ator e diretor teatral. Elenco: Cíntia Travassos, Doris Barros, Alessandra dos Santos, Dulce Gaspar, Márcia Tranhaque, Lucas Gomes, Fernanda Delvalhas Piccolo, Jocelia Chagas, Rodrigo Dias Mendes, Alessandro Almado, com percussão de David Santos e Lucas Simões Santo. A produção foi da coordenação NEABI, Claudia Pinho, Gabrielle Serra. A filmagem e arte gráfica, de Juliana Lima e o figurino de Fernanda Delvalhas Piccolo e Márcia Tranhaque.

Carolina Maria de Jesus - Joaozinho Da Goméia - Luisa Mahin - Lelia Gonzalez - João Candido - Mãe Biu - Manoel Congo - Victoria Santa Cruz – Zumbi. Todos esses, além de muitos outros, marcam a história da população negra e foram escolhidos para serem homenageados e lembrados. 52 pessoas assinaram a lista de presença.

Imagens 2 – Performance “Da cor de Azeviche”, no pátio do campus Nilópolis



Fonte: arquivo dos autores.

Para a divulgação da ação elaboramos um folder (imagem 2), na qual há em diversas direções, as seguintes palavras: negritude, afirmação, valorização, consciência negra, coragem, força, aprendizado, fé, identidade, gratidão, ancestralidade, 20 de novembro. No meio, em três círculos, o nome daqueles ancestrais negros fundamentais para a história da população negra. Em cima dos círculos, em meia lua, a frase: “Você conhece nossos ancestrais?” No meio desses círculos o símbolo do Sankofa, e, embaixo do círculo, também em meia lua, a frase que significa o símbolo Sankofa: “Nunca é tarde para voltar e apanhar o que ficou atrás”

Imagem 3 – Frente e verso do flyer de divulgação da performance “Da cor de Azeviche”



Fonte: arquivo dos autores. Arte gráfica: Juliana Lima.

Na primeira semana de dezembro de 2014, inauguramos no pátio do campus Nilópolis a Exposição “Mulheres de Axé: força, beleza e fé”, com Fotografias de Lysandra Moura e David Santos (Ciafro) e Curadoria de Ignez Teixeira (SUPPIR Nilópolis). A exposição permaneceu durante uma semana no pátio. Para a inauguração, realizamos, no primeiro dia, um evento que contou com mesa de abertura com a pró-reitora de extensão, a direção do campus, as coordenadoras de extensão e do NEABI do campus e a Superintendente das Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SUPPIR) de Nilópolis. Logo após, ocorreu a mesa redonda “Entre o sagrado e o secular: sobre a violência simbólica nas relações raciais”, com as seguintes palestrantes: Ignez Teixeira, na época, Superintendente das Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SUPPIR), de Nilópolis; a psicóloga e pesquisadora de relações raciais Roberta Maria Federico; Alessandra Pio Silva, coordenadora do NEAB Colégio Pedro II. A mesa contou com a mediação do docente Marcelo Japiassu, coordenador do NEABI do campus Arraial do Cabo/IFRJ. A mesa ocorreu no auditório do campus Nilópolis e teve a participação de 82 pessoas. O objetivo foi discutir sobre intolerância religiosa sofrida, especialmente, pelos adeptos às religiões de matriz africana⁹, como o candomblé, e outras violências no âmbito das relações raciais, em particular, na escola.

⁹ Entendida como todas as nações que formam o que se convencionou chamar de candomblé: keto, Angola, Jeje, nagô e também está inclusa a umbanda.

Logo após a abertura da exposição, com o desenlace da fita, conforme imagem 4 (abaixo) ocorreu no pátio do campus uma oficina de turbantes, ministrada por Lysandra Moura, com o objetivo de valorização da beleza negra. Oito mulheres participaram da atividade.

Imagem 4 – Abertura Oficial da Exposição “Mulheres de Axé: força, beleza e fé”
Os fotógrafos, a curadora e a coordenadora do NEABI desenlaçam a fita



Fonte: arquivo dos autores.

Em meados de dezembro de 2014, realizamos no auditório do campus Nilópolis a palestra “Os povos indígenas no Brasil contemporâneos”, com o antropólogo, docente do Museu Nacional/UFRJ, Antônio Carlos de Souza Lima. O objetivo era apresentar um panorama sobre o estado da arte das populações indígenas no país. 108 pessoas assinaram o livro de presença.

Imagem 5 – Cartaz e Fotografia da Palestra de Antônio Carlos Souza Lima



Fonte: arquivo dos autores. Arte gráfica: Juliana Lima.

Outras atividades realizadas foram: Uma sessão de cine-debate, no âmbito do Fórum Itinerante de Cinema Negro (FICINE), com a docente do campus São Gonçalo/IFRJ, Janaína Oliveira, em fevereiro de 2015, com a

participação de 46 pessoas. Em abril do mesmo ano, a mesma retorna para a palestra “Olhares sobre o Cinema Negro – Palestra Panorama do Cinema Negro”. Houve ainda uma reunião com a Superintendente da Promoção da Igualdade Racial de Nilópolis, em março de 2015, para pensarmos ações conjuntas em função da Marcha das Mulheres Negras, que aconteceria em julho, em Brasília e que culminou na “Roda de Conversa: Marcha de Mulheres em Movimento”, com a participação de dezenove discentes, terceirizadas e docente do campus, também em março. Aconteceu ainda uma reunião com representantes da Secretaria de Meio ambiente e com lideranças religiosas para pensar o espaço sagrado do município de Nilópolis, em junho de 2015.

Também em março de 2015 realizamos, para os discentes das licenciaturas, a mesa redonda “Entre as Tramas de Ori: Etnomatemática e Cultura Afro-Brasileira, Trilhas e Possibilidades para Reordenar as Formas de Pensar”, no âmbito do Seminário Áfricas e Produção do Conhecimento: Em Busca de Novos Paradigmas”, com as palestras de Luane Bento dos Santos (CEFET/RJ), Erivelton Tomaz da Silva (UNIAFRO/UFRRJ), Wudson Guilherme Oliveira (PENESB/UFF) e organização e mediação de Doris Regina Barros da Silva. 87 pessoas assinaram a presença. No lado de fora do auditório, realizamos uma feira de artesanato afro-brasileiro.

Em abril de 2015, realizamos a performance “Sussurros poéticos: bastão da sabedoria africana”, na Mirandela, calçadão de Nilópolis, no âmbito da Marcha das Mulheres Negras. Realizamos essa mesma performance na I Semana de Extensão (Semanex) do IFRJ, realizada em maio daquele ano, no campus Nilópolis. A performance consiste em sussurrar pelo bastão alguma frase ou poesia para a pessoa que está do outro lado do bastão escute. Os bastões foram ornados com tecidos, búzios, palhas e outros elementos que remetem à cultura afro-brasileira.

Imagem 6 – Performance Sussurros Poéticos: bastão da sabedoria africana na Mirandela



Fonte: arquivo dos autores.

Em julho de 2015, realizamos o evento “Mulheres Negras: Resistência e Movimento”. Este foi composto por uma mesa redonda “Mulheres Negras: das invisibilidades e opressões”, da qual participaram Sandra Regina Fabiano do Rosário Vieira (IFRJ), Jaqueline Obá Negraline (UERJ) e Ignez Teixeira (SUPPIR/Nilópolis). Com o intuito de discutir o espaço das mulheres, seus desafios e opressões no âmbito das religiões de matriz africana. A mesa foi realizada no auditório do campus Nilópolis e teve como abertura a performance de Anailda Charmite, “Osun – O poder feminino”. No hall do auditório realizamos uma feira de artesanato afro-brasileiro.

Imagens 7 – Performance e feira de artesanato afro-brasileiro no Evento “Mulheres Negras: Resistência e Movimento”



Fonte: arquivo dos autores.

Em novembro de 2015, realizamos entre os dias 09 e 13, o evento “Novembro Negro”, no qual tivemos as seguintes atividades: Exposição Lélia Gonzales; Oficinas com alunos das licenciaturas e do bacharelado em Produção Cultural; Oficina de Samba de Roda com Genilson Leite da Silva; Apresentação de *Street Dance* com o grupo *Angel Street*.

Ainda em 2015, realizamos intervenções estéticas no campus, com pequenos filmes com imagens de pessoas negras e indígenas passando na televisão localizada no pátio e fotografias de pessoas negras e indígenas nos corredores do campus. Os objetivos destas intervenções eram os de inserir no cotidiano do campus imagens de negros e indígenas em diversas situações cotidianas, por meio de fotografias, filmes e outras intervenções estéticas, e sensibilizar a comunidade do campus para a necessidade de reflexão e discussão sobre as temáticas afro-brasileiras e indígenas.

Nessa ação, talvez uns dos fatos mais marcantes tenha sido o sumiço do pen drive com as imagens para serem transmitidas na televisão do pátio. Nele continha imagens de aldeias indígenas, negros (as) na periferia ou favelas, na África, negros no mundo. Essa atividade foi pensada como forma de marcar o

início da Década Internacional de Afrodescendentes¹⁰ (2015-2024). Havíamos acordado com a direção que as imagens seriam transmitidas durante um mês, mas após a primeira semana, o pen drive desapareceu e ninguém conseguiu dar conta do artefato. Esse relato marca o quanto a nossa sociedade precisa de espaços para construção de conhecimento e de respeito e promoção para as políticas de promoção da igualdade social. Como contrapartida ao recurso recebido, o projeto deveria oferecer um curso de extensão. Assim, propusemos e realizamos a primeira edição do "Curso de Extensão: Formação para educação das relações étnico-raciais: Dimensões da cultura afro-brasileira". O curso realizado entre 13 de maio de 2015 e 05 de agosto de 2015, teve duração de 52 horas, divididos em 13 encontros, com duração de 4 horas semanais. Para a sua efetivação, agregou uma força tarefa de discentes e docentes para sua efetivação, sendo cada encontro ministrado por um ou mais membros da equipe ou docente externo ao grupo, além de contar com a monitoria de estudantes da graduação e da pós-graduação, em revezamento. Formar multiplicadores e pintar o campus de preto era uma das nossas metas visto que a questão das leis 10.639/2003 e 11.645/2008 passava despercebida no território¹¹ e no campus. Uma das autoras desse artigo, relembra a importância de oferecermos o curso naquele momento:

Enquanto mulher negra, periférica, pertencente a uma casa de Jêê Mahin localizada na Baixada Fluminense, atuando na rede pública estadual de ensino também na Baixada Fluminense, percebia a deficiência de formação para a educação das relações etnicorraciais existentes nas unidades de ensino. O curso foi a chance de iniciar uma rede de multiplicadores e conteúdos que pudesse chegar às salas de aulas, às direções, às equipes pedagógicas, às coordenações de curso, entre outros espaços que precisavam de provação para vir para a "Roda". Para recontar conteúdos para além da escravização, que retratasse uma história que deixou de ser contada durante séculos.

Nesse contexto, desenvolvemos a seguinte ementa do curso:

Conceitos étnico-raciais discutidos no âmbito dos estudos filosóficos, antropológicos, legais, artísticos, literários e culturais, suas práticas e consequências estéticas, éticas, políticas e culturais. [1] Cultura e etnografia, [2] Identidade e relações étnico-raciais, [3] Políticas públicas e população afro-brasileira, [4] Políticas públicas, leis e educação, [5] Laicidade do Estado, [6] Diversidade religiosa, [7] A imagem do negro nos meios de formação, [8] Griôs: saberes e fazeres

10 Ao declarar esta década, a ONU e a comunidade internacional reconhecem que os povos afrodescendentes representam um grupo distinto cujos direitos humanos precisam ser promovidos e protegidos. Cerca de 200 milhões de pessoas autoidentificadas como afrodescendentes vivem nas Américas. Muitos outros milhões vivem em outras partes do mundo, fora do continente africano.

11 Território aqui é entendido como os municípios que formam a Baixada Fluminense são eles: Duque de Caxias, Nova Iguaçu, São João de Meriti, Nilópolis, Belford Roxo, Queimados e Mesquita, Magé, Guapimirim, Japeri, Paracambi, Seropédica e Itaguaí.

ancestrais, [9] Linguagem: a Influência africana no português brasileiro, [10] Produção artística negra, [11] A culinária afro.

Oferecemos 40 vagas no curso, abertas para docentes das redes municipal e estadual de ensino e do próprio IFRJ, estudantes e demais interessados na temática. 50 pessoas se inscreveram no curso, o que gerou uma listagem de espera. No primeiro encontro, 24 compareceram. Destes, 22 preencheram o questionário de mapeamento dos discentes inscritos no curso. Destes, oito eram homens e 14 mulheres, com idade entre 19 e 60 anos.

Havia uma variedade de pertencimento religioso, sendo que um número expressivo, sete, não respondeu à questão. Entre os que responderam, quatro eram espíritas, quatro evangélicos/protestantes, três católicos, um judaico cristão, um do candomblé e dois não professavam nenhuma religião.

Em relação à cor/raça, 16 se auto identificaram, segundo as categorias do IBGE (IPEA, 2003), como negros, três brancos, um amarelo, outro, como “morena” e uma pessoa não respondeu.

Em relação à escolaridade, onze tinham curso superior incompleto, sendo a maioria desses em andamento, quatro tinham curso superior completo, seis tinham especialização e um estava cursando o mestrado.

As profissões eram variadas também, entre as quais, oito se apresentaram como estudantes, dois professores, dois servidores públicos, e um para cada das seguintes ocupações: artista, pedagogo, músico, assistente social, museólogo, fisioterapeuta, técnico em enfermagem, militar, produtor cultural, assessor público.

Em relação ao local de residência, nove moravam no município do Rio de Janeiro, onze em diferentes municípios da Baixada Fluminense, e dois não responderam. A maior parte, 16 discentes, ficaram sabendo do curso por meio de redes sociais, tais como facebook, site, e-mail.

O público foi diversificado e o curso alcançou pessoas para além do município de Nilópolis, tivemos alunos da UFRRJ/campus Novo Iguaçu, UERJ/campus Maracanã, Pastoral Afro de Nilópolis¹² e de São João de Meriti¹³, estudantes do curso de Matemática do IFRJ/campus Paracambi, professores da rede pública de ensino de vários municípios.

Os motivos pelos quais buscaram o curso de extensão giravam em torno de aprender, entender, conhecer, pesquisar a cultura afro-brasileira, por afinidade e interesse, por trabalhar a temática e por reconhecer a importância da temática, como podemos observar a seguir:

12 Paróquia Nossa Senhora da Conceição, Nilópolis – RJ.

13 Comunidade São José - Paróquia São João Batista, Centro, São João de Meriti – RJ.

Porque gosto da cultura afro-brasileira, tenho o desejo de conhecer e, se possível, entrar para a área de pesquisas das relações étnico-raciais (homem, 23 anos, negro).

Por considerar que, enquanto, negros, temos que aprender ainda mais sobre nossa etnia e por acrescentar muito na minha formação profissional (mulher, 29 anos, negra).

Para entender melhor a questão das relações raciais no Brasil e suas implicações para o povo negro (homem, 49, negro).

Porque acho importante aprender mais sobre uma cultura tão rica e que tem influência na cultura brasileira (mulher, 20 anos, branca).

Pela importância da temática e pela necessidade em ser trabalhada nas escolas e nos demais espaços sociais (mulher, 38 anos, negra).

Diante disso, suas expectativas diante do curso eram ampliar e aprofundar conhecimentos, aprender muito, reforçar a identidade e participar de reflexões e discussões, conforme podemos notar em suas próprias palavras:

Reforçar minha identidade e me inserir mais na história e cultura afro (homem, 28 anos, negro).

Que me abra novos horizontes (mulher, 19 anos, amarela).

Aprofundar o assunto e aprender sobre diversidade cultural (mulher, 26 anos, branca).

Troca cultural e crescimento profissional e pessoal (homem, 30 anos, branco).

Ampliar conhecimentos (homem, 32 anos, negro).

Em relação à aproximação anterior à temática, 18 afirmaram ter, três disseram não ter e um não respondeu. Dos que não tinham contato anterior, dois eram negros e um amarelo. Os que tinham aproximação anterior, esta se deu por meio de leituras, cursos, disciplinas isoladas na faculdade, manifestações artísticas e religiosas.

Uma das estratégias adotadas para dar visibilidade ao curso e ao próprio NEABI era avisar na portaria e anexar cartazes com informações da sala onde ocorreriam os encontros do curso. O envolvimento de todos os seguimentos do campus foi importante como forma de marcar presença, visto que realizamos várias atividades, talvez estranhas aos olhos de muitos, como uma oficina sobre cozinha afro-brasileira e samba. Nessa oficina, buscamos diferentes meios de interações com os participantes a partir de dinâmicas que tinham como recursos materiais, a saber, alimentos crus e cozidos, textos acadêmicos, letras de músicas, audição de canções e assistência de vídeos, objetivando estimular diferentes diálogos e sensações em torno do tema. Ao final, também como forma de confraternização entre os participantes do curso, oferecemos diversos pratos da cozinha afro-brasileira, a maioria deles

produzido por uma das autoras. Nesse momento, abrimos a sala do refeitório para o campus. Muitas pessoas vieram. Interessante observar a recusa de algumas, principalmente por parte dos técnicos administrativos, em comerem um dos pratos, o acarajé. Aceitavam comer a cocada, o cuscuz, o bolo, entre outros alimentos que compunham o tabuleiro, mas todo o conjunto alimentício associado ao candomblé era recusado, isto é, o acarajé¹⁴ junto com o caruru¹⁵ e o vatapá¹⁶ foram os três pratos que tiveram a maior resistência por parte dos participantes.

Imagem 8 – Acarajé, caruru e vatapá



Fonte: arquivo dos autores.

Cabe ressaltar que 16 estudantes receberam o certificado do curso de extensão, obtendo 75% da frequência.

Considerações finais

Ao longo do artigo expomos os objetivos, as concepções, as principais discussões em torno do projeto de extensão “Entre na roda: circularidade de saberes e fazeres afro-brasileiros e indígenas experiências” e da temática das relações raciais em nossa sociedade e relatamos, ainda que, sucintamente, as atividades realizadas ao longo do ano de 2014 e 2015. Foi um projeto intenso e que pôde se efetivar tanto pelos recursos financeiros recebidos como pelos recursos humanos, a equipe que planejou e executou o mesmo.

Os textos de apoio discutidos foram de suma importância para a

14 Bolinho de feijão fradinho frito no dendê.

15 Quiabo picado e temperado podendo levar algum tipo de carne, refogado na cebola e no dendê.

16 Vatapá é um prato típico da culinária afro-brasileira. O seu preparo pode incluir pão molhado ou farinha de rosca, fubá, gengibre, pimenta-malagueta, entre outros ingredientes.

equipe e para os participantes do curso de extensão. A partir deles foi possível refletir sobre a luta negra no Brasil e no mundo; sobre papel do negro na sociedade; a construção de estratégias de combate ao racismo e para a promoção da igualdade racial na sociedade brasileira, bem como, sobre as formas concretas de colaborarmos com a comunidade acadêmica e não acadêmica na compreensão da necessidade e relevância das ações afirmativas na instituição.

Neste contexto, o NEABI/ campus Nilópolis oportunizou, por meio do projeto desenvolvido, experiências, trocas, construções coletivas de conhecimentos entre docentes, discentes, técnicos administrativos, terceirizados e sociedade do entorno em relação às temáticas abordadas. Possibilitou diferentes olhares e formas de recontar nossa história, agora, pelo olhar da população não branca. Fomentou, ainda, reflexões sobre responsabilidade social, a implementação das políticas públicas de combate ao racismo e as perspectivas enquanto profissionais e futuros/as profissionais, construindo reais possibilidades metodológicas para qualificar suas práticas pedagógicas ou não.

Salientamos que esse projeto extensionista contribuiu para amplificar, nos espaços de saberes formais, os diálogos tão necessários para que diferentes perspectivas epistemológicas possam ser ofertadas para a formação dessas comunidades institucionais e também para os seus entornos, contribuindo para uma visão múltipla de mundo.

Por fim, a relevância do projeto enquanto ação concreta esteve na sua capacidade de desenvolver atividades que contribuíram para debates e reflexões entre o campo acadêmico e para a população sobre temática afro-brasileira e indígena com capilaridades para outros espaços, durante o período de sua duração. Isto aponta o seu potencial como instrumento de ligação entre a sociedade e o campus.

Referências

ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ASANTE, M. K. Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar. In: NASCIMENTO, E.L.(org) Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009.p. 93-110.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação**. 27º ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 ago. 2014.

_____. **Lei 7.716**, de 05 de janeiro de 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov>.

- br/ccivil_03/leis/L7716.htm. Acesso em 20 nov. 2020
- _____. **Lei 10639**, de 09 de janeiro de 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 12 mai. 2012.
- _____. **Lei 11.892**, de 29 de novembro de 2008. 2008a. Disponível em: https://moodle.ifrj.edu.br/pluginfile.php/18585/mod_resource/content/1/Lei%20de%20Cria%C3%A7%C3%A3o%20dos%20Ifs%20%281%29.pdf?redirect=1. Acesso em: 12 agost. 2020.
- _____. **Lei 11.645**, de 10 de março de 2008. 2008b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm. Acesso em: 12 mai. 2012
- _____. **Lei 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 11 agost. 2020
- _____. **Lei 12.288** - Estatuto da Igualdade Racial. Brasília, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm. Acesso em 26 jun. 2014.
- _____. **Decreto 7.824**, de 11 de outubro de 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7824.htm. Acesso em: 20 ago. 2014.
- _____. **Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnicorraciais e para o ensino de história e cultura afrobrasileira e africana**. 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=913&id=13788%3Adiversidade-etnico-racial&option=com_content. Acesso em: 30 ago. 2013.
- CARDOSO, L. O branco-objeto: o movimento negro situando a branquitude. **Instrumento**: R. Est. Pesq. Educ. Juiz de Fora, v. 13, n. 1, pp. 81-94, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/revistainstrumento/article/view/18706>. Acesso em: 17 ago. 2020.
- DaMATTA, R. Digressão: a fábula das três raças, ou o problema do racismo à brasileira. In: **Relativizando**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p.58-85.
- DAYRREL, J. (org.) **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996. p.96-104
- FREYRE, G. **Casa-grande e Senzala**. Rio de Janeiro: Record, 1996.
- FORPROEX - FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Extensão Universitária: Organização e Sistematização**. Belo Horizonte: Coopmed, 2007. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Organizacao-e-Sistematizacao.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2014.
- _____. **Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular: uma visão da Porto Alegre**: UFRGS ; Brasília : MEC/SESu, 2006. Disponível em: http://www.uemg.br/downloads/indissociabilidade_ensino_pesquisa_extensao.pdf. Acesso em 13 jun. 2014.
- _____. **Política Nacional de Extensão Universitária**. UFRGS, 2012. (Coleção Extensão Universitária v. 7)
- HASENBALG, C. Entre Mitos e Fatos: racismo e relações raciais no Brasil. In: Maio, M.C., Santos, R.V. (orgs.) **Raça, Ciência e Sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996. p. 235 a 249
- IANNI, O. **Raças e classes sociais no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

- IBGE. Desigualdades sociais por raça ou cor no Brasil. Estudos e Pesquisas. **Informação demográfica e socioeconômica**, n. 41, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 30 nov. 2020.
- IFRJ. Plano de Integridade do IFRJ. 2018 –2019. Versão 1.0: **Resolução nº 44**, de 19 de dezembro de 2018a. Disponível em: <https://moodle.ifrj.edu.br/course/view.php?id=249>. Acesso em: 20 mar. 2020.
- _____. Regulamento dos Núcleos de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas (NEABIs). **Resolução nº 24**, de 02 de outubro de 2018. 2018b. Disponível em: <https://moodle.ifrj.edu.br/pluginfile.php/21182/mod_resource/content/1/resolucao_n_o_24-2018_-_aprova_o_regulamento_neabi.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2020.
- IPEA. **Texto para discussão 996**. Novembro, 2003. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0996.pdf. Acesso em 04 fev. 2020
- LIMA, M. B. Identidade Étnico/Racial no Brasil: Uma Reflexão Teórico-Metodológica. **Revista Fórum Identidades**, ano 2, vol. 3, p. 33-46, jan-jun, 2008. Disponível em: <https://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/NEAB/LIMA-%20Maria%20Batista.%20Identidade%20EtnicoRacial%20no%20Brasil%20uma%20reflexao%20teorico-metodologica..pdf>. Acesso em: 17 dez. 2020.
- MAIO, M.C.; SANTOS, R.V. Política de cotas raciais, os “olhos da sociedade” e os usos da antropologia: o caso do vestibular da Universidade de Brasília (UNB). **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 181-214, jan/jun, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ha/v11n23/a11v1123.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2020.
- MONAGREDA, J. K. A Raça na construção de uma identidade política: alguns conceitos preliminares. **Mediações**, Londrina, v. 21, n.2, p. 366-393, jul/dez, 2017. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/23664/pdf>. Acesso em 07 fev. 2021.
- MUNANGA, K. Algumas considerações sobre “raça”, ação afirmativa e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos. **Revista USP**, São Paulo, n.68, p. 46-57, dezembro/fevereiro 2005-2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13482/15300>. Acesso em: 07 fev. 2021.
- _____. Introdução. In: MUNANGA, K. **Negritude**: usos e sentidos. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 11 - 22.
- NASCIMENTO, E.L. O Brasil e a confecção do “branco virtual”. In: _____. **O sortilégio da cor**. São Paulo: Summus, 2003. p. 113-156.
- NOGUEIRA, O. Preconceito Racial de marca e preconceito racial de origem. **Tempo social**, v.19, n.1, nov. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ts/v19n1/a15v19n1.pdf><https://www.scielo.br/pdf/ts/v19n1/a15v19n1.pdf>. Acesso em 17 dez. 2020.
- OLIVA, A. R. A história africana nas escolas brasileiras: entre o prescrito e o vivido, da legislação educacional aos olhares dos especialistas (1995-2006). **História**. v. 28, n.2, p. 143-172. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/his/v28n2/07.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2020.
- PICCOLO, F. D. **“Espelho, espelho meu, existe alguém mais bonito do que eu?!”**: branquitude e educação antirracista – uma proposta de curso de extensão. 133f. Orientadora: Sabrina Araújo Almeida. Trabalho de Conclusão de Curso Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica,

- Instituto Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.
- QUEIROZ D.M.; SANTOS, J.T. Sistema de cotas: um debate dos dados à manutenção de privilégios e de poder. **Educação e Sociedade.**, Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial, p. 717-737, out. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v27n96/a05v2796.pdf>. Acesso em 30 nov. 2020.
- RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.
- SANSONE, L. **Negritude sem etnicidade.** Salvador: UFBA; Rio de Janeiro: Pallas, 2007.
- SANTOS, J.T.; QUEIROZ, D. M. Vestibular com cotas: análise em uma instituição pública federal. **REVISTA USP**, São Paulo, n.68, p. 58-75, dezembro/fevereiro 2005-2006. Disponível em: http://www.redeacaoafirmativa.ceao.ufba.br/uploads/usp_artigo_2005_JTdosSantos_DMQueiroz.pdf . Acesso em 30 nov. 2020.
- SEBRAE. **Painel regional:** Baixada Fluminense I e II. Observatório Sebrae/RJ. Rio de Janeiro: SEBRAE/RJ, 2016. Disponível em: https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RJ/Anexos/SebraePainel_BaixadaFluminense.pdf. Acesso em 04 fev.2021.
- SEYFERTH, G. A invenção da raça e o poder discricionário dos estereótipos. **Anuário Antropológico/93.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6581>. Acesso em: 12 jun. 2014.
- SCHUCMAN, L. V. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo:** branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo. São Paulo: Veneta, 2020.
- SILVA, C. O processo de implantação da Lei 10639/03 na Rede Municipal de Ensino de Recife. In: AGUIAR, M.; SISS, A.; OLIVEIRA, O. et al. (orgs.). **Educação e Diversidade:** estudos e pesquisas. v.2. Recife: Gráfica Jorge Luiz Vansconcelos Ed., 2009. p.09-38
- TELES, J. Um centro dedicado à pesquisa dos negros. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 50, p. 141-145, abr. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v18n50/a14v1850.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2020.
- THIESEN, J. S. A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-aprendizagem. **Revista Brasileira de Educação** [online]. 2008, vol.13, n.39, pp. 545-554 . Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n39/10.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2014.
- TRINDADE, A. L. da. Valores civilizatórios afro-brasileiros na educação infantil. In: BRASIL. Ministério da Educação. **Valores civilizatórios afrobrasileiros na educação.** Brasília, DF, Boletim 22, 2005. Disponível em: < <http://www.diversidadeducainfantil.org.br/PDF/Valores%20civilizat%C3%B3rios%20afrobrasileiros%20na%20educa%C3%A7%C3%A3o%20infantil%20-%20Azoilda%20Trindade.pdf>>. Acesso em: 15 set 2014.
- _____. Em busca da cidadania plena. In: BRANDÃO; TRINDADE; BENEVIDES (orgs.). **Saberes e fazeres**, v.1: Modos de Ver. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2006. Disponível em: http://www.acordacultura.org.br/sites/default/files/kit/Caderno1_ModosDeVer.pdf. Acesso em 15 set. 2014.

Dez anos da graduação em Química no IFRJ – campus Nilópolis

Carmelita Gomes da Silva
Priscilla Henriques Groetaers de Souza Novelli

Introdução

Em 2014 completou-se 10 anos que a graduação em Química foi implantada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) – campus Nilópolis. Dois cursos de nível superior foram inicialmente implantados: Licenciatura em Química e Tecnologia em Química de Produtos Naturais. No ano de 2010, o Ministério da Educação (MEC) criou o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (CST) e o perfil profissional do Tecnólogo em Química de Produtos Naturais não foi incluído em nenhum eixo tecnológico, mesmo com a interposição de recurso. Devido a esse fato, foi iniciado um estudo com vistas à transformação deste CST em Bacharelado.

Dessa forma, no segundo semestre de 2011 o Curso de Bacharelado em Química com atribuições tecnológicas teve a sua primeira turma ingressante. Assim sendo, a coordenação do curso, juntamente com o Núcleo Docente Estruturante (NDE) se reuniu para escrever e submeter um projeto à Coordenação de Extensão com o intuito de comemorar esta data tão significativa para o IFRJ, para o campus Nilópolis, bem como para toda a comunidade acadêmica e administrativa do campus.

No mesmo ano de 2014, tivemos a celebração dos 20 anos do campus Nilópolis, que coincidiu com a comemoração dos 10 anos da graduação em Química no campus. É importante que datas marcantes para o IFRJ sejam comemoradas. Estes eventos contribuíram para a integração entre docentes, discentes e técnicos administrativos, bem como para a divulgação de nossos cursos, tanto para os alunos dos cursos de nível médio quanto para a própria comunidade da Baixada Fluminense. Este tipo de comemoração é muito significativa para a autoestima e motivação dos alunos em curso e egressos. Muitas vezes os alunos não têm ideia de quão boa é a instituição em termos de qualidade de infraestrutura e ensino quando comparada às universidades públicas.

Deste modo, este capítulo tem por objetivo apresentar um relato de experiências a respeito do processo de elaboração e desenvolvimento do evento de Comemoração dos 10 anos de graduação em Química do campus Nilópolis e de outras ações de extensão correlatas, como a realização da I Jornada de Química (JQUIM) e a elaboração do portfólio “Do Tecnólogo ao Bacharelado em Química – IFRJ campus Nilópolis. 10 Anos de História” e a oferta do curso de extensão sobre Cosméticos Faciais. As ações descritas, de caráter memorial, pretendem contribuir para a reafirmação do êxito passado, presente e futuro dos cursos de nível superior em Química.

Na figura 1 podemos observar a capa do portfólio “Do Tecnólogo ao

Bacharelado em Química – IFRJ campus Nilópolis. 10 Anos de História”, que será descrito ao longo deste capítulo.

Figura 1 – Capa do portfólio “Do Tecnólogo ao Bacharelado em Química, IFRJ campus Nilópolis. 10 Anos de História”.



Fonte: Arquivos da organização do evento.

Não podemos deixar de lembrar que nesse ano, em paralelo ao evento de comemoração dos 10 anos da graduação em Química no campus, foi lançada a I Jornada de Química do IFRJ – campus Nilópolis (I JQUIM).

Figura 2 – Banner de divulgação da I Jornada de Química e dos 10 Anos da graduação em Química no campus Nilópolis.



Fonte: Arquivos da organização do evento.

Organização do evento

O planejamento do evento iniciou-se com uma série de reuniões agendadas. A comissão organizadora foi formada por professores do Curso de Bacharelado em Química, pela equipe da Coordenação de Extensão e por membros do Centro Acadêmico do Curso de Bacharelado em Química Otto Gottlieb do ano corrente. Os docentes e discentes dessa comissão foram estabelecidos em uma reunião do colegiado de curso, onde os participantes se voluntariaram para tal comissão. Já a Comissão Científica da I Jornada de Química foi designada pela comissão organizadora. Ambas as comissões foram normatizadas pela Direção Geral do campus através da Instrução Normativa Nº 034 de 06 de abril de 2015 e ficaram estabelecidas conforme os quadros a seguir.

Quadro 1 – Comissão Organizadora dos eventos: 10 anos de graduação em Química e a I Jornada de Química do campus Nilópolis.

	MEMBROS	FUNÇÃO
1	Me. Albertina Maria Batista de Sousa da Silva	Docente
2	Dr. Alexandre Vargas Grillo	Vice-coordenador do Curso de bacharelado em Química/ Docente
3	Dra. Carmelita Gomes da Silva	Coordenadora do Curso de bacharelado em Química/ Docente
4	Dra. Dayenny Neves Miranda	Coordenadora CoEx/ Docente
5	Me. Ivanilton de Almeida Nery	Docente
6	Dr. José Celso torres	Docente
7	Me. Luisa Luz Marçal	Docente
8	Me. Priscilla Groetaers de Souza	Docente
9	Gabriela Martins Guerreiro	Estagiária da CoEx
10	Ludmila Batista de França	Membro do C. A. Otto Gottlieb/ Discente
11	Thamires Matos	Membro do C. A. Otto Gottlieb/ Discente

Fonte: Instrução Normativa Nº 034 de 06 de abril de 2015. IFRJ – campus Nilópolis.

Quadro 2– Comissão Científica da I Jornada de Química do campus Nilópolis.

	MEMBROS	FUNÇÃO
1	Dr. Alexandre Vargas Grillo	Vice-coordenador do Curso de bacharelado em Química/ Docente
2	Dra. Carmelita Gomes da Silva	Coordenadora do Curso de bacharelado em Química/ Docente
3	Dr. José Celso torres	Docente
4	Me. Luisa Luz Marçal	Docente
5	Dr. Marcelo Sierpe Pedrosa	Docente

Fonte: Instrução Normativa Nº 034 de 06 de abril de 2015. IFRJ – campus Nilópolis.

Após estabelecidas as comissões, as reuniões da comissão organizadora continuaram a acontecer, de modo que ficou definido que seria escrito um projeto a ser submetido ao edital interno de fomento a Projetos de Extensão nº 03 de 2014, organizado pela Coordenação de Extensão do IFRJ – campus Nilópolis.

O projeto do evento constituiu-se na realização de um dia de comemoração aos dez anos da graduação em Química, além da oferta de um curso de extensão após o evento, e de um curso ou oficina a ser oferecida na Semana da Tecnologia (SEMATEC) de 2014.

As primeiras ideias e atividades para o dia do evento de comemoração dos 10 anos de graduação em Química foram: a abertura do evento com um café da manhã, seguido por mesas-redondas e palestras com professores de outras instituições convidados, e por uma gincana envolvendo a participação de estudantes do curso. Ao longo do dia, os estudantes, orientados por seus professores, apresentariam seus trabalhos de pesquisa e seriam premiados pela comissão científica. Além disso, algumas atividades culturais foram incorporadas, como a apresentação de uma peça de teatro intitulada: “Oxigênio”, sorteio de livros para os participantes, apresentação do coral “IF I sing”, formado por estudantes de diversos cursos do campus Nilópolis, cantando músicas que remetem à Química, e encerramento musical com a apresentação do bloco “Butano na Bureta”, formado por ex-alunos do IFRJ.

A data escolhida para o evento tinha sido, inicialmente, 15 de dezembro de 2014. Devido à greve dos servidores que se instituiu no ano de 2014, o evento teve que ser adiado para o ano seguinte, sendo realizado em 12 e 13 de maio de 2015.

A verba requerida seria para a viabilização das seguintes despesas: alimentos e bebidas para o café da manhã e lanche, materiais para a gincana e premiação para os estudantes classificados nos 3 primeiros lugares após a apresentação de seus trabalhos de pesquisa (tablets ou bolsas com arte do evento e pen drives), materiais para a peça de teatro (refletores e figurino, por exemplo) e ajuda de custo para o transporte e alimentação dos componentes do bloco “Butano na Bureta”.

A participação na gincana seria aberta a alunos da graduação em Química do campus Nilópolis. Seria elaborado um edital que estabeleceria as regras de participação na gincana. Ficou definido que esse edital seria lançado no final de outubro de 2014.

Em paralelo à comemoração dos 10 Anos da graduação em Química, ocorreu a I Jornada de Química (I JQUIM), que foi um evento organizado pelo Curso de Bacharelado em Química e pela Coordenação de Extensão (CoEx). Evento este voltado para o desenvolvimento do pensamento científico e

tecnológico entre alunos da graduação em Química e áreas afins do IFRJ e de outras instituições de ensino, bem como pesquisadores e professores, propiciando a divulgação e a popularização da ciência. A Jornada de Química substituiu o Ciclo de Palestras de Produtos Naturais e a Jornada Científica da Baixada Fluminense, atividades que ocorriam no último dia da SEMATEC. (SILVA, 2015)

O edital para a gincana chegou a ser escrito e tornado público, tendo essa atividade o intuito de promover a mobilização da mocidade, aumentando a integração entre os jovens e proporcionando um clima de amizade, cooperação e espírito de grupo. Não deveria ser, portanto, um motivo para competitividades desenfreadas e desmedidas que gerassem sentimentos de rivalidade entre os grupos. No entanto, não houve inscrição de equipes no prazo estipulado pelo edital e de forma frustrante, a gincana acabou não ocorrendo.

A peça "Oxigênio" começou a ser ensaiada, os papéis foram distribuídos, assim como os textos com base no livro de mesmo título e de autoria de Carl Djerassi e Roald Hoffman. Houve três a quatro ensaios que iniciaram com a leitura e interpretação do texto. No entanto, essa atividade também não evoluiu como esperávamos devido à falta de conciliação de horário do elenco em relação aos ensaios.

A apresentação do bloco "Butano na Bureta" chegou a ser orçada, mas devido à restrição orçamentária, não foi possível contratá-lo. A verba obtida com a aprovação do projeto foi de R\$ 2.000,00, de modo que foi necessário estabelecer prioridades. A comissão organizadora optou por oferecer *coffee break* para todos os participantes.

Após várias reuniões e debates, ficou estabelecido um cronograma com os prazos para organização do evento (Quadro 3).

Quadro 3 - Cronograma

Cronograma	
09/03/2015	Divulgação dos editais
09/03/2015 – 08/05/2015	Inscrição na Jornada
09/03/2015 – 17/03/2015	Submissão de minicursos
09/03/2015 – 10/04/2015	Inscrição na Gincana
23/03 – 10/04	Inscrição nos minicursos
09/03 – 03/04	Submissão de resumos
19/03/2015	Resultado da submissão de minicursos
10/04	Resultado da avaliação dos resumos
04/05/2015	Entrega das tarefas da gincana

Fonte: Regulamento da Primeira Jornada de Química do IFRJ – campus Nilópolis.

Foi também criada um site/ blog na internet para esse evento, que também foi o endereço para inscrições nas diversas atividades ofertadas. A página <<https://jqumifjr.wordpress.com/>> está ativa até os dias atuais com todas as informações sobre o evento como: anais dos trabalhos submetidos, minicursos, programação e ainda as jornadas posteriores que ocorreram nos anos seguintes, de 2016 e 2017.

Figura 3 – Página inicial do site criado para divulgação e organização da JQUIM



Apresentação

Fonte: Site do evento – edição de 2017. Disponível em:<<https://jqumifjr.wordpress.com/>>. Acesso em: 07/12/2020.

Com o desenrolar das reuniões, a programação final da I Jornada de Química e da comemoração dos 10 Anos da Graduação em Química no IFRJ campus Nilópolis ficou definida e pode ser visualizada no folder de divulgação do evento a seguir.

Figura 4 – Folder de divulgação do evento – parte interna

 PROGRAMAÇÃO 12 de MAIO	 PROGRAMAÇÃO 13 de MAIO	
<p>08:00 – 10:30 Minicursos</p> <p>10:30 – 11:00 Coffee Break</p> <p>11:00 – 12:00 Palestra de Abertura SER BACHAREL EM QUÍMICA: fiz a escolha certa? Prof. Jorge Messeder (CRQ)</p> <p>12:00 – 13:00 Almoço</p> <p>13:00 – 14:00 Palestra “Sessenta anos de Química de Produtos Naturais Marinhos e as perspectivas futuras” Prof. Alphonse Kelecom (UFF)</p> <p>14:00 – 16:30 Sessão Coordenada I (Apresentação de Trabalhos)</p> <p>16:30 – 17:00 Coffee Break</p> <p>17:00 – 18:00 Sessão Coordenada II Palestra História de Vida Acadêmica e o desenvolvimento de Pesquisa sobre Guerra Química e Doença de Alzheimer - Elaine Petronilha (IME) Informes do Centro Acadêmico e do COREQUI</p>	<p>08:00 – 10:30 Minicursos</p> <p>10:30 – 11:00 Coffee Break</p> <p>11:00 – 12:00 Mesa Redonda: “Retrospectiva e perspectiva do Curso de Bacharelado em Química” Prof. Carmelita Gomes (Coordenadora do Curso) Prof. Carlos Alexandre Prof. José Celso Torres Prof. Luiz Fernando Caldas</p> <p>12:00 – 13:00 Almoço</p> <p>13:00 – 14:00 Relatos dos Participantes do Ciência Sem Fronteiras Uma temporada na França participando do programa Ciência Sem Fronteiras – Dany Teles (aluno do curso de Bacharelado em Química) Passando um ano na Itália pelo programa Ciência Sem Fronteiras – Victor Oliveira (aluno do curso de Bacharelado em Química)</p> <p>14:00 – 15:00 Palestra Química Verde – Líquidos Iônicos Prof.: Paulo Galdino de Lima (IFRJ)</p> <p>15:00 – 16:00 Palestra Cerveja Artesanal: Produção, Processos e Estilos Renato de Oliveira Soares – Instituto Nacional de Tecnologia – INT</p>	<p>16:00 – 16:30 Apresentação do Coral IF I Sing</p> <p>16:30 – 17:00 Apresentação de Dança com professor Henrique Passos (Formado pela Escola de Dança Jaime Arouxa)</p> <p>17:00 – 18:00 Encerramento (Quadra) Lanche oferecido pelo Centro Acadêmico do Curso de Bacharelado em Química Discoteca com DJ Fenix Show</p> <p> MINICURSOS 12 e 13 de MAIO</p> <p>MC 01 – Cromatografia Líquida de Alta Eficiência (CLAE/HPLC) - Vitor Soares (IPPNUFRJ)</p> <p>MC 02 – Tendências Recentes em Química de Produtos Naturais - Daniel Luiz Reis Sims (IPPNUFRJ)</p> <p>MC 03 – A Cromatografia Líquida em Análise de Alimentos - Victor de Carvalho Martins (UFRJ)</p> <p>MC 04 – Monitoramento de Reações em Tempo Real por Espectrometria no Infravermelho e Aplicações - Vinicius Tadeu Kartnaller Montalvão (Polo de Xistoquímica UFRJ)</p> <p>MC 05 – Química dos Solos: Uma Abordagem Analítica - Gabriel Bruno de Almeida (UFRJ)</p> <p>MC 06 – A quimioterapia utilizada no tratamento da malária e perspectivas de novos protótipos - Luiz Pinheiro (Farmanguinhos/ Fiocruz)</p> <p>MC 07 – Métodos Instrumentais de Análise: Da amostragem ao resultado final - Luiz Fernando Silva Caldas (IFRJ)</p>

Fonte: Folder de divulgação do evento.

Figura 5 – Folder de divulgação do evento – parte externa



Fonte: Folder de divulgação do evento.

Observou-se grande participação dos alunos dos cursos de Química do campus, inclusive, dos cursos técnicos e da licenciatura. Após cada minicurso e cada palestra, houve sempre o momento de debate aberto para perguntas, dúvidas e sugestões, onde observou-se grande interação dos alunos. Houve a realização de dois momentos de *coffee break* no evento, proporcionando momentos de interação aluno-palestrante, aluno-professor, aluno-técnico e aluno-aluno. Foram momentos valiosos de troca de saberes e experiências entre os participantes.

Quatorze trabalhos foram inscritos para apresentação na Sessão coordenada 1 no primeiro dia do evento. Os sete melhores trabalhos foram selecionados pela comissão científica e os mesmos foram alocados para serem apresentados no auditório do campus. Os demais foram apresentados em uma sala de aula. O Quadro 3 mostra como essa sessão foi organizada, bem como a formação das bancas avaliadoras, títulos dos trabalhos, alunos que apresentaram, entre outras informações.

Quadro 4 – Programação da Sessão coordenada 1

	AUDITÓRIO	SALA DE AULA
HORÁRIO	Priscila (Presidente da banca), José Celso, Claudio Bobeda	Ana Maria (Presidente da banca), Júlio, Elaine

14:00 – 14:20	Síntese de resinas porosas e magnetizadas sequestradoras de compostos carbonilados. Raposo, S.; Pedrosa, M. S.; Neves, M. A. F. S. Sara Raposo (3º lugar)	Síntese e caracterização de esferas porosas de Poli (estireno-co-divinilbenzeno). Dias, A. D.; Neves, M. A. F. S. Alessandra Duarte Dias
14:20 – 14:40	Acompanhamento em tempo real da imobilização e deimobilização de ácidos carboxílicos por cloreto de fenacila em fase sólida porosa por ATR-FTIR. Mendonça, A. D. M.; Saide, V. G. de P.; Pedrosa, M. S. Victor Gabriel de Paula Saide (2º lugar)	Teor de carotenóides e tocoferóis em frutos de <i>Allagoptera arenaria</i> (Gomes) Kuntze. Braga, E. C. O.; Pacheco, S.; Nascimento, L. S. M.; Mazza, K. E. L.; Godoy, R. L. O.; Borguini, R. G. Elaine Cristina de O. Braga
14:40– 15:00	Isolamento de diterpenos de <i>Vellozia crinita</i> . Cunha, J. V. M. G. C.; Rezende, C. M., Silva, C. G. João Vitor Mello Gonçalves Costa Cunha	Identificação por cromatografia líquida de alta eficiência de composição de antocianina em frutos de <i>Myrrhinium atropurpureum</i> SHOTT. Mazza, K. E. L.; Souza, M. C.; Pacheco, S.; Borguini, R. G.; Godoy, R. L. O.; Santiago, M. C. P. A. Karen E. L. Mazza
15:00 – 15:20	Estudo da síntese de derivados imidazolidina-2,4-diona. obtenção de novas hidantoínas. Castro, N. R.; Marçal, L. L. Natália Ruben Castro (1º lugar)	Avaliação da atividade fotoprotetora da própolis. Simões, A. C.; Costa, P. H. G. S. Anna Camila Simões
15:20 -15:40	Avaliação comparativa do perfil antioxidante entre os métodos FRAP e DPPH de fermentado de caju, sob diferentes condições de temperatura e pH. Silva, J. C.; Nery, I. A.; Leite, J. S.; Nascimento, X. P. R.; Oliveira, V. S.; Júnior, M. S. T.; Ferreira, D. G. A.; Pinto, G. A. S.; Leite, S. G. P. Juliana Cordeiro da Silva e Victor da Silva Oliveira.	Estado da arte de polímeros renováveis a partir do 5-hidrometilfurfural (HMF): um estudo de patentes. Lima, N. A.; Siqueira, P. M. Nádia Alves de Lima
15:40 – 16:00	Influência da forma cosmética no FPS de um fotoprotetor. Christo, S. B. O.; Costa, P. H. G. S. Sarah Barreto Oliveira de Christo	Confirmação de carotenóides por espectrometria de massas sequencial com ionização por eletronebulização no modo positivo. Martins, V. M.; Cunha, C. P.; Nascimento, L. S. M.; Pacheco, S.; Borguini, R. G.; Godoy, R. L. O. Victor de Carvalho Martins
		Síntese de resinas de estireno-divinilbenzeno magnetizadas. Marinho, V. S.; Silva, S. R. B.; Neves, M. A. F. S.; Pedrosa, M. S. Vitor da Silva Marinho

Fonte: Arquivos da organização do evento.

Após a apresentação dos trabalhos, as bancas selecionaram os três melhores, que foram destacados em azul no quadro anterior. Os alunos além

de receberem certificados da premiação, receberam também como prêmio, livros da área de Química.

Imagem 1 – Livros da premiação



Fonte: Site do evento. Disponível em:<<https://jqumifirj.wordpress.com/>>. Acesso em: 07/12/2020.

A presença dos alunos nas atividades foi computada através de listas de presença e relatório de atividades, pois visando uma maior participação dos alunos e a fim de evitar a evasão durante o evento, a participação foi atrelada à presença nas aulas.

A seguir, apresentamos uma sequência de fotos do evento com o intuito de resgatar a memória do evento e relembrar a participação integrada entre docentes, discentes e professores convidados, como podemos observar nas imagens 2 a 10.

Imagem 2 – Mesa redonda Retrospectiva e Perspectiva do Curso de Bacharelado em Química. Da esquerda para a direita: José Celso Torres, Carmelita Gomes e Carlos Alexandre Marques (IFRJ).



Fonte: Site do evento. Disponível em:<<https://jqumifirj.wordpress.com/>>. Acesso em: 07/12/2020.

Imagem 3 – Palestrante Renato Soares (Instituto Nacional de Tecnologia)



Fonte: Site do evento. Disponível em:<<https://jqumifirj.wordpress.com/>>, acesso em 07 dez. 2020.

Imagem 4 – Palestrante Victor Oliveira (Ex-aluno do Curso de bacharelado em Química)



Fonte: Site do evento. Disponível em:<<https://jqumifirj.wordpress.com/>>. Acesso em: 07/12/2020.

Imagem 5 – Palestrante prof. Paulo Galdino de Lima (IFRJ campus Realengo)



Fonte: Site do evento. Disponível em:<<https://jqumifirj.wordpress.com/>>. Acesso em: 07/12/2020.

Imagem 6 – Plateia do evento



Fonte: Site do evento. Disponível em:<<https://jqumifjr.wordpress.com/>>. Acesso em: 07/12/2020.

Imagem 7 – Sorteada e Carmelita Gomes durante sorteio de livros



Fonte: Site do evento. Disponível em:<<https://jqumifjr.wordpress.com/>>. Acesso em: 07/12/2020.

Imagem 8 – Apresentação do Coral IF I Sing



Fonte: Site do evento. Disponível em:<<https://jqumifjr.wordpress.com/>>. Acesso em: 07/12/2020.

Imagem 9 – Alunos na festa de comemoração



Fonte: Site do evento. Disponível em:<<https://jqumifirj.wordpress.com/>>. Acesso em: 07/12/2020.

Imagem 10– DJ Fênix na festa de comemoração



Fonte: Site do evento. Disponível em:<<https://jqumifirj.wordpress.com/>>. Acesso em: 07/12/2020.

O portfólio “Do Tecnólogo ao Bacharelado em Química – IFRJ campus Nilópolis. 10 Anos de História”.

Como todo e bom portfólio, o objetivo desse não foi diferente. A fim de apresentar e divulgar o curso de Bacharelado em Química, a coordenadora do curso de Bacharelado em Química da época, professora Carmelita Gomes, atendendo ao pedido da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) convidou dois alunos para a elaboração desse portfólio. Os alunos participantes foram João Vitor Mello Gonçalves Costa Cunha e Tássia

Cris Souza dos Santos. O primeiro foi responsável por toda organização do portfólio e a segunda aluna pela parte ilustrativa. Ambos sendo orientados pela coordenadora Carmelita.

O portfólio começa fazendo uma apresentação do Curso de Bacharelado em Química, apresentando a motivação de criação do curso na Baixada Fluminense, assim como os objetivos do curso. Em seguida, descreve o Núcleo Docente Estruturante, os dados gerais do curso e apresenta um resumo sobre o momento importante que o curso passou naquele ano. Um dado importante apresentado no portfólio é a linha do tempo mostrando todos os coordenadores e seus principais feitos na liderança do curso.

A parte seguinte do portfólio descreve toda estrutura de funcionamento do curso, como os laboratórios e áreas didáticas, o sistema de avaliação, trabalho de conclusão de curso, estágio supervisionado e atividades complementares.

Uma série de fotos de aulas práticas e equipamentos de ponta é apresentada em seguida, ilustrando e dando um colorido especial ao portfólio. O fluxograma, assim como o corpo docente daquele ano e suas titulações também são apresentados.

Ao longo de duas páginas todas as habilidades esperadas no profissional formado pelo curso são descritas em seguida e suas atribuições são ilustradas.

A importância da Educação Ambiental e gerenciamento de resíduos químicos também é relatada no portfólio, mostrando que esse tópico não pode faltar em um curso de química.

Em seguida, o portfólio retrata os alunos que foram contemplados pelo Programa Ciências Sem Fronteiras que vigorava na época. Assim como alunos aprovados em programas de mestrados diversos de renomadas Universidades.

As linhas de pesquisa dos pesquisadores docentes do curso são, em seguida, apresentadas em um quadro, assim como, os temas de Trabalho de Conclusão de Curso de vários alunos.

Até aquele ano o curso já havia passado por três gerações do Centro Acadêmico Otto Gottlieb e o portfólio retrata bem a participação desses alunos no desenvolvimento do curso.

A próxima parte do portfólio relata a participação dos alunos em eventos diversos como reuniões da Sociedade Brasileira de Química e as premiações obtidas por vários deles.

O corpo docente sempre procurou, ao final de cada período, realizar visitas técnicas com as turmas em várias indústrias da região, explorando todo o parque industrial que o município do Rio de Janeiro e adjacências tem a oferecer. O portfólio também retrata alguns desses momentos.

E para finalizar, o portfólio mostra os eventos realizados pelo curso, bem como fotos de turmas formandas.

Imagem 11 – Lançamento do Portfólio durante o evento



Fonte: Site do evento. Disponível em:<<https://jqumifjr.wordpress.com/>>. Acesso em: 07/12/2020.

Relato sobre o Curso de Extensão: Cosméticos Faciais: Limpar, Tratar e Maquiar.

Esse curso foi ministrado pela a professora MSc. Priscilla Henriques Groetaers de Souza Novelli, farmacêutica e docente das disciplinas de Tecnologia de Cosméticos e Cosmetologia Avançada do curso de Bacharel em Química do IFRJ – campus Nilópolis. Curso este que obrigatoriamente deveria ser ofertado vinculado ao respectivo projeto de extensão.

O curso teve como público-alvo alunos do curso de Bacharelado em Química, teve carga horária total de 16 horas e foi realizado semanalmente no período de 01/06/2015 a 20/07/2015 no IFRJ campus Nilópolis. O objetivo foi oferecer aos alunos parte do conteúdo teórico-prático que é ministrado em uma disciplina optativa (Cosmetologia avançada) do curso de Bacharel em Química. O pré-requisito para os alunos participarem do curso foi ter cursado ou estar cursando a disciplina obrigatória de Tecnologia de cosméticos a fim de que eles já tivessem uma base para um melhor aproveitamento do curso.

A ementa do curso foi a seguinte:

- **Aulas teóricas:** *Definição, Classificação, função, formulação e ensaios de controle de qualidade para os seguintes Cosméticos: Máscaras faciais, Sabonetes faciais, Tônicos e Adstringentes faciais,*

Esfoliantes faciais, Maquiagem labial (Batom e Brilhos), Maquiagem facial (bases, pós, corretivos, iluminadores e neutralizadores) e Maquiagem para os olhos (Sombras, Delineadores, Máscara para cílios).

- **Aulas práticas:** Sabonete em barra tipo Dove, Sabonete líquido, Máscara facial detergente, Máscara facial calmante, Batom e Brilho labial.

Neste contexto, o curso abordou pontos teóricos e práticos sobre alguns cosméticos faciais que visam limpar, tratar e maquiar a pele do rosto: Sabonetes faciais, Máscaras faciais, Loções tônicas e adstringentes e Maquiagem para olhos, face e lábios.

O curso contou com 10 alunos e pode ser considerado bem sucedido pelos resultados obtidos. Os alunos foram assíduos e bastante participativos. Mostraram-se especialmente entusiasmados com as aulas experimentais ministradas no Laboratório de Bioquímica (B210). Através destas, puderam demonstrar e aperfeiçoar as habilidades adquiridas na disciplina de Tecnologia de cosméticos. Uma das alunas do curso inclusive teve a oportunidade de estagiar em uma empresa de cosméticos na Baixada Fluminense, além de ter desenvolvido seu trabalho de conclusão de curso na área de Cosmetologia sob minha orientação.

Oficina ofertada na SEMATEC

Além das atividades descritas anteriormente, outro curso ou oficina na área de Química deveria ser ministrado na SEMATEC por um professor do IFRJ, como requisito do edital interno. Desta forma, a oficina foi ofertada pela professora Carmelita Gomes na SEMATEC de 2015, sendo uma oficina de pintura em vidros. Vidros esses reaproveitados de garrafas de sucos, onde os alunos puderam expressar sua criatividade desenhando e pintando estruturas químicas, desenhos de plantas, representações da natureza, entre outros.

Considerações finais

Sem dúvida alguma, a I Jornada de Química (I JQUIM) juntamente com as comemorações dos 10 Anos da Graduação em Química no campus Nilópolis foi um marco na história de vida do campus e de todos que ali estavam e participaram do evento, como os estudantes, funcionários e professores, toda comissão organizadora e científica. Enfim, toda a comunidade acadêmica.

Deixo aqui meu sincero agradecimento aos alunos estagiários da Coordenação de Extensão, a toda comissão organizadora e científica do evento, ao NDE do curso de Bacharelado em Química, à direção do campus e à organização deste e-book pelo convite e toda orientação.

Muita gratidão!

Referências

- CUNHA, J. V. M. G.; SANTOS, T. C. S. dos; SILVA, C. G. da. **Portifólio “Do Tecnólogo ao Bacharelado em Química, IFRJ campus Nilópolis. 10 Anos de História.** 1. ed. IFRJ campus Nilópolis, 2015.
- IFRJ. **Instrução Normativa Nº 034 de 06 de abril de 2015.** IFRJ campus Nilópolis, 2015.
- IFRJ. **Regulamento da Primeira Jornada de Química do IFRJ – campus Nilópolis.** IFRJ campus Nilópolis, 2015.
- JQUIM. **I Jornada de Química do IFRJ – campus Nilópolis.** Disponível em:<<https://jqumifrj.wordpress.com/>>. Acesso em: 07/12/2020. IFRJ campus Nilópolis, 2015.
- SILVA, C. G. **Projeto de Extensão “Dez anos da graduação em Química no IFRJ – campus Nilópolis.** IFRJ campus Nilópolis, 2015.

Entre os desafios e as possibilidades do “fazer extensionista”: uma análise dos projetos de extensão do IFRJ - campus Nilópolis

Giselle Carino Lage
Anderson Albérico Ferreira
Karen de Abreu Souza

Introdução

As universidades e os Institutos Federais são formados por uma comunidade acadêmica diversa, composta por diferentes indivíduos, cujas vozes e perspectivas exprimem representações sociais e práticas heterogêneas, típicas de uma sociedade plural.

Se por um lado, a pluralidade enriquece o debate acadêmico sobre as realidades sociais e o fazer científico, por outro, se não bem organizada, provoca dissonâncias e desarticulações, como ocorre, por exemplo, no caso da extensão universitária, considerando seu histórico ao longo do século XX, marcado por uma polissemia quanto a sua práxis acadêmico-social, na qual cada universidade brasileira desenvolveu de forma desconexa e díspar suas atividades de extensão. (FERREIRA; LAGE, 2021)

Em uma perspectiva histórica, o desenvolvimento e a consolidação do reconhecimento da extensão como parte inerente do fazer acadêmico houve quando o então, Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), a partir de 1987, encampa um sistêmico conjunto de ações que giravam em torno da busca por alinhar a extensão universitária em nível nacional.

Com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, a extensão se apresenta como um dos importantes eixos estratégicos para o desenvolvimento de espaços de interlocução permanentes com a sociedade, além de se situar como um dos pilares indissociáveis do tripé ensino-pesquisa-extensão. Neste sentido, o inciso IV do Art. 7º da Lei nº 11.892 institui que os IFs têm por dever:

Desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos. (BRASIL, 2008)

Deste modo, a partir do surgimento da Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT) desenvolve-se um conjunto de ações visando o desenvolvimento e a consolidação de ações extensionistas tendo em vista a proposta de articulação da produção do conhecimento científico e tecnológico às múltiplas demandas sociais e culturais locais. Neste contexto, a extensão profissional, científica e tecnológica é definida como:

Processo educativo, cultural, social, científico e tecnológico que promove a interação entre as instituições, os segmentos sociais e o mundo do trabalho com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos visando o desenvolvimento socioeconômico sustentável local e regional. (XAVIER et al., 2013, p. 15)

Na visão dos pró-reitores que compõem o Fórum de Extensão da Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (FORPROEXT), criado em 2012, a extensão emerge com o papel social de articular o saber fazer à realidade socioeconômica, cultural e ambiental da região, onde o Instituto Federal está situado, tendo como objetivo promover a inclusão social, tecnológica e produtiva bem como estimular o desenvolvimento local a fim de construir mecanismos de superação das desigualdades sociais, tão necessários em nossa sociedade. (FILHO et al., 2013)

Em paralelo às discussões desenvolvidas pelo FORPROEXT a respeito da extensão tecnológica, o FORPROEX apresentou o compromisso tecido pelas universidades públicas, incluindo a diversidade de instituições, como os Institutos Federais, em “reafirmar a extensão universitária como processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade, além de indispensável na formação do estudante, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade” (FORPROEX, 2012, p. 5). Neste contexto, a Política Nacional da Extensão Universitária, estabelecida coletivamente pelo FORPROEX (2012), respeitando a autonomia no plano de ações de cada instituição, teve importante papel no estabelecimento de diretrizes direcionadas à sensibilização da comunidade acadêmica para as atividades de interesse social e para a construção de mecanismos de avaliação e aperfeiçoamento das práticas extensionistas.

Justamente, nesse sentido, é que nossa pesquisa se estabelece. Ela surge e se sustenta a partir da necessidade de acompanhar e fomentar as dinâmicas, processos e concepções do “fazer extensionista”, na medida em que a extensão se apresenta como uma das bases fundantes das universidades e dos Institutos Federais, ao lado do ensino e da pesquisa.

Este capítulo tem por objetivo refletir sobre os desafios e as possibilidades do “fazer extensionista” a partir da análise dos projetos de extensão apoiados pela Coordenação de Extensão (CoEx) e pela Direção Geral do IFRJ - campus Nilópolis, por meio de editais de fomento ao desenvolvimento de projetos de extensão no período de 2014 a 2019. Partindo de uma concepção de extensão enquanto processo educativo, cultural e científico que busca articular o ensino e a pesquisa de forma indissociável, viabilizando a relação integradora e transformadora entre o IFRJ e a sociedade; pretende-se problematizar as representações sociais presentes nos projetos de extensão bem como traçar perfis dos projetos analisados.

Antes de partirmos para a análise crítica dos projetos de extensão, salientamos nossa posição no campo a fim de esclarecer nossa relação com o objeto pesquisado e elucidar o desafio de estranhar e transformar o familiar

em exótico, uma vez que "o problema é, então, o de tirar a 'capa' de membro de uma classe e de um grupo social específico para poder - como etnólogo - estranhar alguma regra social familiar e assim descobrir (ou recolocar, como fazem as crianças quando perguntam os porquês)". (DAMATTA, 1978, p. 28).

Um dos pesquisadores atuou como monitor e estagiário na Coordenação de Extensão do campus Nilópolis entre 2015 e 2018, tendo passado por duas gestões na CoEx, e uma das pesquisadoras atuou como Coordenadora de Extensão nos anos letivos de 2017 a 2019. Apesar da proximidade com as ações desenvolvidas, tivemos sempre em vista as orientações teórico-metodológicas da Antropologia Cultural, que recomendam a busca pelo distanciamento e a exposição de estereótipos e pré-noções como forma de filtro e controle do ponto de vista dos observadores (VELHO, 2008).

Sempre procuramos refletir sobre nossas práticas na gestão da CoEx e enquanto extensionistas à frente do projeto de extensão Cineclube Ankito¹, promovemos sessões de cinema e debate, abertos para a comunidade local e para as escolas públicas parceiras a fim de estabelecer espaços de interação e socialização bem como contribuir para a formação humana e identitária dos participantes.

Neste sentido, buscamos realizar o exercício de autorreflexão por considerarmos a relevância de se compreender as propostas teóricas expressas nos projetos e as experiências extensionistas em um determinado campus do IFRJ. Acreditamos que esta proposta pode contribuir para uma reflexão ampliada junto à comunidade acadêmica a respeito das concepções da extensão universitária bem como pode impactar na formulação de políticas públicas direcionadas à formação e à capacitação de docentes, técnicos administrativos e educacionais, discentes e comunidade externa no âmbito da extensão.

Para tanto, apresentaremos a seguir, os critérios selecionados para leitura e análise dos projetos de extensão bem como os perfis dos projetos analisados, que nos levaram a refletir a respeito da intersecção entre extensão e divulgação científica.

Crítérios de análise dos projetos extensionistas

Para analisar os projetos de extensão do IFRJ - campus Nilópolis pautamos nossos olhares e reflexões, considerando a realidade da própria instituição,

¹ Apresentamos nossas pesquisas em congressos (FERREIRA; LAGE, 2020a, 2020b; FERREIRA; LAGE; SANTOS, 2018a, 2018b, 2017; LAGE, 2018), publicamos artigo em revista internacional (FERREIRA; LAGE, 2021) e em capítulo de livro (LAGE; FERREIRA, 2021) e também realizamos monografia de conclusão do curso de bacharelado em Produção Cultural (SANTOS, 2019).

e guiamo-nos pelos documentos nacionais elaborados pelo FORPROEX, que servem de base e orientação para as normativas, existentes e em construção, do FORPROEXT.

O documento "Extensão Tecnológica da rede EPCT" (CONIF/ FORPROEXT, 2013) destaca a importância de se definir indicadores de desempenho para avaliar, do ponto de vista quantitativo, o desenvolvimento da extensão tecnológica bem como a realização de estágios e empregos, cursos de extensão ou formação inicial e continuada, projetos sociais e culturais, visitas técnicas, empreendedorismo e associativismo e acompanhamento de egressos. Contudo, no âmbito deste capítulo, fizemos uma opção teórico-metodológica, de caráter qualitativa, de utilizar o conceito de extensão universitária, que se caracteriza como um processo vivo e orgânico que tem um potencial de transformação, envolvendo os âmbitos educativo, cultural, social, científico e político.

O debate conceitual sobre o "fazer extensionista", proposto de forma sistematizada pelo FORPROEX desde 1987, revela a importância e a complexidade da extensão na prática ao envolver:

O compromisso social da Universidade na busca da solução dos problemas mais urgentes da maioria da população; a indissociabilidade entre as atividades de Ensino, Extensão e Pesquisa; o caráter interdisciplinar da ação extensionista; a necessidade de institucionalização da Extensão no nível das instituições e no nível do MEC; o reconhecimento do saber popular e a consideração da importância da troca entre este e o saber acadêmico; e a necessidade de financiamento da Extensão como responsabilidade governamental. (NOGUEIRA, 2001, p. 67)

A riqueza da extensão está justamente na possibilidade de se promover transformações tanto no âmbito local e comunitário como na própria universidade, por meio da construção de sentimentos de pertencimento e afirmação identitária, do reconhecimento dos saberes populares e da importância da troca de saberes e do compromisso social da universidade com as questões e problemas sociais locais. Para se reconhecer, de fato, este impacto transformador é preciso incluir a dimensão avaliação nesta reflexão.

Como ressalta Maria das Dores Pimentel Nogueira (2013), a avaliação é complexa, não envolvendo apenas um processo técnico, mas, antes de tudo, político. E, deste modo, deveria fazer parte da rotina acadêmica, envolvendo também o ensino e a pesquisa.

Esta problematização compartilhada de forma coletiva pela Comissão Permanente de Avaliação da Extensão (CPAE), criada pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras em 1999, gerou algumas produções teóricas a respeito da avaliação da extensão universitária (FORPROEX, 2001b, 2007, 2013, 2017).

A obra "Institucionalização da Extensão nas Universidades Públicas Brasileiras: Estudo Comparativo 1993/2004" organizada pelo FORPROEX (2007) nos orientou na construção de categorias de análise, que guiaram nossa leitura e permitiram delinear as particularidades dos projetos de extensão. Deste modo, procuramos observar as concepções de extensão universitária, as funções prioritárias da extensão, por meio da articulação das propostas com o ensino, a pesquisa e o compromisso social da instituição com a sociedade, as formas de operacionalização das ações de extensão através do projeto, das parcerias planejadas e das dificuldades encontradas para o desenvolvimento da extensão universitária.

Ressaltamos que nossa intenção ao trazer à tona esta reflexão a respeito da avaliação das práticas realizadas não cumpre o papel de fiscalização ou controle institucional, porém, antes de tudo, pretende ser uma forma de pensar no modo como estão organizadas as concepções a respeito da extensão universitária.

Em termos teóricos, estamos nos orientando pelo Plano Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2001a) e pela Política Nacional da Extensão Universitária (FORPROEX, 2012), que preveem que a própria instituição de ensino superior pública, enquanto parte da sociedade, também deve ser transformada pelas ações que promovem interação dialógica entre a instituição e a sociedade de forma mais ampla, tendo em vista que suas ações devem primar pelo diálogo e pela troca de saberes, superando-se, assim, o discurso da hegemonia acadêmica e substituindo-o pela ideia de articulação e aliança com movimentos e organizações sociais.

Além destes aspectos, é válido ressaltar que a perspectiva holística prevista na interdisciplinaridade e na interprofissionalidade possibilita uma visão mais ampla a respeito da formação do estudante por articular conceitos e metodologias oriundas de diferentes áreas do conhecimento e por promover articulações e alianças interprofissionais.

Neste sentido, as atividades extensionistas, pelo amplo universo de referências que mobiliza, possibilita o enriquecimento da formação dos estudantes em termos teóricos e metodológicos bem como permite ratificar os compromissos éticos e solidários da universidade pública e, mais recentemente, reafirmados na resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018 (BRASIL, 2018), que prevê que as atividades acadêmicas de extensão sejam incorporadas nas formas de componentes curriculares nos cursos de graduação com, pelo menos, 10% do total da carga horária curricular.

Estas concepções descritas anteriormente se articulam com a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e possibilitam enxergar as

atividades de extensão como parte do processo acadêmico, que contribui tanto para a formação discente como para a produção de conhecimento.

Partindo destes princípios, elegemos os seguintes critérios de referência para observação e análise dos projetos de extensão:

- a abrangência do projeto (se nacional, regional ou local);
- os municípios atendidos pelas ações extensionistas propostas;
- o planejamento das ações propostas, em termos de clareza dos objetivos, fundamentação teórica e metodologia apresentada;
- a proposição da articulação entre ensino-pesquisa-extensão;
- as parcerias propostas ou realizadas;
- a proposição de soluções ou ações criativas e inovadoras para as adversidades/necessidades apontadas no projeto;
- o foco e a participação da comunidade externa no projeto;
- a proposta de integração entre saberes acadêmicos e comunitários;
- a proposta de elaboração de produtos resultantes das ações extensionistas;
- a participação de professores, técnicos-administrativos, estudantes e membros da comunidade externa no projeto;
- a relevância e o impacto na formação discente, em termos das contribuições do projeto para o estudante quanto à sua formação científica, tecnológica, social e cultural;
- As ações de extensão propostas e suas relações com as escolas públicas do entorno.

Assim, observamos se os projetos previam ações articuladas à comunidade local e se abrangiam parcerias com instituições do próprio município nilopolitano e com outros municípios da Baixada Fluminense e do Rio de Janeiro. Além disso, procuramos notar em que medida os projetos apresentavam soluções criativas para as adversidades ou necessidades desenvolvidas nos projetos. A criatividade é pensada aqui no sentido atribuído por Ellis Paul Torrance (1965), que a compreende como o processo de tornar-se sensível a problemas, deficiências, lacunas no conhecimento; identificar a dificuldade e buscar soluções, formulando hipóteses a respeito das deficiências e comunicando os resultados. Também estivemos atentos a propostas inovadoras, ou seja, inéditas e singulares.

Desta forma, averiguamos a participação na extensão dos diferentes atores sociais, internos e externos ao campus, bem como as contribuições

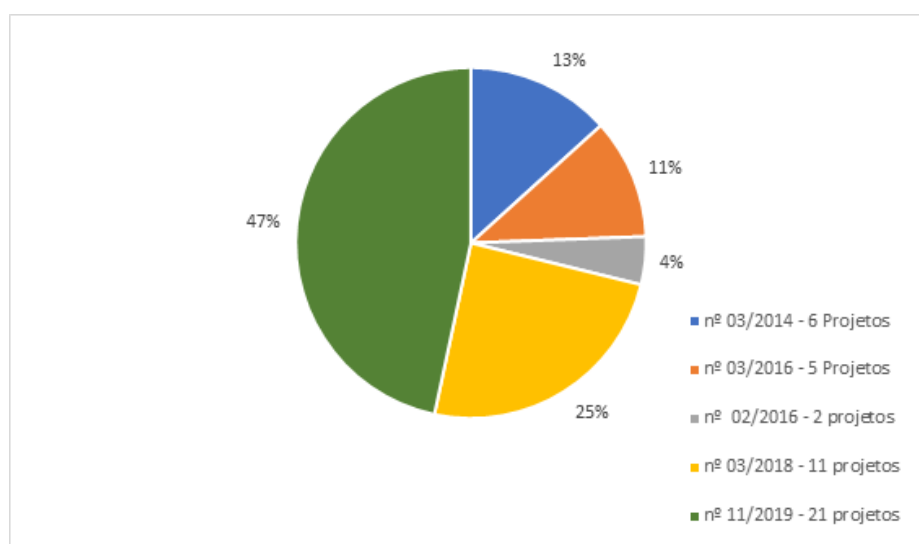
previstas nos projetos para a formação discente. Por fim, lançamos nossos olhares para as possíveis parcerias com as escolas públicas no sentido de observar possíveis conexões entre o próprio Instituto e as redes municipal e estadual de educação básica a fim de problematizar o comprometimento da instituição em termos políticos e educacionais com o fortalecimento do ensino público, gratuito e de qualidade.

Após definirmos estes critérios a serem observados, partimos para a leitura e análise dos projetos de extensão submetidos e aprovados nos editais internos (03/2014, 02 e 03/2016, 03/2018 e 11/2019) de fomento apoiados pela Coordenação de Extensão e pela Direção Geral do campus Nilópolis, o que nos possibilitou tecer algumas reflexões acerca dos perfis dos projetos, como veremos a seguir.

Perfis dos projetos de extensão

Para a construção dos perfis dos projetos de extensão do IFRJ - campus Nilópolis, analisamos 45 projetos de extensão submetidos e aprovados nos editais internos de fomento entre os anos de 2014 a 2019. Podemos notar que os editais atuaram como um importante incentivo ao incremento de ações e projetos de extensão no campus, como se observa no gráfico 1, tendo em vista que o quantitativo dessas iniciativas aumentou expressivamente com o passar dos anos, sendo a maioria pertencente ao último edital realizado.

Gráfico 1 - Editais Internos de fomento a projetos de extensão do IFRJ - campus Nilópolis



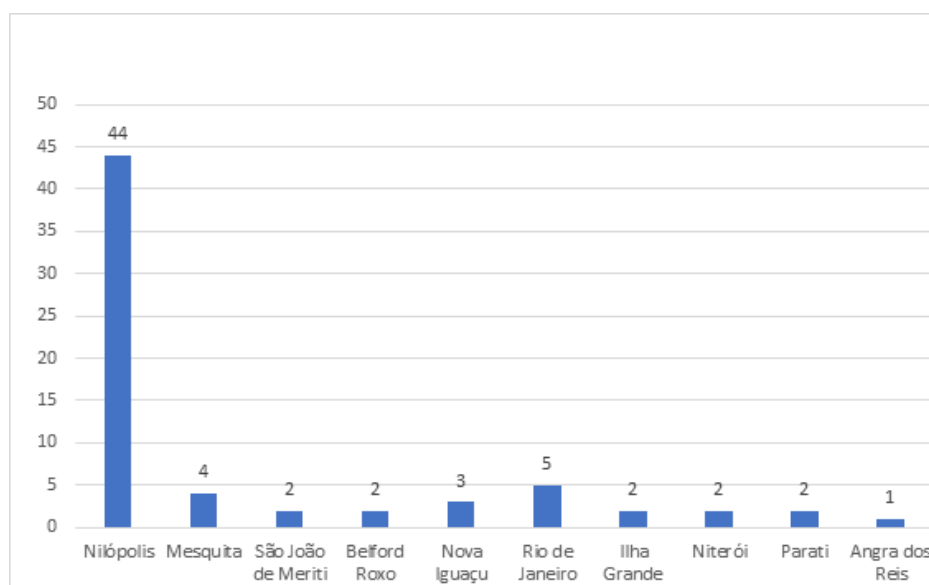
Fonte: Elaboração dos autores.

A extensão universitária viabiliza a indissociabilidade entre ensino e pesquisa, além de ser o braço que se estende à comunidade externa,

possibilitando o compartilhamento de saberes, que contribuem na resolução de adversidades e necessidades apresentadas pela sociedade. Uma vez que a extensão parte do incentivo da instituição, ela é influenciada pela localização da instituição e pela estrutura de ensino da mesma, já que as modalidades de ensino e cursos oferecidos influenciam nos perfis e propostas de projetos a serem desenvolvidos.

Após a análise de 45 projetos de extensão, é possível observar que 62,3% dos projetos restringem o impacto de suas ações e pesquisas ao próprio município nilopolitano, onde a instituição se encontra, e 17,8% possuem abrangência regional, incluindo a Baixada Fluminense (Mesquita, São João de Meriti, Belford Roxo e Nova Iguaçu), o município do Rio de Janeiro e alguns outros municípios do estado do Rio de Janeiro, como Paraty e Ilha Grande, tal como podemos notar no gráfico 2.

Gráfico 2- Abrangência dos projetos de extensão nos municípios do Rio de Janeiro



Fonte: Elaboração dos autores.

Apenas um projeto possui abrangência nacional, pelas parcerias construídas com outras instituições de ensino superior, porém, concentra suas principais ações no âmbito da própria instituição. Além disso, não foi possível identificar a abrangência de um dos projetos, tendo em vista que o mesmo apresenta atividades de pesquisa sem uma articulação clara com a extensão e sem identificar previamente onde seriam realizadas.

Classificamos os projetos, a partir de nossa leitura e análise, conforme observamos na tabela 1, de acordo com as áreas temáticas, definidas pela Rede Nacional de Extensão (RENEX, 2016), tendo em vista que os editais internos não solicitavam esta classificação.

Tabela 1 - Área temática dos projetos de extensão.

Área temática	Quantidade
Educação	33
Cultura	12
Direitos Humanos e Justiça	11
Meio Ambiente	10
Tecnologia e Produção	3
Saúde	2
Comunicação	1
Trabalho	1
Total	45

Fonte: Elaboração dos autores.

Como vemos na tabela 1, a educação é a área que é mais abordada nos projetos, estando presente em 73,4% destes, não por mera coincidência, pois dos seis cursos de graduação presentes no campus Nilópolis, três são cursos de licenciatura (Física, Matemática e Química). Em análise sobre a classificação dos projetos nas áreas temáticas da extensão, acreditamos que a principal área temática a ser desenvolvida no projeto pode estar sendo influenciada diretamente pelas próprias modalidades de ensino e cursos oferecidos na instituição bem como pela própria área de formação e atuação dos proponentes.

Como segunda área mais abordada, temos a cultura associada à grade curricular do bacharelado em Produção Cultural e geralmente associada às outras duas áreas mais abordadas (educação e direitos humanos e justiça). Em seguida, por direitos humanos e justiça (11 projetos), meio ambiente (10 projetos), tecnologia e produção (3 projetos). As temáticas menos abordadas foram saúde, comunicação e trabalho, sendo compreensível a baixa adesão às duas primeiras, pois estão pouco ligadas aos temas geralmente estudados nestes cursos.

Após estas definições mais gerais, os projetos são descritos e justificados. É de suma importância que haja clareza e coesão nas fundamentações, objetivos e metodologia, tendo em vista que estes tópicos guiarão as ações e estabelecerão metas a serem cumpridas, além de serem fundamentais para se observar o atendimento às diretrizes da Política Nacional de Extensão (FORPROEX, 2012) no que tange à indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e à sua capacidade de propiciar transformações sociais, profissionais e acadêmicas.

Para avaliar estes critérios, efetuamos uma leitura integral e discussão dos 45 projetos submetidos aos editais de fomento realizados no campus Nilópolis. Consideramos uma pontuação de 1 a 5, sendo 1 e 2 equivalentes a baixa, 3 equivalente a média e 4 e 5 equivalentes a alta, baseando-nos nos critérios avaliativos adotados no estudo comparativo 1993/2004 realizado pela Comissão Permanente de Avaliação da Extensão Universitária (FORPROEX, 2007).

Ao que diz respeito a clareza na fundamentação e objetivos avaliamos que 13 projetos tiveram uma pontuação baixa, 11 uma pontuação média e 21 tiveram uma pontuação alta. Os números se alteram um pouco quando chegamos a questão da metodologia onde apenas 11 tiveram uma pontuação baixa, porém 14 (quase um terço) tiveram pontuação média, 18 tiveram pontuação alta. Não há como negar que parte considerável dos projetos consegue estabelecer bem seus objetivos principais e demonstra um esforço de fundamentação teórica para sua realização, porém alguns ainda apresentam uma dificuldade na articulação entre a fundamentação e os objetivos e ações propostas.

Ainda nas propostas dos projetos de extensão, há duas últimas questões a serem comentadas. Inspirados na leitura dos documentos nacionais da extensão universitária, buscamos observar nos projetos se os mesmos apresentavam soluções ou maneiras para alcançar a resolução ou atendimento em relação às problemáticas levantadas no projeto e suas possíveis conexões com as questões colocadas por membros da comunidade externa.

Aproximadamente 88,8% dos projetos apresentaram soluções criativas e 66,7% propuseram soluções inovadoras. Estes dados evidenciam que há uma busca por inovação e ineditismo na extensão universitária, o que pode levá-la a se reinventar e a buscar um diferencial. Por mais que seja um indicador importante para avaliar o potencial do projeto relacionado a diretriz extensionista de impacto e transformação social, é importante evidenciar que uma minoria (11,2%) não apresentou solução alguma, já que estes projetos se assemelhavam mais a pesquisa, onde a meta final se limitava a análise e divulgação dos dados coletados. Alguns tinham pontuação baixa ou média (maioria baixa) nos quesitos citados anteriormente.

Para além da visão individual do proponente do projeto a respeito da extensão universitária, buscamos observar em que medida a prática extensionista esteve orientada pelas diretrizes previstas na Política Nacional da Extensão Universitária (FORPROEX, 2012) e como tais orientações serviram de base para a execução das ações de extensão. Neste sentido,

os próximos tópicos abordados estão ligados a estas diretrizes: interação dialógica, interdisciplinaridade e interprofissionalidade, indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, impacto na formação do estudante e impacto e transformação social.

Conectamos quase que imediatamente a diretriz interação dialógica ao contato da comunidade externa com a comunidade acadêmica. Talvez esta seja a parte mais complexa da pesquisa, pois a interação dialógica não se trata apenas de interagir com a sociedade, mas também de caminhar com ela, como sujeito neste processo para a resolução das adversidades e necessidades que a permeiam, dar a ela o protagonismo neste diálogo e derrubar os muros do ambiente acadêmico, desmistificando que o seu saber acadêmico é o único conhecimento válido. Além de contribuir para a diretriz de impacto e transformação social, tendo em vista a possibilidade de construção de um espaço permanente de discussão e difusão de múltiplos saberes, que articulam diferentes atores sociais: docentes, discentes, técnicos administrativos e a comunidade local de forma mais ampla.

Para verificar este processo, estas duas formas de interação foram vistas separadamente e depois correlacionadas, sendo a primeira a participação e a segunda a troca de saberes acadêmicos e comunitários. Ao comparar as informações dos projetos sobre as duas perguntas anteriores observamos que:

Tabela 2 - O projeto promove a integração entre saberes acadêmicos e comunitários?

Atende	9
Atende Parcialmente	21
Não Atende	15

Fonte: Elaboração dos autores.

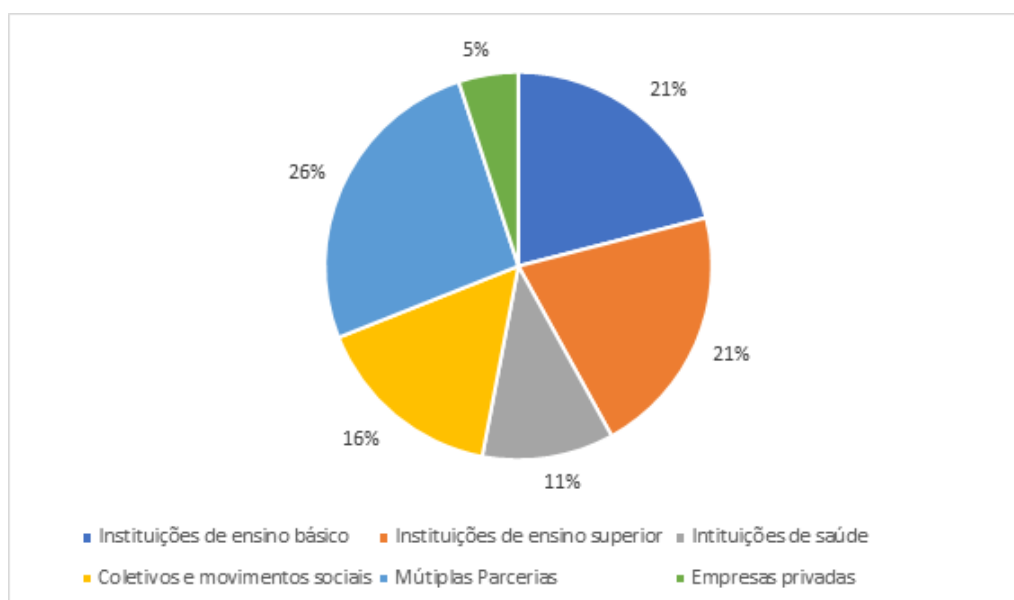
Conforme podemos observar na tabela 2, 9 projetos (20%) possuem total participação e foco na comunidade externa e promovem a integração entre os saberes acadêmicos e comunitários. Em 7 destes foram realizadas parcerias com outras instituições, como escolas públicas e coletivo indígena, que contribuíram para o estreitamento dos laços de conexão entre a instituição e a comunidade. Já 21 projetos (46,7%) promovem parcialmente a integração entre saberes acadêmicos e comunitários. Entre estes, 2 não possuem foco e participação da comunidade externa, projetos que estão abertos para interação, mas possuem pouca divulgação por ter base forte de atuação apenas “dentro dos muros”, 11 apresentam parcialmente este foco e participação, alguns destes projetos possuem a intenção de pesquisar

algo com a participação da comunidade externa, coletando dados e estando abertos ao compartilhamento, mas não o tendo como objetivo, e 8 apresentam foco total, possivelmente projetos voltados a comunidade onde sua metodologia permite compartilhamento de saberes, mas não o tem como objetivo principal, além disso percebemos que os mesmos se limitam a algumas ações assistenciais.

Prosseguindo nessa análise, notamos ainda que 15 projetos (33,3%) não promovem integração entre os saberes acadêmicos e comunitários. Destes, 13 não apresentam foco na comunidade externa. A maioria destes projetos possuem o estudante ou a própria instituição como público-alvo ou possuem características que mais o assemelham a pesquisa do que a extensão propriamente dita. Os outros 2, têm como foco parcial a comunidade, porém esta aparece somente como o objeto do projeto e não como sujeito.

A interdisciplinaridade e interprofissionalidade está relacionada com a diretriz de impacto na formação do estudante, uma vez que no exercício de sua função profissional terá de lidar com as complexidades do mundo laboral em que está inserido, entendendo que os saberes de sua especialização são compostos pelos conceitos, metodologias e práticas originárias de várias disciplinas que coexistem e se relacionam entre si. Deste modo, é importante se trabalhar esta visão holística dentro dos projetos (FORPROEX, 2012).

Gráfico 3 - Porcentagens de parcerias com cada tipo de instituição



Fonte: Elaboração dos autores.

Em relação ao Instituto em questão, temos um fator peculiar quanto às parcerias que as relacionam com as diretrizes citadas anteriormente, tal como podemos observar no gráfico 3. Dos projetos analisados, 26% realizaram mais

de uma parceria. As instituições de ensino básico correspondem a 21% das parcerias estabelecidas. Em relação às parcerias com instituições de ensino básico, todos os projetos tinham como área temática a educação e em seus objetivos frisavam a aplicação da formação dos discentes na prática, além de promover a interação entre estudantes participantes do projeto com professores com experiência na área.

Observamos também a participação de membros da comunidade externa nas parcerias realizadas, estando presente em 5 projetos desde sua descrição. Os indivíduos participantes são integrantes de instituições ou coletivos, tais como a Fiocruz, Pontos de Cultura e o grupo indígena Pataxó.

Um outro tópico avaliado foi se o projeto promoveu a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, quesito este associado a diretriz de indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, que tem como conceito a reafirmação da extensão como processo acadêmico, vinculada a formação de pessoas (ensino) e geração de conhecimento (pesquisa) (FORPROEX, 2012). Devido às suas características, esta diretriz se torna importante também para a formação do estudante e influencia positivamente nas transformações sociais, pois promove a participação do estudante e do professor nas ações de extensão e enriquece o diálogo com a comunidade externa, abrindo espaço para aplicar o que se aprende e discute em sala de aula e adquirir novos conhecimentos que podem ser utilizados em pesquisa.

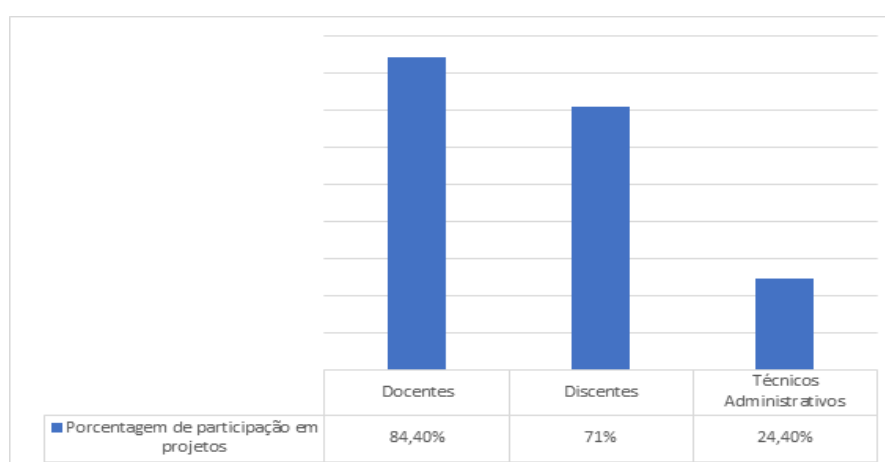
Apesar da magnitude conceitual desta diretriz, a análise dos projetos salientou que mais da metade não a englobam totalmente em sua descrição. Destes, 6 projetos (13%) não promoveram esta articulação entre ensino, pesquisa e extensão e tinham em comum a pontuação baixa ou média nos quesitos “clareza na fundamentação e objetivos” e “clareza e coesão na metodologia” citados anteriormente, o que dificultou a análise sobre a abordagem de cada item do tripé e sua indissociabilidade.

O atendimento parcial a esta diretriz ocorreu em 19 projetos (45%). Estes mesmos projetos possuíam parcialmente ou não possuíam participação e foco na comunidade externa ou a integração entre os saberes acadêmicos e comunitários, o que os afastou da diretriz de interação dialógica, tendo um perfil que os aproximava mais de projetos que articulavam o ensino à pesquisa. Alguns projetos pretendiam realizar como ação principal a oferta de cursos, de formação e de capacitação, ou ainda, em outros casos, focavam na ampliação das atividades de ensino, desenvolvidas inicialmente nas disciplinas, para espaços não formais.

Também relacionado a diretriz de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, foi observada a participação de docentes, discentes, técnicos

administrativos e membros da comunidade externa. Uma vez que essa diretriz contribui para que estes indivíduos não só participem como sujeitos do processo, como também assumam diferentes papéis dentro dos muros da universidade e por meio das ações de extensão. Como ilustrado no gráfico 4, os docentes participaram de 84,4% dos projetos analisados e os discentes em 71%. Esta alta participação de ambos contribuem no impacto da formação do estudante. Sendo assim, o docente amplia o seu papel na orientação do estudante e abre espaço para o diálogo com o mesmo. Vale destacar a participação dos técnicos administrativos, que estavam presentes em 24,4% dos projetos.

Gráfico 4 - Porcentagem de participação em projetos



Fonte: Elaboração dos autores.

Dos projetos analisados, 80% (36 projetos) pretendiam realizar a produção de artigos, cartilhas, curtas/ vídeos, livros, entre outros. No caso específico de artigos, notamos que constituem 40% das pretensões. Observamos, desta maneira, que há um alto índice de pretensão na elaboração de produtos resultantes das ações extensionistas, mesmo em projetos que não possuem como meta principal a transformação e o impacto social. Esse fato demonstra uma profunda preocupação com a construção de materiais, o que acaba por sobrepor a perspectiva fundante da ação extensionista que é, justamente, a troca de saberes e interação entre comunidades interna e externa. Em alguns casos, o projeto submetido era, basicamente, o desenvolvimento de um produto, como um projeto que visava construir uma apostila e outro a produção de um documentário, por exemplo.

Tabela 3 - Produtos planejados pelos proponentes dos projetos

Produto	Números de projetos que pretendem produzi-lo
Artigos	18
Vídeos	8
Exposições	6
Materiais instrucionais	6
Evento	5
Livros	4
Feiras	3
Manuais	2
Mostras	2
Rodas de Conversa	2
Blog ou páginas na Web	2
Ciclos de Debates	1
Apostila	1
Outros	3

Fonte: Elaboração dos autores.

O IFRJ - campus Nilópolis possui um forte incentivo às atividades extensionistas, com projetos que se relacionam com a grade curricular dos cursos oferecidos na instituição, sobretudo, de ensino superior, o que reforça nossa opção analítica por seguir as orientações disponibilizadas nos documentos nacionais relativos à extensão universitária. Além disso, os projetos, em geral, buscam atender às diretrizes formuladas pela Política Nacional da Extensão Universitária (FORPROEX, 2012), mas possuem dificuldade em estabelecer em suas descrições as ações, os objetivos e as metodologias que serão utilizadas, o que faz este atendimento ocorrer, muitas vezes, de forma parcial. Este processo leva o eixo pesquisa, ensino e extensão a ter um desequilíbrio, pois a interação e o impacto na comunidade externa são limitados, enquanto a pesquisa é valorizada e colocada como objetivo principal. Tanto que observamos um enfoque em ações direcionadas à divulgação científica dos resultados dos projetos realizados, que, muitas vezes, enfatizavam mais as pesquisas executadas do que propriamente a interação dialógica e a articulação de parcerias com a comunidade externa.

Um dos desdobramentos da análise dos projetos refere-se a percepção

da permanência dos paradigmas passados, em certa medida, no imaginário dos extensionistas, em que a extensão atendia ao objetivo de “difusão do saber” (FERREIRA, LAGE, 2021). Deste modo, a percepção da extensão como instrumento de divulgação, popularização de conhecimentos e técnicas é uma perspectiva que marca o imaginário dos extensionistas do IFRJ - campus Nilópolis. A concepção de extensão impressa direta ou indiretamente nesses projetos se aproxima muito da ideia de “devolver” à comunidade os resultados de uma pesquisa.

Esse fato pode ser identificado como uma tendência de se compreender extensão como divulgação científica, isto é, como forma de difusão dos conhecimentos produzidos internamente aos demais segmentos da sociedade. É válido salientar que não estamos tratando aqui da linha de extensão “Divulgação científica e tecnológica” (CONIF/ FORPROEXT, 2013), mas de um modo específico de se conceber a extensão como sinônimo de divulgação científica, tornando acessível o conhecimento superespecializado, criando uma ponte entre o mundo da ciência e outros mundos (SÁNCHEZ MORA, 2007). Talvez esta aproximação se dê em virtude da complexidade e da multiplicidade das interlocuções travadas na atividade científica: “A questão do que é ‘interno’ ou ‘externo’ à atividade científica é uma questão complexa se considerarmos que a ciência se produz na sociedade e que sua produção é algo extremamente complexo cujos atores envolvidos, direta ou indiretamente, jamais são exclusivamente os cientistas.” (SILVA, 2006, p. 56)

Um problema que esta possível interseção entre extensão e divulgação científica coloca seria o de, para além de envolver construções e diálogos culturais, políticos, educativos junto à sociedade, de forma recíproca e retributiva – como se entende atualmente a extensão universitária segundo o FORPROEX (2012) –, reforçar uma concepção unilateral de transposição dos discursos científicos e acadêmicos para os meios populares. Marcelo Germano e Wojciech Kulesza (2007) sublinharam os perigos e armadilhas da cegueira e do autoritarismo que a divulgação científica pode evocar, caso ocorra de forma *unilateral*, materializando e reforçando práticas de domínio, controle e segregação social.

Da mesma maneira, a extensão universitária de forma *unilateral* produz os mesmos problemas sociais, porém, com um agravante, que é a invasão cultural – negação e/ou anulação de crenças e saberes do senso comum e as tradições populares – propiciada a partir e em nome de conceitos e do rigor e tecnicismo metodológico. Desta forma, a extensão universitária por abarcar em seu seio a dimensão simbólica, e por acontecer, diferentemente da divulgação científica que se dá em espaços e veículos específicos – como,

por exemplo, museus, revistas e atualmente as redes e mídias sociais –, no espaço de vivência cotidiana dos indivíduos, membros de uma comunidade, acaba por afetar de maneira mais “profunda” a vida dos indivíduos.

Seguindo uma perspectiva crítica, o educador e filósofo Paulo Freire (1983) repudiou toda forma de ação, de aspiração formativa, pautada na unilateralidade e apontou para os perigos potenciais dessa perspectiva. O autor apostou numa essência *comunicativa* e *reflexiva*, na qual existem interlocutores, partes que interagem num processo de troca.

Considerações finais

A importância de se identificar a visão de mundo do outro para que haja, de fato, o diálogo e a troca de saberes é uma das questões trazidas por Paulo Freire (1983) ao problematizar uma determinada perspectiva de extensão, que refletia uma posição de superioridade em termos do conhecimento técnico e da capacitação profissional oferecida. Ele critica uma visão mecanicista da extensão e a substituição dos procedimentos empíricos dos camponeses por técnicas supostamente “elaboradas”:

Estamos convencidos de que, qualquer esforço de educação popular, esteja ou não associado a uma capacitação profissional, seja no campo agrícola ou no industrial urbano, deve ter, um objetivo fundamental: através da problematização do homem-mundo ou do homem em suas relações com o mundo e com os homens, possibilitar que estes aprofundem sua tomada de consciência da realidade na qual e com a qual estão. (FREIRE, 1983, p. 21)

Deste modo, a reflexão sobre os projetos de extensão nos fez problematizar as concepções e as práticas de extensão que circulam pela comunidade do campus Nilópolis e em que medida tais perspectivas estavam realmente considerando as visões de mundo e experiências dos atores sociais das comunidades locais como parte do planejamento e desenvolvimento das atividades previstas.

Quanto ao “fazer extensionista”, constatamos que a implementação de editais de fomento produziu o aumento significativo das atividades desenvolvidas no campus Nilópolis e um maior engajamento da comunidade acadêmica, o que resultou num expressivo número de projetos de extensão, que envolviam atividades de ensino e pesquisa, cursos, eventos e prestação de serviços.

No histórico da Coordenação de Extensão do campus, notamos que as atividades de extensão eram concentradas em eventos, como, por exemplo, a realização da semana acadêmica anual, que buscava mobilizar docentes, discentes e também a própria comunidade local nos dias de culminância da

Semana de Tecnologia (SEMATEC) e Encontro Escola-Comunidade. Nestes dias de evento, havia um fluxo de circulação de cerca de mil pessoas, desde estudantes de escolas públicas municipais que participavam da visitação escolar, até mesmo discentes do campus, familiares e moradores da região que participavam de minicursos, oficinas e atividades culturais. Este evento anual completou em 2020 sua 25ª edição, realizada pela primeira vez em formato virtual devido a pandemia de COVID-19.

Em contraponto às ações de extensão, tradicionalmente, direcionadas à realização de eventos, observamos um paulatino processo de engajamento de docentes, discentes e técnicos administrativos com o desenvolvimento de projetos de extensão a partir da difusão dos editais internos de fomento. Os editais passaram a exigir dos docentes e técnicos administrativos, interessados em participar da seleção de projetos, um maior aprofundamento quanto às questões inerentes à extensão, tanto no que se refere à concepção de projetos na área como no seu fazer.

Obviamente esse processo não foi desprovido de desafios, já que muitos desses novos extensionistas estavam entrando em contato com esse eixo pela primeira vez, de modo que a falta de uma institucionalização sólida, marcos regulatórios, tanto em nível institucional como nacional, e a própria cultura extensionista do campus contribuíram para propostas mais próximas de atividades de pesquisa ou voltadas especificamente a ofertas de cursos, por exemplo, demonstrando uma dificuldade no “fazer”.

A análise dos projetos de extensão nos fez perceber que o processo de consolidação da extensão no Instituto Federal ainda está em curso, o que se relaciona com a própria formação de docentes e técnicos administrativos, que pouco tiveram contato com extensão, o que possivelmente impactou nas propostas de projetos de extensão submetidas. Esta é uma questão relevante em termos institucionais e nacionais, relacionada com o papel político da extensão universitária, tanto que o Plano Nacional de Educação - PNE (2001-2010) previa assegurar, na meta 23, pelo menos 10% dos créditos curriculares exigidos para a graduação, para atuação dos estudantes em ações extensionistas, meta esta que foi reforçada no PNE (2014-2024), orientando a participação discente em programas e projetos de extensão universitária, prioritariamente, na áreas de grande pertinência social (meta 12.7). Neste ínterim, a resolução nº 7 (BRASIL, 2018), diminuiu o prazo de implantação da obrigatoriedade da curricularização da extensão universitária nos cursos de graduação, cuja aplicação em termos institucionais ainda está em andamento.

Este processo de tornar a extensão como parte integrante da formação curricular discente corrobora para o fortalecimento das diretrizes extensionistas

e indica a atualidade da reflexão sobre a política extensionista e o que se espera consolidar em termos da extensão universitária. Além de ser mais uma questão a ser observada no que tange às estratégias adotadas nas instituições para sua efetivação e consolidação.

No que tange a ação formativa, consideramos que a comunicação é fundamental para a interação dialógica e a troca de saberes, dentro e fora dos muros da escola. Neste sentido, é válido salientar que embora a extensão universitária e a divulgação científica convirjam em virtude da difusão do conhecimento, reiteramos que compreendemos tais concepções como ações formativas distintas. Muito além de estender o conhecimento técnico à população, a extensão deve se pautar num processo de comunicação pautado na compreensão mútua entre diferentes indivíduos e na busca por uma formação humanista e integral.

Sendo assim, concluímos que os resultados e as problematizações apresentadas nesta pesquisa podem contribuir para reflexões ampliadas sobre as concepções extensionistas e, em termos institucionais, podem estimular práticas de capacitação e de formação continuada de servidores bem como trocas de experiências sobre o “fazer extensionista”, inspiradas numa perspectiva engajada com a tomada de consciência da realidade local:

Educar e educar-se, na prática da liberdade, é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem – por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais – em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais. (FREIRE, 1983, p. 15)

Referências

- BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução n. 07, de 18 de dezembro de 2018**. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808. Acesso em: 20 mai. 2020.
- _____. Congresso Nacional. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Diário Oficial da União, de 25 de junho de 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 10 nov. 2020.
- _____. Congresso Nacional. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 10 nov. 2020.
- _____. Congresso Nacional. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Diário Oficial da União, de 10 de janeiro de 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm. Acesso em: 10 nov. 2020.

- CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES E INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (CONIF)/ FÓRUM DE EXTENSÃO DA REDE DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (FORPROEXT) . **Extensão tecnológica**. Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Cuiabá (MT): CONIF/IFMT, 2013. Disponível em: http://200.131.54.20/portal/extensao/arquivos-1/ForproextExtensao_tecnologica.pdf. Acesso em: 10 nov. 2020.
- DAMATTA, Roberto. O Ofício de etnólogo, ou como ter *Anthropological Blues*. In: NUNES, E. O. (org). **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 23-35.
- FERREIRA, Anderson Albérico; LAGE, Giselle Carino; SANTOS, Esther Costa dos. O cinema como ferramenta de construção de relações sociais e saberes: observações preliminares sobre o Cineclube Ankito. In: I Jornada de Humanidades, 2017, Nilópolis. **Caderno de Resumos da I Jornada de Humanidades**, 2017. v. 1. p. 16-17.
- _____; _____. Cinema, Percepção e a construção de imaginários: um estudo de caso da sessão 'O pequeno Príncipe' no Cineclube Ankito.. In: **XII JIT - Jornada Interna de Iniciação Científica e Tecnológica do IFRJ**, Nilópolis. Desafios da pesquisa e da educação para o trabalho do futuro, 2018.
- FERREIRA, Anderson Albérico; LAGE, Giselle Carino. Entre os desafios e as possibilidades da extensão universitária no IFRJ – campus Nilópolis In: **XIV JIT - Jornada Interna de Iniciação Científica e Tecnológica do IFRJ**, 2020a.
- _____; _____. Extensão universitária no IFRJ-campus Nilópolis: notas preliminares. In: **IV SEMANA ETC - SEMANA IFRJ - campus Niterói. Inteligência Artificial. A nova fronteira da ciência brasileira**, 2020b.
- _____; _____. Una mirada sobre extensión universitaria en Brasil. **Masquedós: Revista de Extensión Universitaria**, v. 6, n. 6. jan./jun. 2021. (no prelo)
- FFILHO, Francisco Gutenberg Albuquerque et al. Inclusão Social, Tecnológica e Produtiva da Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. In: CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES E INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (CONIF)/ FÓRUM DE EXTENSÃO DA REDE DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (FORPROEXT). **Extensão tecnológica**. Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Cuiabá (MT): CONIF/IFMT, 2013, p. 43-55. Disponível em: http://200.131.54.20/portal/extensao/arquivos-1/ForproextExtensao_tecnologica.pdf. Acesso em: 21 jan. 2021.
- FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Gráfica da UFRGS. Porto Alegre, RS, 2012 (Coleção Extensão Universitária; v. 7). Disponível em: <https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2020.
- FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. I Encontro Nacional FORPROEX, Brasília. **Conceito de extensão, institucionalização e financiamento**, 1987.
- _____. **O Plano Nacional de Extensão Universitária**. Ilhéus: Editus, 2001a. (Coleção Extensão Universitária, v.1). Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Plano-nacional-de-extensao-universitaria-editado.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2020.
- _____. **Avaliação Nacional da Extensão Universitária**. Brasília: MEC/SESu; Paraná: UFPR; Ilhéus: UESC, 2001b. (Coleção Extensão Universitária; v. 3). Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Avaliacao-Extensao.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2020.
- _____. Comissão Permanente de Avaliação da Extensão Universitária. **Institucionalização da extensão nas universidades públicas brasileiras: estudo**

- comparativo 1993/2004. 2a ed. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB; Belo Horizonte: Coopmed, 2007. (Coleção Extensão Universitária; v. 5). Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Institucionalizacao-Extensao.pdf> Acesso em: 15 abr. 2020.
- _____. Comissão Permanente de Avaliação da Extensão. **Avaliação da Extensão Universitária: práticas e discussões da Comissão Permanente de Avaliação da Extensão**. Belo Horizonte: FORPROEX/CPAE; PROEX/UFMG, 2013. (Coleção Extensão Universitária; v. 8). Disponível em: avaliação da extensão universitária. Acesso em: 15 abr. 2020.
- _____. Comissão Permanente de Avaliação da Extensão. **Indicadores brasileiros de extensão universitária**. Campina Grande: EDUEFCG, 2017. Disponível em: https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Relat%C3%B3rio_de_Pesquisa_Forproex_EBOOK.pdf. Acesso em: 15 abr. 2020.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- GERMANO, Marcelo Gomes & KULESZA, Wojciech Andrzej. Popularização da ciência: uma revisão conceitual. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**. v.24, n.1, p.7-25, abr. 2007.
- LAGE, Giselle Carino. Cineclube Ankito no IFRJ - campus Nilópolis: refletindo sobre a construção de relações sociais e a troca de saberes. In: **Encontro Estadual de Ensino de Sociologia (6º ENSOC)**, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.
- _____; FERREIRA, Anderson Albérico. **Cineclube Ankito e seus sujeitos: refletindo sobre extensão e formação no IFRJ - Campus Nilópolis**. In: PEREIRA, Affonso Celso Thomaz; OSTROWER, Isabel & TOMAZELLA, Marlon (orgs.) *Filosofia e Sociologia na rede federal*. João Pessoa: Editora IFPB, 2021. (no prelo)
- NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. Introdução; A construção da extensão universitária no Brasil: trajetórias e desafios. In: FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Comissão Permanente de Avaliação da Extensão. **Avaliação da Extensão Universitária: práticas e discussões da Comissão Permanente de Avaliação da Extensão**. Belo Horizonte: FORPROEX/CPAE; PROEX/UFMG, 2013, p. 17-50. (Coleção Extensão Universitária; v. 8). Disponível em: avaliação da extensão universitária. Acesso em: 15 abr. 2020.
- _____. Extensão Universitária no Brasil: uma Revisão Conceitual. In: FARIA, Doris Santos de (org). **Construção Conceitual da Extensão na América Latina**. Brasília: Editora UNB. 2001.
- RENEX. **Rede Nacional de Extensão**. 2016. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/apresentacao/areas-tematicas>. Acesso em: 01 fev. 2021.
- SÁNSHEZ MORA, Ana Maria. **A divulgação da ciência como literatura**. Tradução: Silvia Pérez Amato. Rio de Janeiro: Casa da Ciência, UFRJ, 2003.
- SANTOS, Esther Costa dos; LAGE, Giselle Carino; FERREIRA, Anderson Albérico. Cineclube Ankito: Extensão no IFRJ - Nilópolis. In: **8º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária**, Natal. Anais do 8º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, 2018b.
- SANTOS, Esther Costa dos. **Cineclubes na Baixada Fluminense**: um estudo de caso sobre o Cineclube Ankito. Monografia. (Bacharelado em Produção Cultural) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, Nilópolis, 2019.
- SILVA, Henrique César da. O que é divulgação científica? **Ciência & Ensino**, v. 1, n. 1, p.53-59, dez. 2006.

- TORRANCE, Ellis Paul. **Rewarding creative behavior**: Experiments in classroom criativity. New Jersey: Prentice-Hall, Inc. Englewood Cliffs, 1965.
- VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura**. Notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. 8ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- XAVIER, Ana Claudia Galvão *et al.* Concepções, Diretrizes e Indicadores da Extensão na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – EPCT. In: CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES E INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (CONIF)/ FÓRUM DE EXTENSÃO DA REDE DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (FORPROEXT) . **Extensão tecnológica**. Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Cuiabá (MT): CONIF/IFMT, 2013, p. 12-21. Disponível em: http://200.131.54.20/portal/extensao/arquivos-1/ForproextExtensao_tecnologica.pdf. Acesso em: 21 jan. 2021.

Sobre os Autores

Affonso Celso Thomaz Pereira é Professor de história do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) campus Nilópolis, doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), com pesquisas e trabalhos em torno dos temas Democracia, Republicanismo, Espaço Público e Direitos humanos. É membro do NEABI - Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas do IFRJ Nilópolis -, coordenador das disciplinas de humanidades, e vem desenvolvendo diferentes ações de Extensão em diálogo com lideranças e representantes dos povos indígenas no âmbito do IFRJ, como o Ciclo de formação em história, memória e cultura indígena e o Ciclo territórios e culturas: diálogos dos povos e comunidades tradicionais com as periferias urbanas no RJ".

Albertina Maria Batista de Sousa da Silva é Doutora em Educação Matemática -PUC-SP (2020), mestre em sistema de gestão UFF (2008), especialista em estratégia e organizações e gestão de recursos humanos e reengenharia UCAM (2002/2003), bacharel em Administração de Empresas UNIGRANRIO (1997). Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro desde 2011. Atuou como professora do ensino superior em universidades privadas (Unigranrio, Castelo Branco e Faculdades Simonsen) do Rio de Janeiro. Foi coordenadora do curso de Administração da Unigranrio. Integra os grupos de pesquisas Olhares múltiplos sobre a formação e as práticas docentes (IFRJ), Núcleo de Estudos em Sustentabilidade e Economia Circular do Setor Têxtil-Confeccionista e de Moda (IFRJ) e NUPRESE - Núcleo de Pesquisas em Responsabilidade Social e Empresa (IFRJ). Membro da comissão gestora do Fórum de Educação de Jovens e Adultos do IFRJ. Coordenadora do Núcleo de Apoio às pessoas com necessidades específicas (NAPNE) no campus São João de Meriti. Pesquisadora na área de ciência, educação e tecnologia.

Alexandre de Oliveira Pimentel é gestor cultural, professor e pesquisador, com graduação e mestrado em Geografia pela Universidade Federal Fluminense – UFF. Possui ampla experiência no magistério e atuação em diversas áreas da produção e da gestão cultural. Desde 2017 é professor efetivo no IFRJ Nilópolis, lecionando no bacharelado em Produção Cultural e no Programa de Pós Graduação Lato Sensu-Especialização em Linguagens Artísticas, Cultura e Educação. É integrante do NEABI - Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas do IFRJ Nilópolis, por onde coordenou, em parceria com Affonso Pereira, o I Ciclo de formação em história, memória e cultura indígena e o Ciclo territórios e culturas: diálogos dos povos e comunidades tradicionais com as periferias urbanas no RJ. Atualmente é Coordenador de Extensão do campus.

Anderson Albérico Ferreira é mestrando no Programa de Pós-graduação em História Política da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGH/UERJ). Bacharel em Produção Cultural pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ). Atualmente é Assistente de Pesquisa no Setor de Estudos em Políticas Culturais da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), membro da Cátedra UNESCO de Políticas Culturais e Gestão (FCRB), do Laboratório de Humanidades (LabHumani/IFRJ) e do Laboratório Interdisciplinar Latino-Americano (LILA/UFRJ). Além disso é colaborador nos grupos de pesquisa Economia Política da Comunicação e da Cultura (EPCC/FCRB) e Cartografias dos processos decoloniais literários e linguísticos latino-americanos (CARDILLA/UFRJ), nos quais desenvolve pesquisas no campo das Políticas Culturais, Políticas e Gestão do Patrimônio Cultural e Cultura e Educação.

Carmelita Gomes da Silva é Doutora em Química Orgânica sub-área Química de Produtos Naturais (2011) e mestre em Bioquímica (2007) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Bacharel em Farmácia pela Universidade Estácio de Sá (2005). Possui experiência em Metabolismo e Energética e ênfase nas áreas de estresse oxidativo e atividade antioxidante de produtos naturais e isolamento, identificação, elucidação estrutural e atividade biológica de substâncias encontradas em plantas como alcaloides, flavonoides e terpenoides. Técnica em Química pela antiga Escola Técnica Federal de Campos dos Goytacazes. Foi professora de Química Orgânica, Tecnologia e Química de Produtos Naturais dos Cursos Técnicos e de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro - campus Nilópolis. Foi coordenadora do Curso de Bacharelado em Química com Atribuições Tecnológicas nesse mesmo campus. E atualmente, no campus São Gonçalo, leciona as disciplinas de Bioquímica e Química Orgânica. Pesquisadora líder do Projeto QUIAMA - Química Amiga do Meio Ambiente, projeto de ensino, pesquisa e extensão que se orienta nas áreas de agroecologia, produtos naturais e práticas sustentáveis.

Cássia Rosania Nogueira dos Santos é mestra em Biblioteconomia Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO (2016). Possui Especialização em Gestão Estratégica. (2003). Bibliotecária e Bacharelada em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO (1996). Atualmente ocupa o cargo de Coordenação de Biblioteca do Instituto Federal

de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – Campus Duque de Caxias. Atuante nos seguintes temas: Desenvolvimento de Coleção; Projetos de incentivo à leitura; Letramento informacional; Competência informacional; Mídias sociais e Gerenciamento da informação.

Cintia Luciano de Paiva é especialista em Gestão Estratégia. (2007). Possui graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2005). Cursou a disciplina “Acessibilidade informacional em bibliotecas: fundamentos, desafios e perspectivas para a inclusão social” do Mestrado Profissional em Biblioteconomia na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO como aluno especial (2019). Atualmente é bibliotecária – documentalista do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – Campus Eng. Paulo de Frontin. Tem experiência na área de Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: política de acervo, projetos de incentivo à leitura, letramento informacional, Competência informacional e acessibilidade informacional e mídias sociais.

Dudu de Morro Agudo (Flávio Eduardo da Silva Assis) é doutorando do Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense. Possui mestrado em Educação pela Universidade Federal Fluminense - UFF (2020). Graduado em Sistemas de Informação pela Universidade Estácio de Sá (2016). É membro do grupo de Pesquisa Juventudes, Infâncias e Cotidianos (JICs), e é autor do livro “Enraizados: os híbridos glocais”. Atualmente é voluntário no Instituto Enraizados, onde além de coordenar a startup Hulle Brasil, atua como educador em escolas públicas realizando formações de produção de conhecimento em rede através da atividade RapLab, com educadores e estudantes, realizando também palestras sobre hip hop e educação em periferias urbanas.

Fernanda Delvalhas Piccolo é Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2006), Mestra em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2001) e Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1998). Desde 2009 é Professora efetiva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, onde atua também como tutora do grupo PET/ Conexões de Saberes em Produção Cultural, como coordenadora do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Linguagens Artísticas, Cultura e Educação, Representante da área de Ciências Humanas no Conselho Acadêmico de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (CAPOG) desde 2017, e atuou como coordenadora do NEABI, Campus Nilópolis, de 2013 a 2017. Tem experiência na área de pesquisa, consultoria e docência em Antropologia e Sociologia, atuando nos temas de identidades, manifestações artísticas, produção cultural, patrimônio cultural, culturas populares, Baixada Fluminense, relações étnico-raciais, branquitude, urbana, juventude, redes sociais, favelas, bairro, projetos sociais.

Giselle Carino Lage é Doutora em Antropologia Cultural e Mestre em Sociologia (com concentração em Antropologia) pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Bacharel e licenciada

em Ciências Sociais (IFCS/UFRJ). Atuou como pesquisadora do Núcleo de Antropologia NaEscola (IFCS/UFRJ). Desde 2012, é professora de Sociologia no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFRJ) no campus Nilópolis. Atuou como Coordenadora das disciplinas básicas de Núcleo Comum (2014-2016) e Coordenadora de Extensão (2017- 2019) nesta instituição. Atualmente é pesquisadora no Laboratório de Humanidades (IFRJ) e membro do Conselho Acadêmico de Extensão (CAEX) no IFRJ. Organizadora do e-book “Cultura, Poder e Vivências Pedagógicas: II Jornada de Humanidades em debate” (2020). Tem experiência em Antropologia, com ênfase em Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: ensino médio, juventude, políticas públicas em educação, desigualdades educacionais e extensão universitária.

Heloisa Souto de Lima é especialista em Formação de Leitores (2014). Possui graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2009). Atualmente é bibliotecária-documentalista do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – Campus Nilópolis. Tem experiência na área de educação, atuando nos seguintes temas: processamento técnico de itens informacionais, projetos de incentivo à leitura e competência informacional.

João Guerreiro é formado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal Fluminense (UFF - 1992), mestre em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ - 1998), doutor em Serviço Social pela UFRJ (2013) e pós-doutor em Políticas Culturais pelo Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia (UFBA - 2021). É professor do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), campus Nilópolis (RJ), atuando no curso de graduação em Produção Cultural e no curso de Pós-Graduação em Linguagens Artísticas, Cultura e Educação (LACE). É líder do Grupo de Pesquisa OiCult (Observatório Indisciplinar de Fazeres Culturais e Letramentos) e colíder do Grupo de Pesquisa JICs (Juventudes, Infâncias e Cotidianos) ambos vinculado ao CNPq. Também é Conselheiro Estadual de Políticas Culturais do Rio de Janeiro (biênio 2021/2022) representando o IFRJ.

Josiane Borges Pacheco é especialista em Formação de Leitores - Faculdades Integradas Jacarepaguá (2010). Possui graduação em Biblioteconomia - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (1993). cursou a disciplina “Práticas literárias na formação do leitor: reflexões sobre a mediação da leitura em bibliotecas” do Mestrado Profissional em Biblioteconomia na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO como aluno especial (2019). Atualmente é bibliotecária – documentalista e coordenadora da Biblioteca Carlos Alberto Barbosa e do Projeto de Extensão Brisa Literária do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – campus Nilópolis. Membro titular do Colegiado de campus do IFRJ campus Nilópolis. Tem experiência na área de educação, atuando principalmente nos seguintes temas: gestão de bibliotecas, projetos de incentivo à leitura, processamento técnico de itens informacionais, letramento e competência informacional.

Karen de Abreu Souza é bacharelanda em Produção Cultural (IFRJ). Técnica em Enfermagem (CEFET/ Nova Iguaçu). Bolsista de Iniciação Científica (PIBIC/

IFRJ) no projeto de pesquisa intitulado “A extensão em ação: um estudo de caso do IFRJ” (PROCIÊNCIA/IFRJ).

Marcelo Silva Bastos é mestre em Matemática pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2001). Especialista em ensino de Matemática para professores de primeiro e segundo graus pela UFF (1997). Graduado em Licenciatura em Matemática pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (1992). Desde 2012 atua como docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro-Campus Nilópolis atuando no Ensino Médio Técnico e no Curso de Licenciatura em Matemática. Coordenador do Laboratório de Ensino de Matemática (LABEM) onde desenvolve projetos na área de Educação Matemática com ênfase em formação do professor de Matemática e ensino e aprendizagem de Matemática no Ensino Fundamental e Médio. Desde 2018 integra o grupo de pesquisa institucional em Estratégias de Ensino (IFRJ)

Maria da Glória Santos da Silva é estudante da Especialização em Linguagens Artísticas, Cultura e Educação (IFRJ/Campus Nilópolis). Bacharel em Produção Cultural (IFRJ/Campus Nilópolis); atuou como Bolsista do PET – Conexões de Saberes em Produção Cultural / IFRJ /Campus Nilópolis; participou como Bolsista do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI/ IFRJ – Campus Nilópolis).

Nivea Andrade é professora adjunta do Departamento Sociedade, Educação e Conhecimento e do Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutora em Educação pelo Programa de pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PROPED-UERJ). Possui pós-doutorado em Educação e Imagem pelo PROPED-UERJ, mestrado em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e graduação (bacharelado e licenciatura) em História pela UFF. Foi professora de História da Educação básica, na rede municipal do Rio de Janeiro. É líder do grupo de Pesquisa Juventudes, Infâncias e Cotidianos. e Vice-líder do Laboratório Ensino de História. Tem experiência nas áreas de Educação e História; Estudos com os Cotidianos; História Social da Cultura e Ensino/Educação através da História.

Priscilla Henriques Groetaers de Souza é mestre em Tecnologia de Processos Químicos e Bioquímicos - EQ - UFRJ (2010). Graduada em Farmácia pela Faculdade de Farmácia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - FFA - UFRJ (2005) e técnica em alimentos na antiga Escola técnica Federal de Química (2000). Desde 2005 atua como Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro - IFRJ - campus Nilópolis. Atualmente, ministra a disciplina de Bioquímica para os Cursos Técnicos em Controle ambiental e Química industrial e as disciplinas de Tecnologia de cosméticos e Cosmetologia Avançada para o Curso de Bacharelado em Química. Atua também em atividades de pesquisa, administração e extensão no âmbito do IFRJ campus Nilópolis.

Rafael de Moraes Merola é mestrando em Educação Matemática pela UNESP, campus Rio Claro- SP. Graduado no curso de Licenciatura em Matemática

pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia (2019). Atuou como professor de Matemática em escolas de ensino fundamental e médio no ano de 2020. Membro dos grupos de pesquisa: TeorEMa - Interlocuções entre Geometria e Educação Matemática (UNESP) e Pesquisas em Estratégias interessado em pesquisas relacionadas à Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação Matemática Crítica, Livros Didáticos e Educação Financeira.

Sandra Regina Fabiano do Rosário Vieira é mestranda do Programa de Pós-Graduação de Patrimônio, Cultura e Sociedade (UFRRJ/Campus Nova Iguaçu). Graduada em Biblioteconomia e Documentação (UFF). Discente do Bacharelado em Produção Cultural (IRFJ/Campus Nilópolis). Atua na Secretaria Estadual de educação-Ciep- 169 Maria Augusta Corrêa. É Animadora Cultural, Produtora Cultural, Coordenadora do grupo mulheres que cantam e rezam, Produtora Cultural do FLIDAM- Festival Literário Internacional da Diáspora Africana de São João de Meriti. Militante da área de cultura, direitos humanos, intolerância racial e movimento negro.

Sidnei Eduardo Pena Gama é graduando em Produção Cultural, pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ-campus Nilópolis). Experiência na área da Cultura, colaborando em projetos nas linguagens Música, Artes Visuais e Literatura pelo Serviço Social do Comércio do Rio de Janeiro (SESC-RJ). Egresso do Programa de Educação Tutorial (PET/ Conexões de Saberes em Produção Cultural) pelo IFRJ/campus Nilópolis. Voluntário no Núcleo de Estudos Afro- brasileiros e Indígenas (NEABI – IFRJ - Nilópolis).

Viviane de Jesus Leite é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ensino e História da Matemática e da Física da UFRJ. Mestre em Metrologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) em 2019. Graduada em Estatística pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) em 2013. *Concluiu em 2021 o curso de Licenciatura em Matemática pelo Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) e a especialização em Ensino de Matemática pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).*

Esta obra apresenta os caminhos construídos por extensionistas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) - campus Nilópolis em direção à constituição de teias e redes de saberes em uma perspectiva de democratização das relações, compartilhamento de conhecimentos e troca de experiências. Seis capítulos apresentam relatos de experiências redigidos por professores, técnicos administrativos e educacionais, estudantes e membros da comunidade externa ao campus, todas e todos extensionistas, onde se destacam reflexões e memórias acerca das atividades de extensão desenvolvidas, as parcerias e as redes estabelecidas com pessoas e instituições, além da preocupação em se tratar da intersecção entre extensão, ensino e pesquisa na prática. O último capítulo tece reflexões e problematizações a partir de uma pesquisa realizada a respeito dos projetos de extensão desenvolvidos no IFRJ – campus Nilópolis. Por meio desta obra, pretende-se ir além das fronteiras dos muros escolares e enxergar a diversidade das experiências vivenciadas no âmbito da extensão, reconhecendo, assim, espaços de alteridade, empatia e interlocução.